



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 40

II Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 13 de dezembro de 2017

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Jorge Jorge*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 07 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, entrou-se na Agenda da Reunião com o [Debate de urgência sobre “Parecer do Tribunal de Contas sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores de 2016”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a intervenção inicial do Sr. Deputado João Bruto da Costa, interveio no debate o Sr. Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*).

Usaram da palavra para intervir no debate os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS-PP*), António Lima (*BE*), Carlos Silva (*PS*), Francisco César (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), António Vasco Viveiros (*PSD*), Duarte Freitas (*PSD*) e André Bradford (*PS*).

Posteriormente, foi apresentado o [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 9/XI – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 34/2012/A, de 25 de julho, que criou o Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento do Artesanato dos Açores - SIDART”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Apresentado o diploma pelo Sr. Deputado João Corvelo, participaram no debate os Srs. Deputados Carlos Silva (*PS*), Rui Martins (*CDS-PP*) e Marco Costa (*PSD*).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado.

De seguida, passou-se ao debate do [Projeto de Resolução n.º 34/XI – “Lei das Finanças das Regiões Autónomas”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE. Após a apresentação pelo Sr. Deputado António Lima, usaram da palavra para intervir no debate os Srs. Deputados António Vasco Viveiros (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), João Corvelo (*PCP*), Carlos Silva (*PS*), as Sras. Deputadas Graça Silveira (*CDS-PP*) e Zuraida Soares (*BE*) e ainda o Sr. Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*).

Submetido à votação, o diploma em apreço foi rejeitado.

Proferiram declarações de voto as Sras. Deputadas Graça Silveira (*CDS-PP*) e Zuraida Soares (*BE*), bem como os Srs. Deputados António Vasco Viveiros (*PSD*) e Carlos Silva (*PS*).

Por fim, passou-se ao debate e votação do [Projeto de Resolução n.º 36/XI – “Recomenda ao Governo Regional que desenvolva as medidas necessárias à inclusão da Graciosa na “Linha Lilás” da Atlânticoline”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação do diploma pelo Sr. Deputado João Bruto da Costa, participaram no debate os Srs. Deputados Ricardo Ramalho (*PS*), António Lima (*BE*), João Corvelo (*PCP*), Manuel Ramos (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), José Ávila (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*), André Rodrigues (*PS*), a Sra. Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*), bem como a Sra. Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (*Ana Cunha*) e o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

No decorrer do debate pediu a palavra para defesa da honra o Sr. Deputado Manuel Ramos (*PS*).

Colocado à votação, o diploma foi rejeitado.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 40 minutos.

Presidente: Bom dia, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Vamos iniciar os nossos trabalhos.

O Sr. Secretário da Mesa vai fazer a chamada.

(Eram 10 horas e 07 minutos)

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

João Paulo Ávila

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório de Ávila

Manuel Alberto da Silva Pereira

Manuel José da Silva Ramos

Maria da Graça Oliveira Silva

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto

Mário José Diniz Tomé

Mónica Gomes Oliveira Rocha

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Renata Correia Botelho

Ricardo Bettencourt Ramalho

Sónia Cristina Franco Nicolau

Susana Goulart Costa

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares Marinho

António Manuel Silva Almeida

António Oldemiro das Neves Pedroso

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Bruno Filipe de Freitas Belo

Carlos Manuel da Silveira Ferreira

Catarina Goulart Chamacame Furtado

César Leandro Costa Toste

Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas

Jaime Luís Melo Vieira

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Jorge Alexandre Alves Moniz Jorge

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Marco José Freitas da Costa

Maria João Soares Carreiro

Paulo Henrique Parece Batista

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de Lima

Maria da Graça Amaral da Silveira

Rui Miguel Oliveira Martins

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima

Zuraida Maria de Almeida Soares

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 50 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Conforme pude informar ontem, a nossa manhã de hoje será para debater o ponto dois da nossa Agenda: **Debate de urgência sobre “Parecer do Tribunal de Contas sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores de 2016”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Os tempos foram definidos pela Conferência de Líderes e são os seguintes: o Governo Regional, o PS e o PSD dispõem de 32 minutos; o CDS, 15 minutos; o Bloco de Esquerda, 12 minutos e as representações parlamentares do PCP e do PPM, 10 minutos.

Tem a palavra para dar início ao debate o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esconder informação dos Açorianos é uma marca dos governos do Partido Socialista.

Sempre que as perguntas da Oposição são incómodas, o Governo Regional recusa responder ou fá-lo de forma ambígua.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: A Oposição quer saber qual foi a indemnização – milionária ou não – paga por uma empresa pública a um funcionário. O Governo recusa revelar o valor.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: A Oposição pede cópia dos relatórios trimestrais de execução orçamental das empresas públicas, que deviam ser públicos por lei. O Governo diz que não tem de os divulgar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: A Oposição solicita informações sobre os salários, despesas de representação e ajudas de custo dos administradores de uma empresa pública. O Governo remete-se ao silêncio.

Esta não é uma questão meramente partidária. Está em causa o respeito pelo Estado de Direito.

É que a prática deste Governo, em sonegar informação a quem o fiscaliza, estende-se aos órgãos de soberania, nomeadamente os tribunais.

As declarações do juiz conselheiro Vítor Caldeira após a entrega do Parecer do Tribunal de Contas sobre a Conta da Região de 2016 são elucidativas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A gente vai saber disso tudo para o mês que vem. A Comissão de Inquérito aí vem!

O Orador: O presidente do Tribunal de Contas disse, e cito:

“Estimamos que o valor dos saldos seja o que o Tribunal refere, mas esses valores devem constar eles próprios da Conta, não ser uma dedução do próprio Tribunal”.

Ou seja, o Tribunal de Contas quase que tem de adivinhar os valores sobre as contas públicas, porque o Governo escondeu essa informação!

Deputado Carlos Silva (PS): Não está escondido, se está lá, não está escondido!

O Orador: A Conta da Região é como que um manual de falta de transparência, apresentado com a chancela da governação socialista dos Açores.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: O Parecer do Tribunal de Contas tem, por isso, o grande mérito de destapar tudo aquilo que o Governo esconde sobre as finanças públicas da Região.

E não foi pouco aquilo que o Governo ocultou na Conta da Região de 2016. Senão vejamos:

Diz o Tribunal de Contas, e cito, que *“não foi possível obter prova suficiente e apropriada de modo a certificar a dívida total da Administração Regional direta e dos serviços e fundos autónomos”.*

Ou seja, o Governo escondeu informação sobre a dívida pública.

Diz o Tribunal de Contas que *“não consta do relatório que acompanhou a proposta de Orçamento, a informação, legalmente exigida, sobre os subsídios e critérios de atribuição e sobre a justificação económica e social dos subsídios concedidos”.*

Ou seja, o Governo continua a atribuir subsídios sem critério.

O Tribunal de Contas destaca também a “ausência de informação sobre os compromissos assumidos e não pagos e pagamentos em atraso”.

Ou seja, o Governo esconde também os atrasos nos pagamentos.

Em suma, e como aponta o Tribunal, a Conta da Região de 2016 está “afetada por erros e omissões materialmente relevantes”.

Estamos perante um Governo que não gosta de prestar contas. Que se sente acossado sempre que lhe é exigida transparência.

O Governo Regional do Partido Socialista não gosta que lhe façam frente. Prefere que lhe façam um frete. Não contem connosco.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O Partido Socialista, cujo Governo esconde informação ao Tribunal, é o mesmo que propõe, e bem – sublinhe-se, e bem –, a criação de um “Portal da Transparência” neste Parlamento.

Mas repare-se, estamos perante um caso de dois pesos e duas medidas.

Deputado André Bradford (PS): Não estamos nada!

O Orador: Sugerimos aos deputados do Partido Socialista que leiam os sucessivos pareceres às Contas desta Assembleia feitos pelo Tribunal de Contas.

Desde o início da década que o Tribunal de Contas não faz um único reparo às contas deste Parlamento, pois cumprem todas as regras e não escondem informação.

Fosse o Governo tão transparente como esta Assembleia na apresentação das suas contas e não estaríamos aqui a fazer este debate.

O PS que se disponibiliza e assume iniciativa pela transparência na atividade do Parlamento, ao mesmo tempo fecha os olhos a um Governo que impede os deputados da Oposição de fazer o seu trabalho.

A esse título, vejam-se, por exemplo, os requerimentos do PSD sobre o cumprimento das disposições legais relativas à apresentação, a esta Assembleia, dos relatórios trimestrais das empresas do setor público empresarial regional.

O Governo finge que responde, ocultando a informação e arroga-se impune às exigências que esta própria Assembleia aprovou, violando reiterada e conscientemente a lei.

E em relação ao Tribunal de Contas faz igual. Isto é, esconde o que não devia esconder.

O Parecer da Conta da Região de 2016 revela um regime em que, das duas uma: Ou o Tribunal de Contas é Oposição e faz críticas e denúncias sem sentido, na versão socialista da realidade – uma espécie de pós-verdade –, ou aquilo que o Tribunal de Contas nos alerta é de que os Açores têm dois governos.

Há um Governo que vem ao Parlamento dos Açores na versão de marketing político do Partido Socialista, cheio de retórica, abertura para o diálogo e invocando iniciativas pela transparência.

E há outro, há um Governo que se esconde do escrutínio democrático, que não se fiscaliza, nem se deixa fiscalizar ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... e que até obriga o Tribunal de Contas a sentir a necessidade de adivinhar, presumindo e deduzindo por onde circula o dinheiro.

Temos um regime que é fachada de democracia e coutada de uma elite política.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Parecer da Conta da Região, no que toca a este Governo, reflete um suprapoder regional, espelhado no endividamento recorrente de empresas e institutos regionais, que albergam, não os despojados do regime, mas os promovidos do percurso político ao serviço dessa causa socialista.

A elite política socialista vai-se bastando em despesa, ao sabor de muitas promoções pessoais e partidárias.

Mas isso pode até nem ser o pior.

Deputado André Bradford (PS): Seria!

O Orador: O pior é a herança de dívidas que esta elite socialista deixa e que gerações de Açorianos terão de pagar.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Exigimos que o Governo explique, aqui e agora, por que motivo escondeu informação ao Tribunal de Contas.

O Governo tem de justificar a este Parlamento porque é que o Tribunal de Contas, e cito, “*considera que a Conta da Região Autónoma dos Açores de 2016 está afetada por erros e omissões materialmente relevantes*”;

O Governo e esta maioria têm que se decidir: ou o Partido Socialista entende que a Democracia e o escrutínio público devem dar possibilidade aos deputados de conhecerem o que anda a fazer a administração regional; ou vamos continuar a discutir a transparência de um Parlamento em que os deputados são impedidos de saber o que faz o Governo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: O Parecer à Conta de 2016 prova que é preciso mais empenho e trabalho da maioria que suporta o Governo.

O Governo e o PS têm que deixar de passar o tempo a criticar a Oposição.

O Governo e o PS têm que deixar de ignorar todos os avisos sobre a necessidade de dar mais meios à fiscalização de como são gastos os quase 700 milhões que os Açorianos pagam em taxas e impostos.

A transparência não se apregoa, exerce-se.

Quem não aceita exercer os seus deveres de fornecimento de informação sobre como, quem, quando e porquê usou recursos públicos, não está a prestar um serviço público. Está apenas a salvaguardar interesses privados, pessoais ou de grupo.

O Parecer da Conta da Região é mais um alerta, que vem confirmar a necessidade de serem dados passos elementares em favor de um bom governo, na salvaguarda do interesse geral, no aprofundamento da transparência e na melhoria do envolvimento deste Parlamento e dos representantes do Povo na fiscalização da atividade governativa.

O Partido Socialista e o Governo não podem assobiar para o lado perante as conclusões do Tribunal de Contas.

Um Parecer da Conta da Região que aponta que o Governo escondeu informação a um órgão de soberania como o Tribunal de Contas, não pode ser ignorado.

O Senhor Vice-Presidente do Governo anda há 13 anos a esconder informação sobre as finanças públicas.

Deputado Bruno Belo (PSD): É verdade!

O Orador: A reiterada falta de transparência nas contas públicas não se resolve com a multa que o Senhor Vice-Presidente deverá pagar por ter aprovado um empréstimo sem autorização legal.

É hora do Senhor Presidente do Governo (que aparentemente não percebe muito de contas) e do Partido Socialista dizerem se vão pôr termo à impunidade política do Senhor Vice-Presidente ou se preferem continuar a ser cúmplices desta forma de atuar que esconde informação aos Açorianos sobre as contas públicas dos Açores.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começaria por dizer que qualquer debate, que qualquer partido entenda fazer é sempre bem-vindo. É bem-vindo no seu objetivo, mas também tem de ser devidamente clarificado em termos do seu conteúdo.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Por isso, a pior coisa que se pode contribuir para um debate é atirar frases fora do contexto para tirar conclusões que não são e que não têm nada a ver com as matérias, ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... é entrar no ataque pessoal, ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... é entrar por caminhos que não têm nada a ver com os objetivos do debate.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas esse caminho fica para quem o faz. A nossa função é esclarecer as matérias com o devido espírito de clarividência e de transparência e vamos começar pelo princípio.

Não é verdade de forma alguma que o Governo esconda qualquer informação do Tribunal de Contas.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado Bruno Belo (PSD): Não é esconder, é ocultar!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Os juízes do Tribunal de Contas enganaram-se!

O Orador: Isso fique muito claro e muito objetivo.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

O Orador: Isso nunca foi, não é, nem será referido pelo próprio Tribunal de Contas.

Retirar frases fora do contexto e criar situações para fazer ver coisas que não correspondem à realidade ...

Deputado Paulo Parece (PSD): Isso é raríssimo!

O Orador: ... não é um bom contributo para um debate sério e construtivo e, portanto, vamo-nos concentrar no debate sério e construtivo e neste contexto vamos falar da Conta de 2016.

Deputado André Bradford (PS): Ora aí está!

O Orador: A Conta de 2016, cujo apuramento final do défice foi reconhecido pelo próprio Tribunal de Contas e o referido reconhecido pelo Instituto Nacional de Estatística e pelo Eurostat (Entidade Estatística Europeia), é um valor sem quaisquer dúvidas, é em ótica de contabilidade nacional 1,5% do défice sob o PIB.

Ora bem, a Conta que estamos aqui a debater conseguimos com toda a certeza o melhor resultado em termos de saldo orçamental e de contas da Região que o melhor resultado que Portugal conseguiu em 42 anos de democracia. Esta é a realidade dos factos, é esta a verdade dos factos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Ou seja, as contas públicas e a Conta da Região efetivamente apurada e confirmada nessa matéria pelo próprio Tribunal de Contas faz com que as contas da Região de 2016, em termos de saldo orçamental sejam melhor que o melhor do país em 42 anos de democracia.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Ainda vamos ouvir falar em superavits! Está quase!

O Orador: Em matéria de dívida pública vamos abranger toda a dívida pública, incluindo todas as empresas públicas como é referido pelo próprio Tribunal: representa 44% do nosso PIB, ou seja, nós temos neste momento (e estamos a falar em termos de responsabilidade para gerações futuras) um conjunto de encargos que representa 44% de um ano de produção. Se compararmos com a Madeira são 111% do PIB, se comparamos com o país com 133% do PIB. Ou seja, a nossa dívida pública face ao nosso nível de produção é menos de um terço do país e menos de um terço da Madeira.

Dirão os senhores: “Não me interessa o continente, não me interessa a Madeira.” Muito bem!

Então vamos à União Europeia, aos países todos da Europa: a dívida do conjunto de países da União Europeia é 90% do PIB. Nós temos menos de metade daquilo que têm o conjunto de países da União Europeia.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Dirão: “É perfeito?”

Não! Mas é muito, mas substancialmente melhor que qualquer país da União Europeia, muito melhor que a média do país e que claramente as outras regiões autónomas. Por isso, em termos de responsabilidades para gerações futuras os

nossos jovens têm muito menos encargos futuros que têm os jovens de todos os países da União Europeia, que têm os jovens de Portugal continental e que têm os jovens da Madeira. É esse o legado para o futuro do qual muito nos orgulhamos, além evidentemente do nível de desenvolvimento, do crescimento da economia e da redução do desemprego que registamos complementarmente ...

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: ... e é um instrumento, e é o acesso ao financiamento face a esses números e lembrando que o objetivo da União Europeia para 2030 (repito para 2030) é que a dívida face ao PIB seja 60% do PIB, ou seja, estamos muito abaixo daquilo que a União Europeia tem de reduzir até 2030, ...

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: ... ou seja, estamos muito melhor daquilo que a União Europeia estará em 2030. É esta a realidade dos factos e que são confirmados por esses mesmos relatórios.

Outra questão essencial que gostaria de aqui deixar ficar tem haver com o próprio setor público empresarial regional. Os dados indicados e apurados pelo Tribunal de Contas são exatamente iguais ao cêntimo em relação ao setor público empresarial regional do que aqueles que os Srs. Deputados têm já conhecimento desde julho ou agosto deste ano ...

Deputado Marco Costa (PSD): São os que o senhor dá!

O Orador: ... com a remissão das contas de cada uma dessas empresas para a Assembleia nos termos da lei.

Portanto, não há aqui nenhum dado novo, escondido e nós transmitimos primeiramente à Assembleia os relatórios de todas essas empresas antes dos mesmos serem aqui divulgados.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, sobre esta matéria não há qualquer surpresa, não há nada absolutamente escondido.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem, Sr. Deputado.

O Orador: Vamos às declarações do Sr. Presidente do Tribunal de Contas.

O Sr. Deputado falou numa frase, retirou-a do contexto, mas se o Tribunal de Contas e cito aquilo das declarações deles à RTP, começou por dizer que o Tribunal considera que houve alguns aspetos que melhoraram, nomeadamente o saldo primário e o saldo global, como muitas outras matérias e que houve recomendações acatadas em relação aos anos anteriores ...

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem! Isso é que interessa!

O Orador: ... e referiu que o saldo global melhorou 20 milhões e que o saldo primário excedentário é de 24 milhões e que (como é sempre referido) 86% dos avales concedidos já são dívida pública integram o perímetro orçamental e é bom lembrar que em matéria de cartas de conforto o Governo cumpriu integralmente a lei de acordo com a recomendação do Tribunal de Contas.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Ainda a semana passada nos criticavam por não cumprir essa lei e na semana seguinte o Tribunal de Contas reconheceu que a partir de 2016 cumprimos a lei.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado Duarte Freitas (PSD): O senhor é que vai pagar a multa!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor é que vai pagar uma multa por causa disso! O senhor vai pagar a multa ou não vai pagar a multa?

O Orador: Agora vamos às recomendações do Tribunal de Conta, uma a uma, para sabermos de que é que estamos a falar.

Eu começaria por dizer que em matéria de acolher recomendações do Tribunal de Contas nós temos feito e fazemos um esforço permanente. Nos últimos três

anos (2014, 2015 e 2016) a Região acolheu 12 recomendações do Tribunal de Contas, ou seja, o nosso esforço permanente de aperfeiçoamento é constante e tem evidentemente resultados. Das recomendações em relação a 2016 que é aquilo que o Sr. Deputado do PSD tenta caracterizar como falta de informação, esconder informação, que não corresponde de maneira nenhuma à realidade, vamos dizer e vamos falar uma à uma daquilo que o Tribunal de Contas está a falar para termos um debate sério, ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: ... concreto e objetivo.

Primeira questão que o Tribunal de Contas levantou: não foi feito um mapa plurianual de programação financeira de acordo com o Decreto Legislativo Regional aprovado nesta Assembleia em maio de cada ano. É isso que estava a falar. O nosso entendimento que tivemos foi que essa matéria de alteração anual do Decreto Legislativo Regional foi feito em sede do Decreto Legislativo Regional do orçamento da Região que é aprovado em cada ano. O Tribunal de Contas acha que deve ser feito num diploma à parte, com certeza que aquele mapa que já foi aprovado no último plenário por esta Assembleia será novamente aprovado num Decreto Legislativo Regional à parte. É isso que estamos a fazer.

Unidade de tesouraria. A unidade de tesouraria tem a ver com o facto de nós termos posto uma norma no orçamento que diz que todos os serviços da administração pública e fundos e serviços autónomos devem processar a sua tesouraria pelo mesmo sistema que o SAFIRA. Neste momento há efetivamente uma unidade, que é a Unidade de Saúde do Corvo, que ainda não o faz e que irá passar a fazer a partir de 2018.

Sobre unidade de tesouraria que é outra matéria que foi referida o que estamos a falar é desse facto da unidade de saúde de ilha ainda não processar por esse instrumento e que o passará a fazer a partir de 2018.

O modelo de organização de tesouraria. Essa recomendação de 2016 que implica que muitos dos pagamentos que são feitos que já não são feitos pela tesouraria, são feitos por transferência bancária e, portanto, por essa via não tem um responsável que é o tesoureiro foi já corrigido no Decreto Legislativo Regional do Orçamento da Região de 2017 que passou a contemplar essa responsabilidade em termos de recebimentos que têm a ver com transferências bancárias e a questão do período complementar que nós definimos um prazo de acordo com o Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2017, nomeadamente o artigo 9.º e o seu n.º 7, em que o Tribunal de Contas considera que é demasiado extensivo.

Matérias de correção financeira. Estamos a falar de cinco questões que o Tribunal de Contas levantou e vamos uma a uma, referir quais são as cinco e dar a nossa posição.

Transferências do Orçamento de Estado. A matéria de correção financeira que o Tribunal de Contas refere é que considera que as transferências do Orçamento de Estado ao abrigo da Lei de Finanças Regionais devem ser classificadas como transferências de capital e não transferências correntes. É essa a correção que tem de ser feita, só que tem um problema.

O Orçamento de Estado classifica a transferência para a Região como uma transferência corrente. Ora bem, se classifica como transferência corrente e se o Orçamento de Estado assim o faz obviamente a Região tem que classificá-lo da maneira que o Orçamento de Estado o faz e aliás de acordo com a lei. O Tribunal invoca um artigo do Estatuto Político Administrativo da Região dizendo que esse dinheiro visa financiar investimento, que é o artigo 12.º, mas a verdade é que o artigo 15.º também do Estatuto Político Administrativo da Região diz que esse mesmo apoio do Estado deve ser feito ao princípio da solidariedade para financiamento de despesas correntes, portanto, há esses dois artigos, mas a base de classificação é obviamente aquilo que está definido no

Orçamento de Estado e aliás da mesma maneira exatamente e sem qualquer reparo que a Madeira o faz. É disto que estamos a falar.

Segundo aspeto: contabilização de fluxos da União Europeia.

Os fluxos financeiros da União Europeia nós consideramos que devemos classificar apenas no momento em que ele se destina ao beneficiário final. O Tribunal de Contas acha que quando é feita uma transferência para o programa operacional dos Açores, independentemente de ainda ter o seu destinatário, essa transferência deve entrar logo como receita extraorçamental da Região.

Nós consideramos que se fizéssemos isso estaríamos a empolar artificialmente a receita e a despesa, teríamos uma conta maior, um orçamento maior, mas estaríamos a classificar como receita algo que não é ainda da Região e parte dele é para beneficiários finais que não são a Região, como as câmaras de comércio, as câmaras municipais, ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... portanto, fazemos de acordo com a regulamentação comunitária que é só classificar a partir do momento em que essas transferências são feitas para os beneficiários finais. É essa a outra correção financeira, é esse o outro entendimento de suposto esconder informação.

Terceiro aspeto tem a ver com a classificação de transferências da União Europeia de 3,2 milhões de euros que são despesas assumidas integralmente a 100% pelo plano da Região para entidades do âmbito da administração pública, como o Serviço Regional de Proteção Civil, e que nós pagamos a 100% ao Serviço Regional de Proteção Civil as obras em quartéis de bombeiros, etc., nós consideramos que através desse contrato programa se pagamos os 100% os 85% correspondentes à receita de fundos comunitários não pode ser receita do Serviço de Proteção Civil se não recebia 185%, tem de ser sim de quem assumiu o encargo que era a Região e, portanto, do ponto de vista contabilístico é esse o nosso entendimento sobre essa matéria, se bem que de nenhuma destas

matérias há qualquer alteração de saldo, há qualquer alteração em termos de resultado da conta.

Quarto aspeto: o registo de tesouraria das operações ativas.

As operações ativas são classificadas e autorizadas por um artigo do orçamento da Região. As operações ativas que são empréstimos de curto prazo dentro do setor público no final do ano têm que estar por lei e obrigatoriamente liquidados e neste contexto o que nós consideramos é que não deve haver uma rubrica orçamental do lado da receita e do lado da despesa para classificar essa operação, mas sim porque no final esse saldo é a zero, mas o Tribunal de Contas entende que apesar disso não afetar em nada o saldo da conta deve estar essa referência contabilística no lado do ativo e no lado do passivo.

Quinto aspeto tem a ver com a parte da ADSE, nomeadamente com a questão do entendimento sobre as receitas dos trabalhadores da ADSE regional. O nosso procedimento é o procedimento que fizemos desde 1977 através de um acordo feito entre o Governo Regional e o Governo da República. Nós assumimos os encargos decorrentes da ADSE e evidentemente arrecadamos os descontos para esse mesmo efeito e o saldo global ao longo deste período ao longo deste período dos últimos 10 anos reconhecidos já pelo Governo da República é que o encargo da Região com os funcionários públicos beneficiários da ADSE foi em 11 milhões de euros superiores aos descontos efetuados por esses mesmos trabalhadores e, portanto, no saldo final quem tem a receber é a Região e não o contrário.

Portanto, são estas as matérias para quem não leu o relatório que estão aqui em causa em termos de correção financeira.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Está quase em superavit!

O Orador: O último aspeto tem a ver com divergências e correções contabilísticas. As mesmas têm a ver com conciliações de saldo entre as partes que não afeta em nada a conta ...

Deputado André Bradford (PS): São coisas estruturais!

O Orador: ... e que efetivamente deriva de ajustamentos que são sempre necessários de ser feitos e como diz e muito bem o próprio Decreto Lei que criou o sistema de normalização contabilística nacional é um problema do país que tem a ver com o facto de ter legalmente sido instituído quatro sistemas contabilísticos na própria administração que não se podem conciliar entre si e não permitem a consolidação que agora é exigida que é o POC, o POC da educação, o POC da Segurança Social e o POC da saúde. Ou seja, os quatro são quatro sistemas diferentes e por isso foi criado (e bem!), reconhecendo essa situação e o preâmbulo do Decreto Lei que cria o SNC-AP (essas coisas são complicadas, mas isto é que é a verdade) é que isto que está aqui em causa nesta matéria, neste relatório, o SNC-AP diz exatamente que é preciso criar um sistema único e esse sistema único foi criado e será aplicado a partir do dia 1 de janeiro de 2018 deixando de haver quatro sistemas contabilísticos na administração regional e deixando de haver qualquer um destes problemas que não são regionais, são nacionais no âmbito do sistema, para a consolidação e normalização contabilística e a partir de 1 de janeiro do próximo ano por essa integração feita a nível nacional e regional deixará de haver esses problemas de divergências no âmbito da reconciliação de alguns saldos que são apenas as matérias que estamos aqui a falar.

Acho que demonstrei que se pode falar de matérias importantes com a devida objetividade e com a devida clareza, ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem! Isso é que é verdade!

O Orador: ... deixando as frases simples e sem conteúdo para ir à consistência e à razão dos temas.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, não vou fazer-lhe nenhum insulto pessoal, nem considerações pessoais, ...

Deputado Francisco Coelho (PS): Nem nós esperávamos isso de si, Sr. Deputado!

O Orador: ... portanto, vou fazer apenas algumas considerações e algumas perguntas.

A primeira pergunta que lhe faço é se V. Exa. considera credível o relatório do Tribunal de Contas?

Se para si e para o Governo é uma instituição que é credível e tem valor, portanto, se o Sr. Vice-Presidente considera isso?

A segunda coisa que lhe quero dizer, Sr. Vice-Presidente, e por isso não vou discutir isso consigo, é que o negócio do CDS não são números, o negócio do CDS são as pessoas e, portanto, o que nos interessa são as pessoas e as pessoas, os açorianos, não comem números e, portanto, como os açorianos não comem números eu não vou discutir números consigo, mas antes vou discutir coisas práticas consigo.

Deputado André Bradford (PS): Então o que é que a gente vai discutir?

O Orador: Sr. Vice-Presidente, quando o autoproclamado novo governo tomou posse no primeiro orçamento em 2013 lembra-se que aqui, nesta Casa, o CDS fez um debate de urgência, sabe sobre o quê?

Pobreza. No Plano e Orçamento de 2013 falámos sobre pobreza. Em 17 de abril de 2013 fizemos uma declaração política sobre pobreza.

Sr. Vice-Presidente, isso era o novo Governo dos Açores, o Governo que trazia nova esperança e novo alento aos açorianos e lembra-se na altura, Sr. Vice-Presidente, que apresentei aqui alguns recortes de imprensa “Pobreza envergonhada aumenta nos Açores” (era de 2013); da *Lusa* “Açores continuam a ser das regiões mais pobres da Europa” (16 de 2013) e por aí fora, por aí fora ... todas as capas de jornais até ... 2016 continua ... 2017 continua ... e até 2017, março, D. João Lavrador, “Continua a pobreza nos Açores”.

Mas há aqui um que é muito interessante, Sr. Vice-Presidente, que é exatamente de 2008, publicado na revista *Sábado*, em 18 de outubro de 2008, ...

Deputado Francisco César (PS): Ah, na revista...!

O Orador: ... ou seja, há uma década atrás, dez anos, vamos entrar em 2018, e em dez anos o que nós conseguimos ter sobre pobreza e sobre a eficácia do Governo na pobreza é essa declaração de D. João Lavrador “Continua a haver fome nos Açores”, uma década depois. O que fez o Governo, Sr. Vice-Presidente?

Essas contas tão equilibradas que o senhor aí referiu, esses défices tão pequenos, os melhores da Europa, ...

Deputado André Bradford (PS): O que é que isso tem a ver?

O Orador: ... os melhores de Portugal, o que é que contribuíram para o bem-estar das pessoas, Sr. Vice-Presidente?

O que é que contribuíram para diminuir a pobreza?

O que é que contribuíram para dar melhores condições de vida aos açorianos, Sr. Vice-Presidente?

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor quer mais dívida?

O Orador: Mas mais grave do que isso foram dez anos de pobreza reconhecida pelos senhores. Porque é que acontece em 2017? Agora, anteontem, um dia destes?

Vasco Cordeiro: “Oportunidade histórica para combater a pobreza nos Açores.”

Um novo Governo tinha uma nova estratégia, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é debate de urgência?

O Orador: ... um novo ciclo, Sr. Vice-Presidente.

“Região lança estratégia de combate à pobreza para dez anos.”

Deputado Carlos Silva (PS): Isso está na Conta?

O Orador: Ou seja, um combate à pobreza durante dez anos. Mas que profundidade tem a pobreza nos Açores, Sr. Vice-Presidente?

Para dez anos! Em dez anos ela foi aumentando, aumentando, aumentando ...

Deputado Manuel Pereira (PS): Mas isso está no relatório?

O Orador: ... a criar pobres de dia para dia. Agora os senhores vêm anunciar o novo ciclo dos Açores é o novo ciclo de um combate à pobreza durante dez anos.

É que a pobreza nos Açores, Sr. Vice-Presidente, já não é o rendimento mínimo, já não são os pobres reformados que têm uma pensão mínima, já é muita gente que trabalha e não consegue ter dinheiro para educar os filhos e dar uma educação decente e uma alimentação decente. Esse já é o problema dos Açores.

Por isso, Sr. Vice-Presidente, o nosso problema, o nosso interesse são as pessoas, não são os números.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): É verdade!

Deputado Marco Costa (PSD): Gostávamos que não fosse!

O Orador: Mas já que insiste talvez explique alguma coisa.

O Tribunal de Contas também diz, Sr. Vice-Presidente, que o “desequilíbrio operacional e financeiro evidenciado pela generalidade das entidades públicas não reclassificadas vai dificultar o acesso daquelas entidades aos mercados financeiros de forma autónoma (...) um risco elevado para as finanças públicas regionais”.

Aqui talvez se justifique porque é que falta dinheiro para o combate à pobreza: é porque ele é gasto noutra sítio.

Sr. Vice-Presidente, quem vai pagar a dívida dos 220 milhões de euros da SATA?

Sr. Vice-Presidente, quem vai pagar o que os senhores andaram a fazer na Lotaçor com a dívida a situar-se em mais de 46 milhões de euros?

Sr. Vice-Presidente, quem vai pagar o que os senhores andam a fazer no grupo Portos dos Açores que já tem mais de 70 milhões de euros de dívida?

Quem vai pagar o que os senhores andam a fazer na Sinaga que já lá vai com mais de 26 milhões de euros?

E nas empresas públicas como a SAUDAÇOR com mais de 600 milhões de euros?

E com a SPRHI com 176 milhões de euros?

Sabe quem é que vai pagar, Sr. Vice-Presidente?

Os açorianos, todos nós vamos pagar estes desmandos e por isso há pobreza nos Açores, porque os desmandos estão aqui todos bem classificados pelo Tribunal de Contas que desta vez não é o CDS a dizer, é o Tribunal de Contas que o diz.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): Não é não!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sr. Deputado Francisco César, eu ouvi o seu aparte. Nós não temos má referência, os senhores têm!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Uiii!!!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Traz-nos o Partido Social Democrata hoje aqui um debate de urgência sobre o parecer do Tribunal de Contas ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Obrigado.

... sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2016.

O parecer do Tribunal de Contas traz-nos algumas novidades e algumas novas preocupações, mas a sua maioria é reiterada e deriva por um lado do incumprimento do Governo Regional das recomendações do Tribunal de Contas e de outros problemas que se arrastam ano após ano.

Há neste parecer uma linha que o percorre de uma ponta há outra e que se prende com a transparência, ou melhor, com a falta dela ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: ... na apresentação de contas pelo Governo Regional.

São variadíssimas as passagens em que são referidas omissões e limitações informativas.

Deputado André Bradford (PS): Já foi tudo explicado!

O Orador: Não há democracia sem transparência, sem confiança na fiabilidade nos dados que se apresentam e sem que seja como possível os comprovar e verificar.

Tem neste capítulo o Governo Regional muito ainda a fazer. Devia o Partido Socialista incluir no seu Projeto de Resolução sobre a transparência também uma recomendação para que sejam apresentados os dados requeridos pelo Tribunal de Contas.

Destaco também o que diz respeito aos fluxos financeiros para entidades privadas através dos programas de incentivos e subsídios públicos.

Neste capítulo notamos que os fluxos financeiros teimam a influir, passe o pleonasma, no mesmo sentido e direção, ano após ano, como se uma qualquer força gravitacional financeira os atraísse fatalmente.

Entre estas entidades está, por exemplo, a Associação Pão do Mar, uma associação que nos últimos dez anos recebeu 16 milhões de euros da Região.

Assim, com tantos e gordos apoios numa das empresas que constituem esta associação as trabalhadoras não sabem qual será o dia de amanhã. Falo obviamente da fábrica da COFACO da Madalena do Pico.

Sr. Vice-Presidente, esses 16 milhões de euros não chegaram para estabilizar o emprego na COFACO. Será preciso que esta empresa concorra a um dos novos programas de suposto combate à precariedade que o Governo Regional acabou de criar?

Outra questão que ao longo dos últimos anos tem sido motivo de alerta do Tribunal de Contas e não só prende-se com o Setor Público Empresarial Regional.

É reconhecida a má gestão do Governo Regional em várias empresas públicas da Região, contribuindo para fomentar a ideia perversa, falaciosa e preconceituosa de que a gestão pública é necessariamente pior do que a gestão privada e que tanto jeito dá a tanta gente, mas o próprio Governo Regional parece acreditar nessa perigosa falácia como prova a intenção de privatizar a SATA. Para o Governo Regional a solução para a SATA não é a boa gestão, é a privatização.

Mas o caso paradigmático no setor público empresarial regional e que retrata de forma transparente as prioridades do Governo Regional do Partido Socialista nesta área é o caso da Sinaga.

Esta empresa adquirida por 800 mil euros, um preço definido até pelo vendedor o que é incompreensível dado o estado da empresa na altura, foi adquirida com o intuito de salvar a indústria açucareira na Região, diversificar a agricultura e salvar os postos de trabalho. Chegados aqui, sete anos mais tarde, veio o Governo Regional afinal acabar com a indústria açucareira e apresentar uma solução temporária para cerca de 46 trabalhadores.

Tivesse o Governo Regional tratado os trabalhadores como tratou o acionista privado que salvou das dívidas da empresa, cada trabalhador teria levado para casa mais de 100 mil euros.

Portanto, aquilo que se exige no mínimo é que os trabalhadores que transitam para a administração pública não fiquem dependentes de qualquer acordo de cedência de interesse público temporário e que sejam integrados definitivamente na administração pública regional.

Se houve meios para salvar o acionista, tem de haver meios para salvar os trabalhadores.

Sr. Vice-Presidente, vai o Governo Regional garantir definitivamente o futuro de todos os trabalhadores da Sinaga?

Mas esta tragédia não fica por aqui.

A Sinaga ficará agora com 28 trabalhadores e (imagine-se!) três administradores. Isto é um rácio, Sr. Vice-Presidente, de um administrador para cada 12 trabalhadores. Está um em cada esquina.

Deputado André Bradford (PS): Mas isso está na Conta da Região?

O Orador: Não fosse isso o suficiente o Orçamento da Região recentemente aprovado irá impedir os aumentos salariais nas empresas públicas que não apresentem resultados positivos o que já acontecia em 2017. No entanto, o relatório e contas da Sinaga do ano 2016 revela que de 2015 para 2016 existiu um aumento nas remunerações do Conselho de Administração de cerca de 63 mil euros, passando estas de 100 mil para 163 mil euros. É assim a política do Governo Regional. Aumentos para alguns, congelamentos para os trabalhadores.

Sr. Vice-Presidente, não está na hora também de rever esta situação?

Deputado André Bradford (PS): O que é que diz o Tribunal de Contas?

O Orador: No setor da saúde de 2015 para 2016 o Governo Regional no Orçamento para 2016 apresentou um aumento de mais 33 milhões de euros. O

que a Conta da Região agora nos diz é que esse aumento nem chegou para cobrir o aumento do endividamento da SAUDAÇOR que ultrapassou os 70 milhões de euros segundo o parecer do Tribunal de Contas.

Assim se desinveste na saúde dos açorianos e açorianas, fingindo aumentar o investimento público nesta área fundamental.

Não está também na hora de se passar as competências da SAUDAÇOR para a Direção Regional da Saúde extinguindo esta empresa e integrando os seus trabalhadores?

Estes são apenas alguns exemplos de como governa o Governo Regional do Partido Socialista. Há aqui uma política clara de desinvestimento e degradação dos serviços públicos que são o mais importante para dar a alguns e poucos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Respondendo às questões do Sr. Deputado Artur Lima.

Perguntou-me se era credível o Tribunal de Contas. É credível obviamente e por ser credível é que nos últimos três anos acolhemos 12 recomendações propostas do Tribunal de Contas e em relação ao relatório que está aqui em análise referente a 2016 quatro outras recomendações já foram acolhidas em 2017, este ano quatro serão acolhidas em 2018 e mais duas serão acolhidas no próximo orçamento da Região. Essa é a demonstração da credibilidade que nós consideramos que tem o Tribunal de Contas nas matérias em que referi.

Segundo assunto essencial. Uma coisa é a credibilidade do Tribunal de Contas daquilo que diz na sua essência, uma coisa completamente diferente é a tentativa de deturpação e de manipulação daquilo que o Tribunal de Contas diz para outras conclusões completamente diferentes àquilo que está a ser dito.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Segunda questão essencial: o Sr. Deputado referiu para o futuro, responsabilidades de futuro. Como referi e tive oportunidade de dizer, o nosso total de dívida pública representa 44% da nossa capacidade de produção, no país é 133%, na Madeira é 111% e no total da União Europeia superior a 90% do seu PIB. Está aí a resposta. Referiu e muito bem uma frase do Tribunal de Contas que acesso ao risco elevado para financiamento públicos de amortizações e essa era em relação à Conta de 2016, mas não leu tudo, porque o que o Tribunal de Contas diz é que o grande risco, o risco elevado, era de concentração no período de 2017 a 2021 nesta legislatura, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Claro!

O Orador: ... essencialmente em 2017, que haviam grandes riscos que agravava o risco de financiamento. 2017, nomeadamente 279 milhões de necessidades de financiamento.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quanto é que foi?

O Orador: Ora bem, o ano de 2017 está a acabar e afinal não houve risco nenhum, porque todos os financiamentos foram devidamente financiados, ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... com taxas de juros mais baixas e com menores encargos para a Região. Portanto, nesta matéria não houve riscos de financiamento.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): SAUDAÇOR foram milhões de euros!

O Orador: Em relação às questões levantadas pelo Sr. Deputado António Lima gostaria de lhe dizer que nós não encaramos o setor público empresarial como uma matéria que deva ter como objetivo o lucro, deve ter como objetivo um resultado de exploração, resultado de exploração que é diferente de resultado

líquido, resultado de exploração equilibrado. A diferença entre resultado de exploração, que é o EBITA, e resultado líquido é que no resultado de exploração não são contabilizadas as amortizações corpóreas, que não têm qualquer efeito em termos de *cash flow* e em termos de resultados de exploração os dados que estão aí referidos têm resultados que no seu somatório representam um valor positivo para a própria Região e nesse contexto pretendemos efetivamente proceder a esse objetivo, porque efetivamente seria fácil ter resultados financeiros melhores, mas isso seria feito à conta da penalização da própria prestação de serviço público, nomeadamente do aumento de encargos para os beneficiários desse serviço público, quer seja na área da agricultura, quer seja na área das pescas e em outros. E é esse o nosso objetivo.

O nosso objetivo também é de reestruturação permanente, de melhoria de eficácia e de eficiência, que é um objetivo que não está conseguido na sua totalidade e algumas matérias o Sr. Deputado o referiu que correspondem também a objetivos e a preocupações nossas.

Deputados André Bradford e Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A título prévio gostaria de salientar que para o Partido Socialista e para o Grupo Parlamentar não há qualquer medo nem tabu em discutir qualquer assunto e este é um bom exemplo e como referiu aqui o Sr. Vice-Presidente e já esclareceu muitos dos assuntos que foram levantados no próprio parecer do Tribunal, mas ficámos um pouco surpreendidos sobre o assunto que nos traz aqui a debate, porque é suposto ser um debate de urgência e não conseguimos perceber como é que um assunto que ocorreu em 2016 é uma urgência em dezembro de 2017.

Deputado Duarte Freitas (PD): É sobre o Parecer do Tribunal da Contas! É Conta é de 2016! O parecer é de agora!

Deputado André Bradford (PS): Ok, é uma urgência do passado!

O Orador: Sra. Presidente, não sei se posso ...

Continuando.

Se estamos aqui para debater o parecer do Tribunal então não percebo a interpretação do CDS e do Deputado Artur Lima que vêm falar da pobreza e aparentemente vêm dizer que não há qualquer problema em aumentarmos o endividamento. É a interpretação que eu faço, ...

Deputado Marco Costa (PSD): Imparcializada!

O Orador: ... como desvaloriza os 44% eu penso que é essa a interpretação que possa ser feita, mas se estou enganado ainda bem, Sr. Deputado.

Além disso, o PSD o que traz aqui são casos e citações ...

Deputado Marco Costa (PSD): O Tribunal de Contas é que traz aqui!

O Orador: ... até parece que não se deu ao trabalho, ou não teve tempo para ler o relatório, até porque o relatório foi distribuído aos deputados na última quinta-feira e o normal era que o relatório fosse apreciado na Comissão de Economia, mas mais uma vez para o PSD deixa de importar o trabalho feito em comissão e desvaloriza até ...

Deputado Marco Costa (PSD): Agora sobre o relatório!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Mas vamos ao conteúdo do relatório.

No fundo o relatório do Tribunal de Contas apresenta algumas recomendações que já foram aqui salientadas, que já foram cumpridas algumas, outras serão cumpridas e fica claramente evidente que há sempre aspetos a melhorar e esta é uma luta constante do Governo e do Partido Socialista, melhorar sempre a transparência e a prestação de informação, esclarecendo assim os açorianos

sobre aquilo que se passa na nossa Região, mas não podemos deixar de salientar alguns aspetos.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: A dívida (e o Tribunal confirma) da Região representa 44% do PIB. Está muito aquém daquilo que se verifica a nível nacional, está muito aquém do que se verifica na Madeira e também a nível europeu estando em metade. Mas o que é diz o tratado orçamental sobre a percentagem de dívida recomendada?

Fala em 60% a atingir até 2030 e nós estamos com 44% ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... e isso não pode ser desvalorizado quando dá jeito: em alguns dias criticamos a dívida e o seu crescimento, mas noutros quando verificamos que de facto somos um exemplo a nível nacional e até a nível europeu, então aí já não interessa falar na dívida.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Mas a dívida que temos representa no fundo o investimento que foi ao longo dos anos para corrigir e para recuperar do tempo perdido.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Isso é importante que seja destacado.

Falamos do atraso que tínhamos ao nível social, educacional, na saúde, nos transportes e ao longo desses anos fomos fazendo investimentos em hospitais, em escolas, em transportes, na recuperação do emprego, mesmo nos períodos mais difíceis, no fundo para garantir melhores condições de vida aos açorianos e hoje isso é inegável.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: O trabalho que foi feito ao longo dos anos representa uma melhoria substancial da qualidade de vida para os açorianos, mas também é importante perceber o que quer a oposição afinal: ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Mais transparência!

O Orador: ... hoje quer mais dívida ou menos dívida?

Propõe mais governo ou menos governo?

É porque isso é importante discutir e isso tem uma importância substancial.

Mas também aqui não poderia destacar o que foi dito recentemente sobre os pareceres estratégicos mais ligados ao PSD, como a Câmara de Comércio e Indústria, a Federação Agrícola e a própria UGT, em que dizia recentemente que não havia qualquer problema em aumentar o endividamento desde que fosse para reduzir os impostos.

Mas há problema em aumentar o endividamento ou não há problema?

Não percebemos essa incoerência constante no PSD e em alguns parceiros.

Deputado Bruno Belo (PSD): Ah! O senhor está a fazer perguntas é ao PSD!

Faça as perguntas ao Governo!

Deputada Mónica Rocha (PS): As dúvidas são dos senhores!

O Orador: Voltando ao conteúdo do relatório nós não podemos concordar com a análise que é feita pelo Tribunal ...

O Sr. Deputado se quer, inscreva-se se faz favor!

Relativamente ao SPER nós não podemos concordar com a análise que o Tribunal faz ao excluir o grupo EDA. Na análise que é feita ao setor público empresarial é excluído de forma sistemática o grupo EDA simplesmente porque tem bons resultados e nós não podemos excluir as empresas ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... que têm bons resultados e esquecer as outras. Todas contam e a verdade é que o SPER apresenta capitais próprios positivos superiores a cento e tal milhões de euros o que demonstra que não há qualquer falência técnica das empresas públicas regionais.

Resumindo, o que podemos concluir desde já é que há aspetos a melhorar e essas recomendações já foram acatadas em 2017 e serão também para o futuro e o próprio Tribunal reconhece no parecer a melhoria que tem sido feita e a

colaboração mantida com o Governo nesse aspeto. O Governo tem vindo a renegociar a dívida e de facto não aconteceu nenhuma catástrofe em 2017, estamos todos aqui e nada se passou, tem vindo a renegociar, tem vindo a baixar os custos da dívida, o próprio Tribunal também reconhece e está escrito no relatório (se tiverem tempo para ler, os Srs. Deputados) o saldo primário foi positivo em 24,4 milhões de euros, há uma melhoria de cerca de 20 milhões de euros e não há nem dívida, nem défice escondido. Está tudo à vista, está certificado pelas entidades competentes, está certificado pelo INE ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... no âmbito do programa de défices excessivos e ela está à vista de todos e é sustentável ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: ... e a dívida que temos representa uma vez mais o investimento que foi feito para melhorar as condições de vida e nós estaremos aqui sempre disponíveis para esclarecer e não apregoamos. Nós promovemos a transparência, Sr. Deputado.

Deputado Bruno Belo (PSD): O senhor não tem que esclarecer, o Governo é que tem!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Vice-Presidente trouxe-nos o contraditório. O contraditório está efetivamente no relatório da Conta e do parecer.

Deputado Carlos Silva (PS): Mas não leu! O senhor não quer ser esclarecido!

O Orador: O contraditório que o Sr. Vice-Presidente nos trouxe nós já o conhecíamos, é o que consta do relatório e parecer do Tribunal de Contas, ...

Deputado Francisco Coelho (PS): A gente também já conhece o parecer!

O Orador: ... pois é um tribunal que toma uma decisão e realmente o Sr. Vice-Presidente e o Sr. Deputado Carlos Silva falaram para quem não leu o relatório. Ao fim e ao cabo tentaram fazer isso, porque para quem leu o relatório não trouxeram nada que não estivesse lá, mas para quem também não leu o relatório nós também trouxemos aquilo que lá está e que os senhores não quiseram trazer.

Deputado André Bradford (PS): Então estamos todos satisfeitos!

Deputado Carlos Silva (PS): Trouxemos mais!

O Orador: Exatamente.

O que é que tem o relatório que os senhores não queriam e que não quiseram fornecer ao Tribunal de Contas?

Se está tudo bem porque é que o Tribunal de Contas formula aquilo que ... enfim isto é uma coisa chamada um tribunal, um órgão de soberania e formula um juízo ...

Deputado Carlos Silva (PS): O relatório está escondido?

O Orador: ... e o juízo do Tribunal de Contas (não é o juízo do PSD, não é o juízo da oposição, não é o juízo de uma pessoa qualquer que leu aquele relatório por acaso e encontrou-o na internet) diz assim: “Ponderando as observações, conclusões e recomendações antecedentes o Tribunal de Contas considera que a Conta da Região Autónoma dos Açores do ano económico de 2016 se encontra afetada por erros e omissões materialmente relevantes que determinam a formação de reservas e ênfases.”

Deputado André Bradford (PS): Então não diz nada de diferente!

O Orador: O que eu gostaria, por exemplo, era que o Sr. Vice-Presidente comparasse ou me dissesse nos últimos dez anos este juízo foi formulado todas as vezes, é uma questão de opinião que o Tribunal de Contas tem. Nós temos uma opinião diferente e eu vou passar a explicar. Foi isso que o Sr. Vice-Presidente fez e que não trouxe nada de novo.

Deputado André Bradford (PS): O senhor também não!

O Orador: Por acaso há aqui duas situações que eu queria nesta breve intervenção falar. A primeira tem a ver quando o Tribunal de Contas diz que não foi possível certificar dívida financeira da administração regional direta dos serviços e fundos autónomos excluindo entidades reclassificadas apesar de solicitada essa certificação pelo Tribunal de Contas. Em contraditório o Sr. Vice-Presidente alega que tem encetado esforços no sentido de obter das instituições credoras as correspondentes certidões, sem no entanto comprovar tais diligências, nomeadamente através da remessa de cópia dos ofícios enviados às referidas instituições tal como foi reiteradamente solicitado pelo Tribunal.

Se isto não é esconder informação, é o quê?

Então o Sr. Vice-Presidente diz ao Tribunal de Contas: “Bom, nós não mandámos as certificações enviadas pelas entidades credoras porque já lhes pedimos várias vezes e eles não nos mandam essas certificações.” E o Tribunal diz assim: “Então mandem-nos lá os ofícios que mandaram às entidades a pedir.” “Ah, isso já não mandamos.”

Isto é o quê?

Isto é o Sr. Vice-Presidente há demasiados anos a brincar com as contas públicas e com o Tribunal de Contas. É isto que é!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

E há demasiados anos, porque as conclusões dizem também que são feitas 23 recomendações das quais 15 (é uma larga maioria) são reiteradas e muitas são reiteradas há bastantes anos. Portanto, não vale a pena o Sr. Vice-Presidente vir para aqui com o contraditório de que informou o Tribunal de Contas, porque esse em termos de quem avaliza, fiscaliza e classifica aquelas informações que o Sr. Vice-Presidente mandou temos o juízo e o juízo do Tribunal de Contas é que a conta se encontra afetada por erros e omissões materialmente relevantes e é isso que devia envergonhar o Partido Socialista ...

Deputado Marco Costa (PSD): Tem que explicar o que está aqui!

O Orador: ... e que os devia fazer ter um comportamento diferente quando dizem até que pugnam pela transparência.

Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): E é verdade! Não gostam de discutir! Não há nada a fazer!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Comecemos pelo início.

O Partido Socialista não pode deixar de estranhar o facto do Partido Social Democrata ter de um momento para o outro praticamente segundos após o CDS-PP ter anunciado que iria fazer uma comissão de inquérito ao setor público empresarial ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Só prova que estávamos atentos!

O Orador: ... ter anunciado este debate de urgência.

Curiosamente o PSD tinha urgência para discutir um parecer sobre o passado, mas não teve a paciência para esperar pelo debate que se iria fazer no futuro na Comissão de Economia.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: É estranho que a velocidade que o PSD teve para propor um debate de urgência sobre a conta e sobre o parecer da Conta da Região não foi acompanhado da paciência para discutir ao pormenor, comissão a comissão neste Parlamento, ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem! Como sempre se fez!

O Orador: ... a Conta da Região.

O resultado será: vamos ter dois debates. O debate sobre a Conta da Região agora e mais tarde um debate sobre a Conta da Região após o parecer da Comissão de Economia. Talvez faça parecer aos açorianos ...

Deputado André Bradford (PS): Como sempre o fizemos!

O Orador: ... ou para alguém que acabou aqui de chegar e depara-se com este debate que aqui haja algum tipo de oportunismo ou de oportunidade política para benefício partidário.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Segundo ponto: o PSD vem a esta Casa ...

Deputado Francisco Coelho (PS): Numa passagem pela direita ao PP!

O Orador: ... falar do relatório do Tribunal de Contas, falar do parecer do Tribunal de Contas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não pareceu!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O Sr. Deputado preferia que não fosse nenhum debate!

O Orador: Fala de frases fora do contexto, fala de uma alegada falta de transparência, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Fora do contexto!

O Orador: ... mas em momento algum fala dos factos.

Primeiro facto: o Tribunal de Contas confirma ou não confirma, desmente ou não desmente a dívida pública dos Açores?

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Materialmente!

O Orador: Desmente ou não desmente a dívida pública dos Açores?

Não, não desmente a dívida pública dos Açores e mantêm-na como a mais baixa do país, ...

Deputado Carlos Silva (PS): E o INE o que é que diz?

O Orador: ... abaixo da média europeia, um orgulho para os Açores.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Orgulho!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Para não haver problemas!

O Orador: Nós temos uma dívida pública que nos permite ter o tipo de políticas que permitem ajudar as pessoas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Para não haver pobreza!

O Orador: Segundo facto: o Tribunal de Contas desmente ou não desmente o défice dos Açores?

Desmente ou não desmente que o défice dos Açores foi o mais baixo de 40 anos da democracia portuguesa?

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor já vai ser desmentido!

O Orador: Refere ou não refere que o saldo primário é positivo?

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Foi, foi...!

O Orador: O que os senhores não quiseram vir aqui dizer a esta Casa e nós percebemos bem porquê é que o parecer à Conta da Região do Tribunal de Contas confirma tudo aquilo que nós temos vindo a dizer e que o Banco de Portugal, o Governo da República, o Eurostat e o INE têm dito sobre as finanças públicas regionais. Elas têm uma situação relativa em relação a todas as contas da Europa e do país muito mais favoráveis e muito mais sustentáveis. Nós não vimos aqui dizer que vivemos num paraíso ou num mar de rosas, Sras. e Srs. Deputados.

Aquilo que nós vimos dizer é exatamente aquilo que está plasmado nos documentos.

A questão que se coloca é o que é que os senhores têm vindo a dizer sobre as contas da Região. Esta é que é a questão.

Deputado André Bradford (PS): Vamos a isso!

O Orador: O que é que os senhores diziam em 2011 após o parecer da Conta do Tribunal de Contas? O que é que dizia?

Diziam que o orçamento da Região era feito de uma forma muito otimista, quase irresponsável e que criava enormes riscos de sustentabilidade para as contas públicas.

Deputado André Bradford (PS): Isso foi há seis anos!

O Orador: O que é que aconteceu em 2012?

As contas públicas dos Açores faliram?

Houve algum problema nas contas públicas?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E não houve um resgate?

O Orador: O que é que diziam os senhores sobre as rendas das SCUT, que iriam subir de uma forma insustentável?

O que é que se verificou no ano seguinte?

Deputado André Bradford (PS): Não subiram. Os senhores não sabiam disso!

O Orador: As rendas das SCUT não só não subiram, como desceram.

Mas o que é diziam os senhores em 2011 sobre as receitas próprias?

O que é que dizia por exemplo o CDS?

Dizia que é insustentável, é quase estrutural que as receitas próprias nunca serão capazes de cobrir as despesas de funcionamento da administração regional.

Deputado André Bradford (PS): E o que é que aconteceu?

O Orador: E o que é que aconteceu?

Hoje as receitas próprias cobrem as despesas de funcionamento.

Deputado André Bradford (PS): Não acertam uma!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não pensarem quem é que cobre isso!

O Orador: Mas o que é que diziam os Srs. Deputados em 2012?

Diziam em 2012 que o Orçamento de 2012 ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Já se explica isso!

O Orador: ... era demasiado otimista, era irresponsável, podia pôr em causa a sustentabilidade das contas públicas.

O que é que aconteceu em 2013?

Os resultados das contas públicas foram sustentados e foram melhores do que os do país.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Então explique a diferença do que diz o Tribunal de Contas!

O Orador: O que é que diziam em 2012?

Que as receitas próprias nunca iriam cobrir as despesas de funcionamento.

O que é que diziam os Srs. Deputados do PSD em 2013, após o parecer da Conta da Região?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A gente avisámos!

O Orador: Os senhores diziam: “O ritmo de dívida pública que a Região tem irá fazer com que no futuro, entre 2014 e 2018, a necessidade de amortização de dívida fosse tão elevada que a sustentabilidade das contas públicas seria ameaçada.”

Deputado André Bradford (PS): Já tínhamos falido seis vezes!

O Orador: Pois bem, Sr. Deputado, em 2014 nós conseguimos refinanciarmo-nos, não falirmos.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Em 2015, nós conseguimos refinanciarmo-nos, não falimos.

Em 2016, nós conseguimos refinanciarmo-nos, ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... não falimos.

Então, Srs. Deputados, aquilo que os senhores fazem é reiteradamente anunciar o fim quando na prática os resultados têm sido sempre positivos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: O Partido Social Democrata nesta matéria de análise às contas públicas tem sido sempre um “velho do Restelo”, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nós e o Tribunal de Contas!

O Orador: ... sempre alguém que anuncia que estamos no caminho errado, sempre alguém que está e que prefere estar mais do lado da oposição do que do lado da solução.

Nós sabemos o caminho que temos traçado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Olha o perigo dessa afirmação!

O Orador: Nós sabemos os resultados que temos obtido. Os açorianos sabem os resultados que temos tido.

Nós sabemos que as nossas contas públicas já passaram por dificuldades, que a Região sofreu uma grande crise económica à semelhança do que aconteceu no país e na União Europeia.

Nós não vimos dizer que tudo será um mar de rosas.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Bem gostávamos!

O Orador: Agora, há algo que nós nos orgulhamos: é que a situação das nossas finanças públicas é sustentada e permite-nos levar a cabo as políticas que podem ajudar as famílias e as empresas açorianas a ter um futuro risonho.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Vai dizer que é uma questão de fé!

O Orador: Não é uma questão de fé. É uma questão de resultados e toda a história o comprova.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E o combate à pobreza?

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Toda a história o comprova e nós estamos certos que o futuro será risonho para os açorianos, porque é esse o trabalho que estamos aqui a tentar realizar.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Aliás, os resultados estão definidos nos Planos de Combate à Pobreza!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado Carlos Silva, não percebeu definitivamente aquilo que eu lhe disse, mas eu vou-lhe explicar e até pegando em duas afirmações suas fica a perceber a questão.

O senhor diz que em vez de mais dívida é menos dívida e que a dívida que fazem serve para melhorar a vida dos açorianos. Vamos então pegar nisso.

Deputado Carlos Silva (PS): E é verdade!

O Orador: Eu preferia que em vez de menos dívida também fosse acompanhado por menos pobreza que é coisa que não acontece. Eu preferia que os senhores em vez terem esse desmando nas empresas públicas tivessem uma gestão mais rigorosa e que essa dívida fosse canalizada sabe para quê?

Por exemplo, a da SAUDAÇOR, sabe para quê?

Para combater as vergonhosas listas de espera cirúrgicas na Região Autónoma dos Açores, percebe?

Eu preferia que a dívida vergonhosa da SATA, ...

Deputado Carlos Silva (PS): E o relatório? Não se esqueça do relatório!

O Orador: ... por vossa culpa, servisse para pôr a SATA ao serviço dos açorianos e não aos desmandos que andam a fazer, nomeadamente deixando de voar para os Açores para voar para Cabo Verde.

Deputado Francisco Coelho (PS): E a Conta?

O Orador: Eu preferia, Sr. Deputado, que o dinheiro que os senhores esbanjam na má gestão das empresas públicas e no pagamento de ordenados milionários a alguns que lá trabalham que fosse investido na Ação Social Escolar e que menos alunos tivessem Ação Social Escolar e tivessem refeições decentes nas escolas, Sr. Deputado Carlos Silva.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Eu preferia, por exemplo, que os senhores construíssem um refeitório com dignidade no Corvo para os alunos do Corvo, Sr. Deputado Carlos Silva.

Deputado Carlos Silva (PS): Já percebi!

O Orador: Eu preferia, por exemplo, Sr. Deputado Carlos Silva, como disse ali o Sr. Presidente do Governo no Plano e Orçamento do ano passado, que tivesse investido no combate sério e eficaz e determinado ao cancro do pulmão que tem maior prevalência na Região Autónoma dos Açores ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... e os senhores não fizeram nada e a SAUDAÇOR endividou-se em mais de 70 milhões de euros. Era isso que eu preferia, Sr. Deputado Carlos Silva, ao contrário do senhor que vem para aqui discutir números.

Deputado Carlos Silva (PS): É mais dívida!

O Orador: A mim não me interessam números, interessam-me condições de dívida e se é mais dívida de saúde e de vida muito bem, se é mais milhão, menos milhão e se somos reconhecidos na Europa e na estratosfera toda e os açorianos andam a passar necessidades e têm pobreza, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... que os senhores que têm de fazer um plano de combate à pobreza, Sr. Deputado Carlos Silva, o que é que os senhores andaram a fazer em 20 anos e já não vou a 20, vou a 10, nos últimos 10 anos, Sr. Deputado Carlos Silva, isso é que vos deveria envergonhar. A mim envergonha-me como açoriano.

Muito obrigado.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP e do PPM)

Deputado Francisco Coelho (PS): São poucos, mas são convictos!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente do Governo tem agora a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente.

Falou o Sr. Deputado do PSD referindo que o relatório afeta com erros e moções relevantes, materialmente relevante, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Materialmente!

O Orador: ... e eu referi exatamente na minha primeira intervenção as situações em que isso era referido e as condições de circunstância que menos eram e a relevância que isso tinha.

O Sr. Deputado agora falou na questão de certificar a dívida financeira, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O Tribunal não falou, e agora?

O Orador: ... tendo dúvidas sobre o montante da dívida financeira.

Sr. Deputado, sobre essa matéria não há dúvida absolutamente nenhuma, porque quem determina o montante da dívida financeira é o Banco de Portugal que com o balanço de todas as instituições de crédito consolida o montante da dívida financeira da Região direta e indireta e de todas as empresas públicas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não foi isso que eu disse!

O Orador: Portanto, o Banco de Portugal produz um documento que diz exatamente qual é o montante da dívida financeira da Região e o montante é exatamente igual ao cêntimo àquilo que a Região o referiu e, ...

Deputado Carlos Silva (PS): E o Tribunal pode consultar!

O Orador: ... portanto, o montante está comprovado pela entidade em Portugal com competência para comprovar a dívida financeira que é o Banco de Portugal.

Mas também na matéria que refere sobre essa matéria na referência ao Tribunal de Contas o senhor não coloca devidamente a questão.

O que o Tribunal de Contas diz é que não conseguiu obter todas as instituições de crédito a certificação que tinha solicitado a essas instituições de crédito. Apenas isso. Ou seja, houve instituições de crédito (e não o Governo) que em devido tempo não responderam ao Tribunal de Contas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor está a dizer que o que eu li não está no relatório?

O Orador: Isto não foi, nem é responsabilidade do Governo, nem põe em causa qualquer valor em relação à dívida financeira, porque a mesma está totalmente certificada ao cêntimo neste documento e pelo Banco de Portugal.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Registei a resposta do Sr. Vice-Presidente do Governo e a sua explicação sobre os resultados das empresas públicas, mas o que é facto é que não respondeu a nenhuma das questões que lhe coloquei, por isso faço esse favor de lhe relembrar as questões, pelos menos aquelas mais importantes que lhe coloquei. Vão ou não os trabalhadores da Sinaga que são integrados na administração pública regional ser integrados definitivamente?

Deputado Francisco César (PS): Isso é a Conta da Região?

O Orador: Vão ou não ser garantidos também os postos de trabalho de todos esses trabalhadores que ficam na empresa?

E como é que explica o Governo Regional que numa empresa que fica com 26 trabalhadores haja três administradores e que de 2015 para 2016 haja um aumento de 63 mil euros nas remunerações e gastos com a administração e os salários dos trabalhadores tenham ficado na mesma congelados?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma interpelação à Mesa tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Uma interpelação no seguinte sentido.

Foi dito pelo Sr. Vice-Presidente que uma referência feita pelo Deputado do PSD (neste caso eu) não seria aquilo que está no relatório.

Eu gostaria de dizer que o PSD vai entregar à Mesa a página 32 do parecer do Tribunal de Contas, nomeadamente para todos lerem a alínea 1), que é exatamente *ipsis verbis* aquilo que eu disse deste Tribunal.

Deputado Francisco Cesar (PS): Sra. Presidente já explicou que vai entregar à Mesa!

O Orador: Estou a fazer referência à alínea...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... para não dar trabalho aos Srs. Deputados para terem de ler a página toda.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Depois de ser rececionado pela Mesa será naturalmente distribuído por todos.

Sr. Deputado Francisco César tem agora a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tenho pena que o Sr. Deputado Artur Lima não esteja no plenário...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Está enganado!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Já viu que está enganado!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas tem ouvidos cá dentro!

O Orador: Estou a ter a delicadeza se estou a falar de uma pessoa de lhe chamar a atenção. É uma questão de delicadeza. Apenas isso.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eu era incapaz de o deixar!

O Orador: Espero que me seja descontado, Sra. Presidente.

Nós temos um debate curioso neste Parlamento.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito curioso!

O Orador: Nós temos o PSD.

O PSD chega a esta Casa e não vem discutir os números da Conta, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Já acabou o debate?

O Orador: ... vem discutir frases tiradas do contexto da Conta da Região.

O PSD não vem contestar nem o défice, nem a dívida, nem os resultados positivos de todas as empresas públicas ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Todas as empresas públicas! O Setor Empresarial Regional está um espetáculo!

O Orador: Sim. Os resultados líquidos das empresas públicas que tiveram resultados líquidos positivos este ano em termos globais, operacionais positivos. Não vem contestar nenhum destes dados.

Vem dizer que a Região tem um conjunto de problemas estruturais, mas não contesta nenhum dos dados que são validados pelo Tribunal de Contas. É curioso!

Depois temos o CDS-PP. O CDS-PP vem a este debate com uma outra versão.

“Então se os senhores têm tão bons resultados, têm umas contas públicas tão boas, porque é que não resolvem tudo?

Porque é que a Região está numa calamidade?”

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, não! Os senhores é que dizem!

O Orador: Portanto, nós temos aqui duas versões para ver se nos entendemos. Temos a versão de que nós não falamos dos números do Tribunal de Contas, mas a Região tem as finanças públicas num caos e temos uma segunda versão de que as finanças públicas estão bem na Região, mas os resultados não estão à vista.

Se em relação ao primeiro já foi respondido, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os senhores é que dizem!

O Orador: ... em relação ao segundo convém dizer, primeiro, Sr. Deputado Artur Lima: nós não estamos satisfeitos com o estado em que as coisas estão nos Açores, mas digo-lhe mais!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Bem-vindos ao clube!

O Orador: Nós nunca estaremos satisfeitos com o estado de desenvolvimento que se vive nos Açores.

Sr. Deputado, mas hoje as nossas políticas, mas sobretudo o trabalho das empresas e das famílias açorianas permitiram-nos reduzir o desemprego em três anos para metade, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Pobreza!

O Orador: ... em aumentar em 13 mil o número de empregados, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E a pobreza?

O Orador: ... em ter um crescimento do turismo na ordem dos 30% e aumentar o emprego no setor primário em 18%, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E os pobres?

O Orador: ... agricultura, pescas, na indústria nós aumentámos o emprego 5,5%, no turismo nós temos um crescimento e no setor terciário na ordem dos 1,7% só no último trimestre.

Sr. Deputado, nós temos resultados.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Esses resultados poderiam ser melhores se nós provavelmente tivéssemos disponíveis para abdicar do equilíbrio das nossas finanças públicas.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Podíamos fazer como fez a Madeira em determinado tempo do Governo do PSD, mas nós sabemos a que é que isso nos leva a médio e a longo prazo: à falência e à incapacidade de ajudar as famílias e as empresas açorianas.

Deputado Paulo Parece (PSD): Por que é que os senhores não vão para a Madeira?

O Orador: Em segundo lugar, Srs. Deputados, os senhores não podem vir dizer a esta Casa que há pobreza, que há problemas a nível social na Região. Os senhores não podem culpar-nos de nada fazer e quando fazemos criticam-nos por ter um plano de combate à pobreza.

Sejamos claros: nós sabemos que existem problemas sociais nos Açores. Nós sabemos que existem riscos de pobreza ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nós também sabemos!

O Orador: ... e por isso é que sempre tivemos um conjunto de políticas que visam ajudar as famílias que estão em dificuldades e nós tivemos resultados ...

Deputada Mónica Seidi (PSD): E os resultados das suas políticas?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nós também sabemos! Os senhores é que fizeram de conta que não sabiam!

Deputado José Ávila (PS): No vosso tempo....!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): “O nosso tempo”, diga isso! “No nosso tempo”!

O Orador: Oh, Sras. e Srs. Deputados ...

Presidente: Srs. Deputados!

Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Os apartes tornam impossível a minha intervenção.

Oh, Srs. Deputados, eu não percebo porque é que vos incomoda eu estar a fazer uma intervenção sobre os resultados do Partido Socialista. Se os senhores acham que os resultados do Partido Socialista são tão maus assim deviam estar satisfeitos por eu estar a mencioná-los.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Acha? Nós não somos iguais!

O Orador: O facto é que estes resultados têm sido avaliados pelos açorianos e os açorianos têm sucessivamente nos dado vitórias. Há algo que os senhores não nos poderão coartar. Não nos poderão ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, eu vejo-me obrigada a dar mais cinco minutos à bancada do Partido Socialista se continuarem a interromper o Sr. Deputado Francisco César desta maneira.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mais cinco minutos?

Deputado Paulo Parece (PSD): Qual é o critério dos cinco minutos? Isso é como os jogos de futebol?

Presidente: Por favor, peço-vos um pouco mais de silêncio para que seja possível concluir a sua intervenção.

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente, pelo tempo a mais.

O Partido Socialista apenas quer afirmar que a situação das nossas contas públicas permitem a implementar um conjunto de políticas, que ajudem quem mais precisa, que ajudem as famílias e que ajudem as empresas e digam o que os senhores disserem, façam o que os senhores fizerem não nos irão desviar deste objetivo que é ajudar exatamente estas mesmas famílias e estes mesmos açorianos.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo.

Regressamos ao meio dia.

Eram 11 horas e 33 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 06 minutos.

Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Está inscrito o Sr. Deputado Paulo Estêvão a quem dou a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Vice-Presidente, Sérgio Ávila, é normalmente um orador bastante racional. O problema está no momento em que se entusiasma e em que tem de puxar a manta.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Puxar a manta? Para tapar os pés!

O Orador: Tem de puxar a manta para tapar os buracos orçamentais que são evidentes do ponto de vista da descrição que o Tribunal de Contas faz em relação à Conta de 2016.

A questão é esta: o Sr. Vice-Presidente diz assim: “Bom, nós estamos muito melhor, temos muito menos encargos do ponto de vista da dívida que, por exemplo, o continente, os portugueses do continente.”

Eu pergunto assim: o orçamento da República, nós estamos fora, os Açores e a Madeira, as populações dos Açores e da Madeira estão livres de responsabilidades do orçamento da República.

Pergunto: há um orçamento do continente?

Deputado Francisco César (PS): Em termos relativos!

O Orador: Eu não consegui consultar o orçamento do território continental. Só vejo três: o orçamento da República que inclui a totalidade do território português, o orçamento da Região Autónoma dos Açores e outro da Madeira. Não vejo outro.

Deputado Francisco César (PS): Por acaso não é nada disso!

O Orador: Portanto, o Sr. Vice-Presidente inventa aqui um pressuposto orçamento do território continental.

As dívidas e as responsabilidades do estado português são responsabilidades assumidas em nome de todos os portugueses e evidentemente incluem os Açores e a Madeira.

Portanto, é preciso fazer esta ressalva. O Sr. Vice-Presidente sabe muito bem, mas o entusiasmo em desmentir a evidência levou-o a cometer este erro de palmatória.

Deputado Francisco César (PS): Não! Não, o senhor é que está a cometer um erro!

O Orador: A segunda falácia do discurso do Sr. Vice-Presidente é a seguinte: é que compara uma região autónoma em que as transferências do orçamento de estado e da União Europeia têm uma importância percentual enorme, compara esta economia altamente dependente com países independentes e depois compara as percentagens.

Deputado André Bradford (PS): Eu vou dar uma ajuda ao Sr. Deputado!

Deputado Francisco César (PS): Vamos falar das Canárias!

O Orador: Ora isto ... Compara com a Suécia, com a Noruega. Mas a Suécia e a Noruega não recebem quase 50% das suas receitas do exterior.

Deputado André Bradford (PS): A Noruega nem sequer é da União Europeia!

O Orador: Portanto, os senhores ... Ninguém disse que a Noruega era da União Europeia.

Oh, Sr. Deputado, o senhor está tão entusiasmado e está à procura aqui dos erros ... Alguém disse que a Noruega era da União Europeia?

Deputado André Bradford (PS): Não, mas a gente falou da União Europeia!

O Orador: Eu comparo é com outros países, ou Noruega não é um país terrestre? É disso que eu estou a falar, Sr. Deputado! Não se entusiasme!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: O que eu quero aqui dizer é que temos que ter seriedade e estas comparações entre uma região fortemente dependente do exterior em que as receitas próprias pouco superam os 50%, comparar com economias ... isto é um erro de palmatória.

O Sr. Vice-Presidente sabe ou não sabe que isto é uma barbaridade, que não deve fazer isso? Sabe perfeitamente, mas tenta que o discurso passe.

Deputado Francisco César (PS): Então por que é que o Tribunal de Contas faz isso?

O Orador: Depois vamos ver o seguinte, esta então é deliciosa do Sr. Deputado Francisco César. Esta frase é para ficar nos anais do Parlamento: “A dívida pública é um orgulho para os Açores.” – disse o Sr. Deputado Francisco César. Isto é uma barbaridade.

Deputado Francisco César (PS): Barbaridade é a sua intervenção!

O Orador: Eu não tenho nenhum orgulho numa dívida pública desta dimensão para uma região com a dependência que nós temos em relação ao exterior.

Depois diz o Sr. Deputado (isto não é o mais preocupante) Francisco César ... o Sr. Deputado Francisco César diz o seguinte: “Os senhores da oposição são uns velhos do Restelo.”

Quando vejo uma situação deste tipo começo a pensar, mas o senhor acha que não foi longe demais ainda?

O senhor quer chegar à Índia?

Onde é que o senhor quer chegar em termos de dívida pública?

Onde é que o senhor quer chegar em termos de falência do Setor Público Empresarial Regional? Onde é que o senhor quer chegar?

Quer chegar à Índia?

Eu acho que o senhor já foi longe demais e o seu Governo já foi longe demais e devo dizer também que outra novidade (esta aqui é para mudar os manuais de economia do país, esta é incrível), outra do Sr. Deputado Francisco César: “O aumento da percentagem da população do setor primário evidencia desenvolvimento dos Açores.”

Do setor primário?

Eu sempre aprendi que o aumento do peso do setor primário ...

Deputado André Bradford (PS): Era mau!

Deputado Carlos Silva (PS): Vamos acabar com o setor primário!

O Orador: ... evidencia falta de desenvolvimento económico, falta de diversificação de uma economia moderna e desenvolvida. Esta é outra barbaridade e outra invenção. Dá para reescrever os manuais de economia deste país.

Afinal, aquilo que andam a aprender no oitavo e novo ano, diz o Sr. Deputado Francisco César, não se aplica.

Se o setor primário crescer indicia desenvolvimento do ponto de vista da Região. Muito bem dito.

Depois o que eu quero aqui referenciar ...

Deputado Carlos Silva (PS): E o setor terciário?

O Orador: Meus senhores, estão aqui a pedir-me números. Eu vou dar os números. Então vamos olhar aqui para os números. Vou-vos aqui dar um conjunto de números que ainda evidenciam o vosso caos utilizando aqui o que o Sr. Deputado André Bradford acabou de dizer. Aqui na página 121 (que é para contextualizar bem, dizem que não contextualizamos perfeitamente), no quarto parágrafo da página 121 diz assim: “Qual é o juízo sobre a Conta?”

“Eles consideram negativo a impossibilidade de validar a conta do setor público administrativo regional [impossibilidade de validar a conta do setor público administrativo regional!].”

Os senhores acham que isto é positivo?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Explique lá o contexto!

O Orador: Depois veja bem no quinto parágrafo da página 122 que é para vos dar o contexto “impossibilidade de certificar a dívida da administração pública regional direta e dos serviços e fundos autónomos.”

Os senhores não acham isto grave? Eu acho.

Eu não tenho muito mais tempo, vou deixar outras situações a seguir.

“A dívida das entidades públicas [página 111, é o contexto] que não integram o perímetro orçamental manteve a trajetória de crescimento já evidenciado no ano anterior, fixando-se em 375 milhões de euros, um acréscimo de 20 milhões de euros face a 2015.”

Acham que isto é defensável? Que é algo que se possa ...

Mais uma situação.

107 é o contexto, quarto parágrafo: “A execução orçamental do setor público administrativo regional relativo a 2016 não respeitou [não respeitou!] a regra do equilíbrio orçamental prevista no n.º 2, do artigo 4.º da lei do enquadramento do orçamento da Região Autónoma dos Açores, dado que o saldo global ou efetivo foi negativo em 38 milhões de euros.”

Deputado Carlos Silva (PS): Está suspensa!

O Orador: Bom, poderia continuar aqui a citar números que atestam o desastre absoluto que tem sido a gestão deste Governo e depois quero concluir com a seguinte conclusão do Sr. Vice-Presidente:...

Deputado André Bradford (PS): Concluiu?

O Orador: “As empresas públicas não estão lá. Nós não queremos lucros nas empresas públicas. Nós estamos aqui a prestar um serviço e queremos garantir o serviço à cidadania.”

Mas o que eu pergunto é: mas com empresas falidas como o Tribunal de Contas aponta, com empresas públicas falidas que serviço público é que o senhor vai prestar?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Para os funcionários também!

O Orador: O que o Tribunal de Contas diz é a empresa está falida, ainda ficou mais falida. É o que diz.

O que é que vai acontecer em relação aos serviços que são prestados por estas empresas?

Daqui a pouca estas empresas deixam de prestar este serviço, porque pura e simplesmente têm de falir, têm de deixar de funcionar porque os senhores faliram as empresas. Portanto, não há serviço público que os senhores possam prestar nesse âmbito.

Portanto, meus senhores, não há forma de disfarçar o desastre que tem sido a vossa gestão.

Deputado André Bradford (PS): Ora aí está!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Isto sim são lições de sapiência, de sabedoria!

Deputado André Bradford (PS): Ainda não ouvi nada!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Prescindo.

Presidente: Prescinde.

Sendo assim tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A presente iniciativa de debate de urgência agendada na semana seguinte à apresentação do parecer do Tribunal de Contas decorre da gravidade das situações apresentadas, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Quem é que lhe escreveu isso?

O Orador: ... bem como das vantagens em que sejam discutidas em tempo útil.

A opinião pública, os eleitores em geral, não entenderiam perante a situação que este Parlamento só daqui por seis ou sete meses discutisse essa matéria neste plenário.

Deputado André Bradford (PS): Oh senhor, sempre foi assim!

O Orador: Os sucessivos pareceres do Tribunal de Contas sobre as contas da Região têm uma linha comum com três características: por um lado a insuficiência de informação; por outro a repetição ano após ano de recomendações não cumpridas; e por último o agravamento da situação financeira da Região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Quanto às recomendações, a passo de caracol, algumas vão sendo cumpridas, é verdade, na mesma medida que novas vão surgindo.

A resposta do Governo persistentemente desvaloriza os aspetos negativos da situação financeira comparando com o país, com a outra Região Autónoma e com a Europa, mas de forma caricata, transformando os aspetos manifestamente negativos em motivo de satisfação, foi o caso do Sr. Deputado Francisco César.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A gravidade das conclusões e o teor das reservas contidas no parecer afiguram-se demasiado vastas para uma análise detalhada, porém não podemos deixar de mencionar algumas áreas.

Fiabilidade da Conta, vai da página 26 à página 36, questões levantadas. São duas.

Em matéria de fiabilidade da Conta são apresentadas inúmeras situações quer no âmbito da administração direta, quer nos fundos e serviços autónomos, quer nas entidades públicas reclassificadas.

Diz o Tribunal: “O impacto das debilidades identificadas [e cito o parecer] são suscetíveis de afetar o exame da execução orçamental, do equilíbrio, do cumprimento das posições legais em matéria de endividamento, da expressão financeira e de património, bem como das transferências da União Europeia.”

Outra questão levantada, o alargamento do período complementar.

“O período complementar de execução orçamental fixado até 31 de março de 2017 vai muito para além do estritamente necessário do fecho das operações, colocando em causa o cumprimento da regra da anualidade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: O seu alargamento teve como consequência o aumento da taxa de execução dos recebimentos de 81 para 88% e de cerca de 20% nos fundos comunitários recebidos em 2016, ou escriturados em 2016.”

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Por quê?

O Orador: Ou seja, foi uma artimanha para melhorar a cosmética da Conta de 2016, quer quanto ao défice, quer quanto à taxa de execução de plano.

Só para informação a nível do estado o período complementar para a despesa que termina na primeira semana de janeiro e para a receita até ao dia 20 de janeiro.

Pergunta que faço ao Sr. Vice-Presidente: em 2017 qual é a sua estimativa de encerramento do período complementar?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Trajetória do crescimento da dívida. Sobre a dívida pública da Região a administração direta e entidades reclassificadas com demagogia e sem sentido de responsabilidade o Governo argumenta que em percentagem de PIB o seu valor não constitui um problema, porque quando citando o Sr. Vice-Presidente que os 44% do PIB dos Açores estão ainda longe da recomendação do tratado da União Europeia que vai no sentido de não ultrapassar os 60% do PIB e defende um crescimento moderado da dívida, mas na verdade as responsabilidades totais da Região não se limitam aos critérios de Maastricht. Se adicionarmos as dívidas das empresas públicas não incluídas no período orçamental ...

Deputado Francisco César (PS): Ainda vai somar avales!

Deputado Carlos Silva (PS): E os avales?

O Orador: ... e as responsabilidades das parcerias público privadas, o total de responsabilidades da Região são já 2.741 milhões de euros, ou seja, 70% do PIB.

Para além das responsabilidades em termos absolutos é igualmente preocupante o seu ritmo de crescimento ao longo dos últimos anos sem qualquer correspondência com o aumento do PIB.

Entre 2012 e 2016 a dívida global, excluindo as parcerias público privadas, aumentou 512 milhões de euros, ou seja, um crescimento de 32% em quatro anos. Deste conjunto de entidades em 2016 a Região teve de suportar juros no valor de 76,5 milhões de euros.

Ora, este valor representa quase 50% do IRS pago pelos açorianos em 2016, mas se adicionarmos as rendas das parcerias público privadas significa que em cada quatro euros pagos de IRS pelos açorianos, três destinaram-se ao pagamento de juros e das rendas de PPP.

Deputado André Bradford (PS): Os senhores queriam baixar!

Deputado Francisco César (PS): Para o crédito habitação!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Isso é a interpretação que o senhor fez do que eu disse!

O Orador: Dito de outra forma, só os 76 milhões de euros de juros pagos pelo conjunto da administração direta a empresas públicas reclassificadas e não reclassificadas, os 76 milhões de euros pagos de juros...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... seriam suficientes para pagar 7.176 açorianos, o rendimento equivalente a um ano com base no rendimento do salário mínimo ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e as taxas de juro estão a níveis historicamente baixos.

Relativamente ao SPER o agravamento da situação do setor empresarial tem sido crescente, ...

Deputado Carlos Silva (PS): E é!

O Orador: ... quer nas empresas reclassificadas, quer nas que se encontram fora do perímetro orçamental.

Refere o parecer que se observa a degradação do desempenho económico das entidades do Setor Público Empresarial Regional. Os sucessivos prejuízos destas empresas e o seu agravamento constituem claramente uma das causas da situação das finanças públicas regionais.

Dos ativos do SPER, com base nas contas de 2016, cerca de 470 milhões de euros, são dívidas do Governo Regional a essas empresas, designadamente 412 milhões de euros à SAUDAÇOR, mais de 40 milhões de euros ao Grupo SATA, quase 16 milhões de euros à Portos dos Açores.

Esta circunstância revela claramente a fragilidade do Setor Público Empresarial. No seu conjunto os três hospitais, a SATA e o Grupo Lotaçor têm capitais próprios negativos próximos dos 380 milhões de euros.

Estamos perante um setor empresarial sem sentido económico e em falência técnica. Os financiadores, apesar das condições de mercado, ...

Deputado André Bradford (PS): Os senhores não queriam baixar as passagens da SATA!

O Orador: ... já só emprestam dinheiro basicamente com aval do Governo e mesmo os spreads que têm sido negociados nos últimos empréstimos já são spreads elevados para aquilo que corre no mercado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Já não acreditam na bondade do Governo Regional. Esta governação deixa uma pesada herança às gerações futuras.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Vice-Presidente:

Confesso que tenho cada vez mais dificuldades em perceber a estratégia do Partido Social Democrata.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É natural!

O Orador: Eu acredito que os açorianos partilham da minha opinião.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é que já não é nada natural!

O Orador: Só assim se percebe esta desorientação se nós formos verificar os factos.

Pois bem, a Região, segundo o Sr. Deputado António Vasco, está completamente falida.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Não, não disse nada disso!

O Orador: Está em enormes dificuldades. Está num rumo de insustentabilidade que irá levar à ruína os Açores e a vida dos açorianos, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Mas propõe baixar impostos!

O Orador: ... mas há coisa de uma semana atrás defendiam a baixa de impostos e uma descida generalizada das tarifas da SATA. Pois bem, os senhores que se entendam. Se a Região está falida, não tem capacidade para baixar impostos e baixar tarifas, ...

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Não senhor!

O Orador: ... se a Região está bem então pode realizar um conjunto de medidas.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Essa é dirigida a quem? Ao PS da República, à geringonça, ou a Mário Centeno?

O Orador: Segundo ponto, Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

Eu sei que o senhor é uma pessoa atenta, mas que está neste grupo parlamentar há cerca de um ano, mas eu aconselhava o Sr. Deputado (e permita-me que o faça sem qualquer tipo de pretensão ou pretensiosismo) que falasse com o seu líder parlamentar. Os senhores têm de decidir de uma vez por todas quais são os encargos financeiros da Região Autónoma dos Açores. Os senhores não podem em 2017 dizer que os encargos financeiros da Região totalizam (somando avales, com dívida, isto tudo) dois mil e tal milhões de euros. ...

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): 2741!

O Orador: ... 2.740 e em 2011 o Sr. Deputado Duarte Freitas dizer que este Governo deixa compromissos financeiros no valor de mais de 3.500 milhões. Os Srs. Deputados que se decidam!

Aliás, há outra hipótese: que é os senhores virem a esta Casa reconhecer que o Governo dos Açores desde 2011 para cá reduziu os encargos financeiros em cerca de mil milhões de euros.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Terceiro ponto para ver se a gente se entende: os senhores acusam-nos de ter encargos com SCUTS, de ter um despesismo generalizado com parcerias público privadas e com empresas públicas, mas foi o Sr. Deputado Duarte Freitas que veio a esta Casa aqui dizer que o instrumento das parcerias público privadas não só era bom, como deveria ser generalizado a todas as ilhas dos Açores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Por isso mesmo!

O Orador: O Sr. Deputado Duarte Freitas queria uma SCUT em várias ilhas dos Açores e graças à precaução e ao juízo que o Governo Regional teve em termos de parcerias público privadas nós temos hoje as finanças públicas numa boa situação.

Aliás, as parcerias público privadas que nós fizemos são o exemplo para todo o país, são o exemplo é que quem tem dificuldades não é o Governo em pagá-las, mas sim as empresas em cumprir com o seu serviço.

Portanto, sobre esta matéria nós estamos à vontade. Se nós fizéssemos aquilo que é vontade do PSD nós teríamos parcerias público privadas e SCUTS em várias ilhas e aí sim é que nós teríamos um excelente estado das nossas finanças públicas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas afinal é bom ou é mau?

O Orador: Felizmente os açorianos naquela altura chumbaram a opção de se fazer parcerias público privadas em tudo que era ilha dos Açores.

Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): É bem lembrado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Francisco César:

O problema é porque há dois ciclos ali.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Francisco César (está a ouvir):

O problema, como o senhor sabe, não é baixar as tarifas da SATA. Aliás, quando o CDS aqui propôs baixar as tarifas da SATA exatamente para o mesmo valor que os senhores vieram propor dois anos depois, o senhor disse que íamos levar a SATA à falência, que ia ser uma desgraça. Lembra-se do seu discurso aí de cima?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Daí de baixo!

O Orador: Mas o senhor depois em 2015 baixou as tarifas da SATA exatamente no valor que o CDS propunha. Lembra-se?

Deputado Francisco César (PS): Eu não baixei nada!

O Orador: Deu instruções à SATA para baixar as tarifas e o Governo, Sr. Deputado Francisco César, também devia dar outras instruções à SATA. O que levou a SATA a despenhar-se foram as rotas mal pensadas, foram rotas para dar prejuízo, mas o que dá prejuízo à SATA, Sr. Deputado Francisco César, é chegar um avião de manhã de Boston e ficar parado oito horas para depois fazer a próxima viagem e não estar ao serviço dos açorianos.

Chega de Boston às sete da manhã e volta para Boston às quatro ou cinco da tarde. Isto é que é má gestão e que o Governo não vê.

Má gestão, Sr. Deputado Francisco César, é ter um avião A-330 que só voa três vezes por semana e custa uma fortuna num *business plan* que os senhores aprovaram e aplaudiram, Sr. Deputado Francisco César.

Deputado André Bradford (PS): Isso é ingerência!

O Orador: Isso é que é má gestão e não permite descer tarifas. Rentabilizem os equipamentos, contratem tripulações, ponham os aviões a voar 10, 12, 14, 18 horas por dia e vai ver que é possível baixar tarifas, servir melhor os açorianos e por a SATA a servir os Açores que é coisa que ela não faz por culpa exclusivamente vossa e do Governo do vosso partido.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

A tempestividade deste debate de urgência proposto pelo PSD/Açores tem haver naturalmente não com a Conta, mas com o parecer à Conta que foi entregue à Sra. Presidente na semana passada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Com certeza!

O Orador: Eu penso que isso é evidente e a tentativa de tentar aqui criar outros factos alternativos deve ser claramente posta no seu devido lugar.

Em segundo lugar, a razão do PSD/Açores ter pedido este debate no seguimento do parecer do Tribunal de Contas é porque chega-se o momento em que é preciso dizer basta.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Basta de desrespeito por este poder em relação a um órgão de governo próprio como é o Parlamento e isso tem sido sucessivo e tem atingido todas as bancadas da oposição no sentido de não haver respostas atempadas, de não haver respostas consubstanciadas e de verdadeiramente não responderem em muitos casos àquilo que está previsto na lei de um estado de direito.

Mas não é só este Parlamento que o poder socialista desrespeita. O poder socialista desrespeita um órgão de soberania como é o Parlamento regional, mas também um órgão de soberania que é um tribunal ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Isso não é verdade! Isso simplesmente não verdade! Não diga isso muitas vezes, porque não é verdade!

O Orador: ... e este desrespeito ao tribunal é evidente quando 15 das questões que são levantadas são reiteradas entre as 23. Portanto, não é a primeira, não é a segunda, nem a terceira vez que se sente este desrespeito.

Portanto, estamos aqui também a apontar no momento que é importante que o poder que está na Região instalado há 21 anos não se sinta de todo impune naquilo que é ou que deveria ser um estado de direito.

Deputado Marco Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Em segundo lugar, é preciso clarificar de uma forma muito rápida, tal como fiz em relação à tempestividade deste debate.

Quem propõe a descida das tarifas dos transportes aéreos inter ilhas e quem propõe a baixa dos impostos tem uma clara intenção: nós precisamos de mais economia, de mais economia privada, e isso é uma diferença clara, uma linha que separa o poder socialista das propostas alternativas positivas do PSD-Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Nós entendemos que precisamos de uma sociedade mais justa e equilibrada, porquê?

Porque 21 anos depois de um Governo que se diz socialista tem que reconhecer que precisa de atacar um problema de pobreza que os senhores não resolveram e em certos casos até incentivaram. É um depoimento de grande falhanço, do maior falhanço da governação socialista dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: É também em relação à sociedade, tal como em relação agora ao que refiro à democracia, à transparência democrática, é elementar aquilo que foi referido. Nós também temos uma linha que nos separa do Partido Socialista.

Nós entendemos ter de haver maior transparência, transparência democrática, e que deve ser respeitado este órgão que é o Parlamento regional, como deve ser respeitado um tribunal e os senhores não respeitam nem este Parlamento, nem respeitam um tribunal.

Deputado André Rodrigues (PS): Não é verdade!

O Orador: Isso é o tal sentimento de impunidade, fruto desta falta de transparência, que depois leva a que muitas pessoas ponham em causa o nosso próprio sistema autonómico.

Mas em relação à economia (falando de transparência democrática, da sociedade e da autonomia) algo que nos diferencia também. Nós achamos que com tarifas mais baratas a SATA nada teria a perder. A verdade é que em 2015 quando se baixaram as tarifas da SATA em 20% as receitas/tarifas de vendas de passagens inter ilhas não baixaram, porquê?

Pelo efeito de procura de preço, pela elasticidade de procura de preço.

Vão-me dizer: mas para isso, para haver essa elasticidade, é preciso haver mais capacidade de venda de lugares?

Sim, e parte do planeamento e de uma boa gestão da SATA Air Açores, coisa que não tem havido.

Mas defendemos também que os impostos possam baixar, porque achamos que mais dinheiros nas mãos das famílias e das empresas tem um efeito mais positivo do que esse dinheiro nas mãos do Governo Regional e é ver a capacidade que este Governo tem de destruir valor. Este Governo socialista tem o efeito de miras ao contrário, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A única companhia do mundo que não voa à noite é a SATA Air Açores!

O Orador: ... isto é, tudo o que toca estraga.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É ver a Sinaga, é ver a Lotaçor, é ver a SAUDAÇOR, é ver toda a panóplia de empresas do Setor Público Empresarial Regional em que o Governo se especializou em ser um grande destruidor de valor, de valor de todos os açorianos.

Deputado Francisco César (PS): E nós é que estragamos?

O Orador: Se é assim nós temos uma visão que é preferível, não só uma melhor gestão do setor público empresarial regional e das contas regionais, mas também e por essa via mais dinheiro nos bolsos das famílias e das empresas açorianas que têm uma capacidade de o gerir e criar riqueza e emprego sustentado que o Governo provou não ter.

Portanto, em relação à economia, à sociedade, à transparência democrática ficam de novo claras as diferenças entre uma visão alternativa positiva do PSD/Açores e aquilo que é um poder instituído de 21 anos.

Deputado Francisco César (PS): A vossa alternativa era mais dívida!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é mais dívida! Baixar a tarifa é mais receita!

O Orador: Mas gostaria também de dar a seguinte nota: a prova de desrespeito...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... também por aquilo que devem ser os princípios democráticos e a transparência está aqui. É um poder que utiliza a administração pública regional para os interesses partidários do Partido Socialista. Isso foi provado aqui, preto no branco, de interferência de responsáveis do Partido Socialista na administração regional para defender o Partido Socialista.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: Foi provado inequivocamente aqui, nesta Casa, e em todo o lado, interferências de responsáveis do Partido Socialista para benefício na administração regional de interesses do Partido Socialista.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Não é verdade! O que é que isso tem a ver com a Conta?

O Orador: Mais do que isso: em vez de se envergonharem de terem sido descobertos, foram promovidos a coordenadores da campanha autárquica regional ...

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas!

O Orador: ... como quem diz vale tudo para ganhar as eleições nos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Em relação não só ao uso da administração pública regional para fins partidários, também uso de dinheiros públicos para os interesses do Partido Socialista.

Os senhores por acaso têm ideia do que diz o parecer do Tribunal de Contas relativamente às verbas que vão para as juntas de freguesia ou para as câmaras municipais dos Açores?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Nós temos um parecer!

O Orador: Temos aqui o parecer que prova não só aquilo que eu disse da interferência de responsáveis políticos do Partido Socialista na administração pública regional para beneficiar o Partido Socialista, mas também do uso de dinheiros públicos nos Açores por parte do Governo para beneficiar autarquias e, portanto, o Partido Socialista.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Por exemplo, citando o Tribunal de Contas: “Em 2016, três dos 19 municípios absorveram 61% das verbas [das verbas do Governo] a saber: município de Angra do Heroísmo, município da Praia da Vitória, município de São Roque do Pico.” Três dos 19 absorveram 61% das verbas.

Mas mais!

Deputado Carlos Silva (PS): Explique porquê?

O Orador: Quanto às juntas de freguesia diz assim (estou citando de novo o Tribunal de Contas): “Quanto às juntas de freguesia as transferências foram um quinto do seu valor atribuídas apenas a quatro [a quatro!] das 155 freguesias dos Açores.”

Quais são elas? São Roque de Ponta Delgada, Sr. Deputado Pedro Moura do Partido Socialista, muitos parabéns, São Roque; a Maia; a freguesia da Ribeira Grande da Matriz e a freguesia da Vila Nova.

Deputado José San-Bento (PS): Os senhores têm que ganhar mais juntas de freguesia, Sr. Deputado!

O Orador: Todas elas, estas quatro, do Partido Socialista.

É interessante verificar também que nalgumas freguesias, como a Lomba de São Pedro, na Ribeira Grande, ou a Matriz, na Ribeira Grande, que talvez não estivessem a contar perder, os novos presidentes de câmara chegaram lá e depararam com avultadas verbas transferidas pelo Governo Regional dos Açores. É extraordinário!

Por aqui se vê não só a interferência do aparelho socialista na administração regional para o benefício do Partido Socialista, mas o uso de dinheiros públicos, denunciado também pelo Tribunal de Contas, para benefício do Partido Socialista.

É, portanto, por tudo isto, por este sentimento de impunidade que alguém tem de dizer basta. O estado de direito tem de existir nos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Bradford tem a palavra.

Deputado André Bradford (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostava de saudar a vinda a debate e a intervenção do Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Marco Costa (PSD): O Sr. Presidente do Governo ignorou este debate! Acha que o Tribunal de Contas não é para ser ouvido!

O Orador: Não é todos os dias neste Parlamento que temos a oportunidade de ouvir o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

O Orador: É, aliás, muito raro neste Parlamento termos a oportunidade de ouvir o Sr. Deputado Duarte Freitas. Portanto, desse ponto de vista este é um momento, pelo seu caráter, original e histórico até.

Depois, tenho reparado ao longo do tempo que só há duas formas de ouvirmos o Sr. Deputado Duarte Freitas: uma é quando ele se sente em ambiente controlado e, portanto, faz as suas declarações políticas e os seus discursos; a outra é quando se sente incomodado. Hoje tivemos um exemplo de uma reação por se ter sentido incomodado.

Deputado Duarte Freitas (PSD): O Tribunal de Contas é que disse isso!

O Orador: É natural. Acontece a nós todos quando sentimos necessidade de justificar, levantamo-nos e justificamos, mas o que o senhor fez não foi isso. O senhor sentiu-se incomodado porque alguém se lembrou que o senhor tinha feito mal contas no passado sobre a dívida da Região, o senhor sentiu-se incomodado porque alguém se lembrou que o senhor queria mais despesa para a Região no passado e levantou-se e não falou de nada do que motivou o seu incomodo e então tentou transferir o assunto para outra área ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): O senhor não falou nisso!

O Orador: ... e para aquele discurso que o senhor promove, mas que não cola com a realidade.

Vamos tornar as coisas muito simples.

Sobre a organização interna do Partido Socialista eu admito que o senhor tenha opinião, agora o senhor também vai admitir que ela interessa pouco ao Partido Socialista.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Isso sei eu!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Então por que é que o senhor está sempre a dizer que quer ouvir a nossa opinião?

O Orador: Interessa-nos muito pouco o que o senhor acha dos coordenadores ou deixa de achar daqueles que são nomeados coordenadores do Partido Socialista. Portanto, essa parte eu dou de barato.

Depois há outra questão que é preciso que fique muito clara.

O Tribunal de Contas é um órgão de soberania com funções fundamentais: acompanha, analisa e emite um parecer sobre as contas da Região.

Há nesse processo pedidos de informação e contraditório, há nesse processo um conjunto de troca de opiniões e esse processo é democrático e legítimo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Há um juízo, um maior juízo!

O Orador: Portanto, dizer-se que o Governo Regional suportado pelo Partido Socialista não respeita o Tribunal de Contas com base neste parecer que nós estamos a analisar ou no histórico do relacionamento entre o Governo dos Açores e o Tribunal de Contas não tem nenhum tipo de sustentação. É um argumento político puro, não tem nenhum tipo de justificação. O Governo explicou, o Tribunal de Contas pediu informações, houve a normal troca de informações e debate de pontos de vista entre o Governo Regional e o Tribunal de Contas, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Anormal, disse bem, anormal! Não é normal o que aconteceu! O Tribunal fez um juízo!

O Orador: ... daí resulta um parecer.

Portanto, nada disto é anormal.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E o Tribunal ignorou!

O Orador: Depois há outra coisa que não é nada anormal em democracia e com a qual a bancada parlamentar do PSD e em particular o Sr. Deputado Duarte Freitas convive muito mal: é com o juízo político ou eleitoral dos açorianos.

Portanto, de cada vez que os açorianos dizem nós preferimos as propostas do Partido Socialista, de cada vez que os açorianos dizem nós renovamos a nossa confiança na maioria do Partido Socialista, o Sr. Deputado Duarte Freitas grita: “Aqui d’el rei! Isto não pode ser! Este poder perpetua-se!”

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Chama-se Democracia!

Deputado Francisco César (PS): Exatamente!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E a Democracia tem tribunais!

O Orador: Este poder perpetua-se porque os açorianos confiam neste partido, na governação deste partido. A isto chama-se democracia. É isto que nós temos procurado cumprir e, portanto, todo esse tipo de acusações que o senhor procurou fazer aqui só tiveram um objetivo: criar uma cortina de fumo para que não falássemos daquilo que o incomodou e que levou à sua intervenção, mas eu vou falar daquilo que o incomodou.

O Sr. Deputado não só se enganou redondamente no número da dívida que naquela altura apurou, como queria que aquilo que agora critica tivesse sido feito em mais sítios, em mais ilhas, tudo de uma vez, provocando mais despesa à Região e eu vou dizer em concreto o que o senhor disse.

Não era só a SCUT em São Miguel, não era depois mais tarde a outra parceria público privada na Terceira. Não!

O senhor queria na ilha Terceira a construção da via de acesso ao Porto da Praia, a reabilitação da estrada regional Angra/Praia litoral; em São Jorge a reabilitação e repavimentação da Urzelina/Terreiro/Manadas; ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não se lembra é do que o senhor diz!

O Orador: ... a correção e a repavimentação do troço de estrada regional da Ribeira Seca; ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Com muito orgulho!

O Orador: ... no Pico queria a transversal; no Faial queria a variante à estrada regional e nunca mais acaba o que o senhor queria que fossem parcerias público privadas na Região.

Portanto, falar de sustentabilidade das finanças públicas por alguém que naquela altura queria exponenciar a despesa em parcerias público privadas, acho que estamos conversados sobre a sua capacidade de gerir as finanças públicas e a sua noção do que significa investir com responsabilidade nesta Região.

Nós não somos assim. Talvez por isso a nossa legitimidade eleitoral é renovada a cada quatro anos e a sua ainda não foi uma vez que fosse.

Muito obrigado.

Deputado José Contente (PS): Muito bem! O senhor não fala no juízo da Conta!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PS esgotou o seu tempo para este debate.

Dou agora a palavra ... O Sr. Deputado António Vasco Viveiros estava inscrito. Prescinde?

Sr. Vice-Presidente tem então a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para, além de responder ao Sr. Deputado António Lima, fazer referências em relação às últimas intervenções feitas e vamos começar pelo fim, pelo Sr. Deputado Duarte Freitas, que referiu uma relação em relação aos apoios atribuídos por parte do Governo às autarquias.

Primeiro, o Tribunal de Contas não faz nenhum juízo de valor sobre os valores.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Não, não! Ele fala sobre autarquias socialistas! É um juízo sobre o valor, não é de valor!

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Não, não!

O Orador: Faz a quantificação.

Mas o Sr. Deputado falou ... Mas há aqui um problema do peso das autarquias socialistas: é que quem escolheu que 68% (repito: 68%!) das autarquias dos Açores sejam socialistas foi os açorianos nas eleições.

Deputado André Bradford (*PS*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Portanto, 68% das autarquias dos Açores são socialistas é muito naturalmente que o apoio seja em maioria para essas autarquias escolhidas pelos açorianos.

Segundo aspeto essencial ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Não há qualquer desrespeito pelo Tribunal de Contas. Muito pelo contrário. O respeito pelo Tribunal de Contas assenta no facto de nos últimos três anos ter acolhido 12 recomendações ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O Francisco César está a pensar como é que vai discutir esse argumento!

O Orador: ... e pelo facto de neste momento já termos acolhido mais quatro recomendações face àquelas do parecer de 2016 e em 2018 através do orçamento já aprovado por esta Casa acolher mais quatro recomendações.

Isso demonstra claramente o respeito pelo Tribunal de Contas e o grande esforço de acolher essas mesmas recomendações.

Terceiro aspeto tem a ver com aquilo que é o apoio aos açorianos e às empresas açorianas.

Os açorianos sabem perfeitamente ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ...que através de todos os mecanismos de menores impostos, de complementos ao rendimento, de apoios complementares em termos sociais, ...

Deputado César Toste (PSD): Diga isso ao povo!

O Orador: ... os açorianos têm nos Açores mais 250 milhões de euros de rendimento disponível que teriam se vivessem exatamente nas mesmas condições na Madeira ou no continente.

É esta a nossa realidade e essa a nossa estrutura de apoio.

Em relação ao Sr. Deputado António Lima, em relação às perguntas que colocou, respondo muito rapidamente.

Em relação aos trabalhadores da Sinaga o modelo de requisição para continuarem a exercer atividades no âmbito da administração pública regional é aquele que decorre da própria lei, que é o modelo de requisição anual que pode ser prolongado consecutivamente.

Em segundo lugar, há a garantia efetiva de que esses mesmos trabalhadores que ficam na Sinaga têm o seu posto de trabalho claramente garantido sem que isso alguma vez seja colocado em causa.

Em terceiro lugar, a variação que houve em 2016 em relação aos encargos com a administração da Sinaga não deriva de qualquer aumento, deriva do facto de antes haver um administrador não executivo e de ter entrado um novo presidente do conselho de administração que passou a ser executivo.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas. Dispõe de cerca de um minuto e meio.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Para dar aqui apenas duas notas muito rápidas, relembrar que penso que talvez o Sr. Vice-Presidente não tenha escutado. É que três dos 19 municípios receberam 61% das verbas, Sr. Vice-Presidente.

Quatro das 155 freguesias recebeu um quinto daquilo que foi dado para as juntas de freguesia. Mas mais do que isso é bom lembrar que também está no relatório do Tribunal de Contas que as dez freguesias que mais dinheiro receberam do Governo em 2016 eram socialistas.

Deputado Bruno Belo (PSD): Coincidência!

O Orador: As dez freguesias que mais dinheiro receberam em 2016 eram socialistas.

Com isto fica tudo dito, fica tudo explanado, fica tudo demonstrado. Por isso, Sra. Presidente, repito, este é um poder que usa a administração pública para fins partidários e que usa os dinheiros públicos para o interesse do Partido Socialista e há um poder que usa a fragilidade da sociedade açoriana para se perpetuar e usa a falta de contrapoderes para se impor.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PSD também esgotou o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Dispõe também de cerca de um minuto.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não resisto, Sr. Deputado André Bradford, a comparar o que o Sr. Deputado André Bradford dizia quando era jornalista independente e o que diz agora.

O Sr. Deputado André Bradford quando era jornalista independente o que dizia era que a alternativa, a rotatividade no poder, era algo que deveria ser preservado no âmbito da democracia e que a estrutura económica que estava montada era uma estrutura económica que estava montada não para a eficiência económica (são palavras suas), não para conseguir a eficiência económica, mas apenas com o objetivo que era preservar o poder do partido dominante.

Eu penso que neste momento tudo isso permanece. Neste momento o parecer da Conta é evidente e descreve aquilo que nós já tínhamos ...

Sra. Presidente, eu peço ... Eu não consigo com o barulho que está.

(Diálogo entre os Deputados Duarte Freitas e Francisco César)

Presidente: Penso que já estão reunidas as condições, Sr. Deputado.

O Orador: O que eu estava a dizer era que o atual sistema, a atual estrutura económica, serve única e exclusivamente um propósito, como dizia o Sr. Deputado André Bradford. Serve única e exclusivamente um propósito, o propósito de preservar o domínio político, ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Apoiado!

O Orador: ... o domínio partidário do partido que está no Governo e não segue, não tem ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termina, Sra. Presidente.

... uma estratégia que procura eficiência económica, que procure o desenvolvimento económico. É completamente irracional, porque o único propósito é eternizar a presença do Partido Socialista no Governo da Região Autónoma dos Açores.

Presidente: Tem mesmo que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Para terminar, termino Sra. Presidente dizendo o seguinte: a legitimidade das vitórias eleitorais também é o argumento que utiliza o Sr. Maduro e o Sr. Raul Castro.

Deputados Artur Lima (CDS-PP) e Bruno Belo (PSD): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Acho que tem uma consequência abusiva!

Deputado André Bradford (PS): Quando não se consegue chegar lá inventam-se desculpas!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está inscrito ...

Sras. e Srs. Deputados!

Está inscrito o Sr. Deputado António Lima. Tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Vice-Presidente respondeu que a Sinaga não aumentou os salários dos administradores, mas o que fez foi aumentar o número de administradores.

Numa empresa que está em grandes dificuldades, numa empresa ...

Passam a ser executivos! Corrijo! Passa a ser mais um administrador executivo!

... que chega a 2017 e reduz grande parte da sua atividade é preciso mais um administrador executivo. Para quê?

Para fazer menos ou é apenas mais um tacho?

Sobre os trabalhadores. A cedência de interesse público, como o Sr. Vice-Presidente referiu, é renovada anualmente, não é uma solução definitiva para os trabalhadores.

O Governo Regional teve a arte e o engenho para aumentar as despesas com a administração em 63 mil euros, poderia também ter facilmente, penso eu, a arte e o engenho para integrar definitivamente esses trabalhadores na administração pública e perguntará o Sr. Vice-Presidente como.

Eu respondo que o Sr. Vice-Presidente deveria perguntar ao Sr. Primeiro Ministro, porque quando era Presidente da Câmara integrou trabalhadores de várias empresas municipais de tintas, nomeadamente a EPUL, passo a ler uma nota da própria Câmara Municipal ...

Deputado Francisco César (PS): Quem?

O Orador: ... que diz o seguinte: “Está em curso desde o início do passado mês de julho a integração dos trabalhadores da extinta empresa pública de urbanização de Lisboa. Os trabalhadores interessados assinaram com a autarquia um acordo de cedência de interesse público na sequência dos quais passaram a trabalhar na câmara tendo sido entretanto abertos concursos públicos com o objetivo de promover o seu ingresso nos mapas de pessoal.”

Sr. Vice-Presidente, o Sr. Primeiro Ministro certamente saberá responder como é que fez esta integração.

Muito obrigado.

Deputado José Contente (PS): Foi uma recomendação para a câmara!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, o PSD não tem tempo para encerrar o debate. Pergunto ao Governo se quer usar o tempo que ainda lhe resta para o fazer.

Então sendo assim o Sr. Vice-Presidente vai fazer o encerramento do debate.

(*) **Vice-Presidente do Governo** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para ...

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Sra. Presidente, para uma interpelação. O Sr. Vice-Presidente vai encerrar o debate?

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Mas isto é um debate de urgência, não é uma interpelação!

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): Mas por que é que o Sr. Vice-Presidente vai encerrar um debate de uma iniciativa do PSD?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Sr. Vice-Presidente está no uso da palavra a encerrar o debate.

Deputada Zuraida Soares (*BE*): O Sr. Vice-Presidente vai encerrar o debate não percebo porquê! Nós ainda temos tempo!

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): O Sr. Vice-Presidente também ainda não se inscreveu!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Vocês estão a brincar...

Presidente: Sr. Vice-Presidente, peço imensa desculpa, não queria ter de interromper. Perguntei várias vezes se havia inscrições, não houve. Eu disse que o PSD já não tinha tempo para encerrar o debate. Perguntei ao Sr. Vice-Presidente se queria usar da palavra para encerrar o debate e o Sr. Vice-Presidente disse que sim.

Sras. e Srs. Deputados!

Não há aqui confusão nenhuma! Perguntei se havia inscrições. Não havia inscrições. Tem de fazer o encerramento do debate.

Pedindo mais uma vez desculpa ao Sr. Vice-Presidente pelo interromper ...

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, para uma interpelação, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, a ver se nos entendemos.

Eu não tenho nada, nem o Bloco de Esquerda contra a palavra dada ao Sr. Vice-Presidente. Aquilo que eu não percebo é porque é que o Sr. Vice-Presidente vai encerrar o debate quando este grupo parlamentar ainda tem tempo e a intervenção ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Deputada Zuraida Soares está no uso da palavra.

A Oradora: ... do Sr. Vice-Presidente não sendo para encerrar o debate é capaz de suscitar inscrição da parte desta bancada. Portanto, havendo ainda grupos com tempo, porque é que o Sr. Vice-Presidente vai encerrar o debate?

É só a minha questão.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A interpelação é à Mesa. Quem esclarece é a Mesa.

Sra. Deputada Zuraida Soares, a sua interpelação faz sentido, no entanto eu perguntei se havia inscrições. Aguardei algum tempo, voltei a perguntar se havia inscrições.

(Aparte inaudível)

Presidente: Não, não! Não foi!

Não havia inscrições.

Informei a câmara que o PSD, como requerente, não tinha tempo para fazer o encerramento do debate. Continuou sem haver inscrições e perguntei ao Sr. Vice-Presidente que podia não o querer fazer apesar de ter tempo se queria encerrar o debate.

Portanto, o debate está encerrado com a intervenção do Sr. Vice-Presidente, como é a norma regimental.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não sei qual é a norma regimental!

Presidente: Como é a norma regimental. Não houve inscrições. Ainda havia partidos com tempo como é o caso do CDS e do Bloco de Esquerda, ninguém se inscreveu para participar no debate e o debate vai ser encerrado e vou dar a palavra ao Sr. Vice-Presidente.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente gostaria de dizer e antes de fazer a declaração final de encerramento do debate e compreendendo a questão da Sra. Deputada do Bloco de Esquerda em relação a uma pergunta que fez e que efetivamente foi nesta declaração final, se me permitirem, reponderem à pergunta, nomeadamente se o enquadramento legal que foi criado no âmbito da inserção de empresas municipais nas autarquias não é o enquadramento que regulamenta a relação entre um Setor Público Empresarial e a administração.

Aquilo que o Sr. Deputado António Lima deu como exemplo não pode ser aplicado por falta de enquadramento legal à situação em causa. É apenas isso que gostaria de dizer.

Em relação ao encerramento deste debate permitam-me só dizer três questões que para nós são essenciais.

Primeira questão: a clareza e a objetividade que ficou de que o saldo da Conta da Região de 2016 foi melhor que o melhor resultado que o país teve em 42 anos de democracia; que a dívida pública dos Açores é, no seu conjunto, incluindo as empresas públicas menos de metade daquela que se regista comparativamente face ao nível de produção daquela que se regista na média da União Europeia e menos de um terço daquela que se verifica no país na outra

Região Autónoma e que os encargos com os próprios financiamentos reduziram substancialmente em 2016 o que garante três aspetos que para nós são essenciais.

Primeiro aspeto: a garantia das gerações futuras. Nós não estamos a assumir encargos hoje que prejudique o futuro. Muito pelo contrário. Temos muito mais capacidade de enfrentar o futuro, muitos mais recursos disponíveis para enfrentar o futuro face aos comprometidos que tem a generalidade dos países da Europa, que tem o país e que tem a Região Autónoma da Madeira e é mesmo por essa razão que temos vindo a verificar nos últimos tempos (e se calhar esta semana ou para a próxima haverá mais boas notícias nesse sentido) de que o crescimento económico da Região, a geração de riqueza na Região atinge valores superiores em termos de crescimento àquele que se verifica no resto do país.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Muito bem!

O Orador: Segundo aspeto essencial: respeito absoluto pelo Tribunal de Contas. Eu fiz questão de iniciar a minha intervenção fazendo referência ponto a ponto às recomendações à nossa abordagem. O nosso esforço é permanente. Nós nos últimos três anos acolhemos 12 recomendações. Nós neste momento acolhemos em 2017 mais quatro recomendações e seis recomendações serão acolhidas em 2018. É esse o aperfeiçoamento constante da informação que nós queremos sempre assegurar em nome da transparência, em nome do rigor.

Uma palavra final de certeza de que este debate contribui, com os esclarecimentos efetuados que fizemos de forma construtiva, objetiva, não fugindo a nenhuma questão, mas abordando com rigor todas as matérias que estavam neste relatório, penso que fizemos um cabal esclarecimento de todas estas matérias de forma construtiva, de forma direta e respeitando todos os intervenientes.

São esses os nossos princípios, são esses os princípios que perseguimos no passado, perseguimos no presente e queremos continuar a construir o futuro.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Vamos interromper para o almoço.

Regressamos às 15 horas para dar continuidade à Agenda.

Eram 13 horas e 03 minutos.

Presidente: Boa tarde a todos.

Vamos dar continuidade aos trabalhos da Agenda.

Eram 15 horas e 07 minutos.

Entramos agora no ponto cinco da nossa Agenda **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 9/XI – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 34/2012/A, de 25 de julho, que criou o Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento do Artesanato dos Açores - SIDART”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Os tempos são os que habitualmente utilizamos no processo legislativo comum.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PCP vem propor à Assembleia Legislativa Regional a 1.ª alteração ao Decreto Legislativo Regional 34/2012/A, de 25 de julho, que criou o Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento do Artesanato dos Açores – SIDART.

A qualificação dos saberes artesanais é essencial para a defesa e projeção da identidade cultural açoriana, com importantes reflexos no sector do turismo, parte fundamental na estratégia de afirmação própria da Região e dos seus produtos.

No entanto, verifica-se que a utilização de matérias-primas de origem local ou regional nos produtos artesanais não é devidamente valorizada, existindo assim uma lacuna no apoio à criação de produtos artesanais de excelência, integrando materiais genuinamente açorianos.

O apoio e o incentivo à utilização de matérias-primas regionais, constituirá um estímulo não apenas para os artesãos, mas trará efeitos positivos também para outros produtores e agentes económicos açorianos, contribuindo para a criação de uma cadeia de valor e para o conjunto da economia regional, valorizando desta forma o saber-fazer açoriano e os seus produtos locais.

Na realidade a capacidade de desenvolvimento e de crescimento do turismo na nossa Região estão longe de se esgotarem e importa que tenham uma visão abrangente do que pretendemos atingir com o seu crescimento.

É hoje uma certeza aceite que a generalidade de olhar para o turismo reduzindo-o à apreciação de belezas naturais e apenas à mera oferta de transporte, alojamento e alimentação é uma forma redutora e pobre de oferta turística e com um futuro pouco ou nada promissor.

É com este espírito que hoje trazemos aqui a debate a votação a uma proposta de alteração do Decreto n.º 34/2012/A sobre o Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento do Artesanato dos Açores – SIDART.

O artesanato fazendo parte da nossa riqueza, da nossa cultura, do nosso património, da nossa história, transmite de forma genuína aquilo que fomos capazes de realizar de bom e de belo com os recursos que tínhamos disponíveis em épocas que nos precederam, recursos que na esmagadora maioria dos casos

ainda temos e transmite ao mesmo tempo a forma como soubemos e sabemos cuidar da nossa herança nesta área.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Carlos Silva tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Qualquer proposta que promova e desenvolva o artesanato nos Açores é sempre bem-vinda e o Governo relativamente a isso tem vindo a investir no artesanato nos Açores e o setor tem crescido de forma significativa nos últimos anos. Portanto, o Governo e o Partido Socialista reconhecem a importância do artesanato na cultura e na economia regional.

No entanto, a proposta que é apresentada pelo PCP carece relativamente aos pressupostos e vem alterar a definição e o conceito de artesanato cujo modelo de classificação nos Açores é igual ao que é praticado noutras regiões, por este motivo desvirtua o conceito de artesanato e subverte a lógica até de funcionamento dos incentivos ao investimento.

O Governo tem demonstrado que tem vindo a adaptar nos últimos anos o diploma que promove o desenvolvimento do artesanato tem vindo a investir neste setor e também gostava de referir a este respeito o parecer da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores que responde dizendo que apesar da iniciativa ser boa e de promover o artesanato que considera no entanto que deveria ser encontrada uma outra solução para esta questão, pois parece pouco adequado considerar só por si a aquisição de matéria prima regional como um projeto e que isto cria um problema ao considerar como despesa elegível nos sistemas de incentivos.

Portanto, parece-nos que a proposta apresentada não é a mais adequada uma vez que a aquisição de matéria prima não deve ser considerada como um projeto, nem uma despesa elegível no âmbito do Projeto de Decreto Legislativo Regional em causa.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Rui Martins tem a palavra.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS efetivamente considera pertinente que haja uma valorização do artesanato e que efetivamente potencie o valor dos produtos locais e assim consideramos que o que é verdadeiramente importante é que haja uma majoração do artesanato que utiliza produtos locais.

Deputado Carlos Silva (PS): Não é isso que está na proposta, Sr. Deputado!

O Orador: É importante criar uma cadeia de valor que pode efetivamente ter início na aquisição de matérias primas de origem local e que permita, portanto, a valorização de recursos endógenos.

Posso dar como exemplo também a construção de instrumentos musicais, por exemplo, em que deveria ser eventualmente majorado um apoio a quem utilize aquelas que são madeiras locais, nomeadamente o cedro do mato, o pau branco e a acácia, por exemplo.

Apesar de estar aqui a enunciar madeiras que estão sujeitas a medidas de proteção quanto ao abate, também é verdade que esta atividade de construção de instrumentos é cada vez menor e poderia até ser valorizada dessa forma e como é cada vez menor também poderia valorizar madeiras provenientes do

desbaste florestal que é levado a cabo pelos próprios serviços florestais. Assim também nunca colocaria em causa a sustentabilidade deste tipo de recurso.

Da mesma maneira que podia falar no linho que produz as belas colchas de S. Jorge, ou a escama de peixe cujos trabalhos já há muito fazem parte do nosso património e que porventura são até o produto de artesanato que melhor se soube adaptar e reinventar criando até uma nova procura.

Faço aqui também um paralelismo de certo modo que é: da mesma maneira que é valorizada na restauração a utilização de produtos locais também deveria haver esta majoração dos apoios a quem produz o artesanato utilizando produtos locais, por forma efetivamente a valorizar.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Marco Costa tem a palavra.

(*) **Deputado Marco Costa (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. e Deputadas, Srs. Membros do Governo:

O PSD relembra que isto foi um Decreto Legislativo Regional que foi aprovado por unanimidade nesta Assembleia Legislativa e, portanto, continua a fazer sentido apoiar a produção artesanal, as suas unidades primárias de produção, os seus artesãos, nomeadamente a formação, as condições de laboração e tudo o que venha a fundamentar a certificação.

Concordamos com o preâmbulo, digamos assim, que leva à apresentação desta alteração, no entanto, consideramos que tecnicamente há questões que devem ser esclarecidas, porque estamos a falar de um Decreto Legislativo Regional que, como já foi aqui afirmado, inclui cerâmica, doçaria, diversos alimentos regionais, tradicionais. Portanto, a avaliação deverá ser constante, mas do ponto de vista técnico consideramos que a matéria prima não pode ser colocada nos termos em que é colocada nesta proposta.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo que não há mais inscrições.

Não havendo inscrições vamos então passar à votação deste Decreto Legislativo Regional.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O projeto de DLR apresentado foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 2 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares pede a palavra para?

Deputada Zuraida Soares (BE): Para uma interpelação.

Presidente: Para uma interpelação, tem a palavra, Sra. Deputada.

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito obrigada, Sra. Presidente.

Para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos às 10 para as quatro.

Eram 15 horas e 19 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 55 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então continuar com os trabalhos da nossa Agenda.

Entramos agora no ponto seis: **Projeto de Resolução n.º 34/XI – “Lei das Finanças das Regiões Autónomas”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Os tempos são os que utilizamos no processo legislativo comum. Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Discutimos agora neste ponto da ordem de trabalhos a proposta do Bloco de Esquerda para um pronunciamento desta Assembleia no sentido de dar poderes ao Governo Regional para iniciar um processo de discussão e negociação com o Governo da República com vista a proceder à alteração da Lei de Finanças Regionais em linha com a lei de 2010.

Fazemo-lo desta forma, em primeiro lugar, por respeito a esta Assembleia Legislativa que representa no seu todo a vontade política dos açorianos e açorianas na expressão do seu voto.

Fazemo-lo também desta forma partindo o Bloco de Esquerda do princípio que a Lei de Finanças das Regiões Autónomas de 2010 era uma lei equilibrada e defensora das autonomias, mas como tudo na vida esta pode ser também melhorada, considerando a nossa experiência coletiva adquirida sob o ponto de vista político e técnico com o intuito de encontrar soluções ainda melhores para a nossa autonomia.

É esta convicção que nos move e tendo em conta também que a Lei de Finanças Regionais é um documento estruturante para os Açores qualquer princípio com vista à sua alteração deve, sempre que possível, merecer a vontade inequívoca de toda esta Assembleia.

Apresentamos assim este documento a esta Casa, esperando que este possa proporcionar um debate sereno e pensamos nós gerador de consensos.

Nada, mas mesmo nada, quer do ponto de vista político, quer do ponto de vista regimental, impede o Bloco de Esquerda de apresentar um Anteprojeto de Lei que no essencial estaria em linha com a Lei de Finanças Regionais de 2010.

No entanto, decidimos não o fazer agora, porque achamos que a hora é de discutir serenamente esta questão e fazer o possível para chegarmos a compromissos em comum e em defesa da nossa Região.

A autonomia que nós consideramos dinâmica no sentido que esta deve adaptar-se a evoluir e aprofundar-se de acordo com a experiência adquirida, mas também em consequência de novos problemas colocados por desafios ambientais, sociais, económicos, entre outros. Não deve transformar-se ela própria em arma de arremesso político.

São discutíveis com certeza as formas de que se reveste a autonomia, mas o bem democrático consagrado na Constituição e nos respetivos estatutos autonómicos das regiões autónomas constituem para nós um proveito inquestionável para as populações insulares e uma elevação enorme para a democracia no nosso país, cujo valor não podemos vilipendiar.

Mas se a Constituição e o Estatuto Político Administrativo são pilares sustentadores da nossa autonomia, a Lei de Finanças Regionais é o terceiro pilar sem o qual se esboroa a nossa autonomia.

Por razões do tempo histórico o Bloco de Esquerda não ombreou obviamente com os primeiros autonomistas que há mais de 150 anos assumiram este princípio, mas desde a sua fundação nos Açores todos e todas viram o Bloco de Esquerda na defesa da autonomia do seu aprofundamento dinâmico e na luta pelos meios necessários ao desenvolvimento dos Açores.

Estivemos ao lado da autonomia quando combatemos a Lei de Finanças Regionais de 2007 que representava uma instrumentalização da própria autonomia para a luta política contra Alberto João Jardim e que prejudicava a população da Madeira e por esta via a própria autonomia.

Apoiamos a lei de 2010, mas perante a lógica seguida pelo partido maioritário na altura introduzimos uma clausula de salvaguarda a favor dos Açores que a própria unidade técnica de apoio orçamental da Assembleia da República demonstrou *a posteriori* não ter sido necessária uma vez que os Açores com a lei de 2010 seriam beneficiados em cerca de 7 milhões de euros em relação à lei de 2007.

Mas também fomos os únicos em termos partidários que perante as trapalhadas do mesmo Alberto João Jardim e o perigo que estas poderiam representar para a autonomia e para os Açores assumimos a proposta política, aqui e na República, de avançar para uma Lei de Finanças Regionais exclusivamente para os Açores.

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito bem!

O Orador: Serve este breve historial para clarificar quaisquer dúvidas que possam existir e subsistir sobre o comportamento do Bloco de Esquerda em relação a esta matéria.

Ao apresentarmos esta iniciativa move-nos o mesmo propósito político: a defesa dos Açores.

Foi este mesmo propósito que nos moveu em 2011 quando afirmámos reiteradamente nesta Casa e fora dela que o memorando da Troika daria origem a uma nova Lei de Finanças Regionais que era contrária, que seria contrária aos interesses dos Açores.

Penso que estarão lembrados (até melhor do que eu), Sras. e Srs. Deputados, do quão ridicularizada foi esta posição do Bloco de Esquerda nesta Casa.

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito bem!

O Orador: Infelizmente, nem passado um ano os mesmos que ridicularizavam a nossa posição assumiram na prática o quão estava certo o Bloco de Esquerda.

Sras. e Srs. Deputados, por que razão queremos mudar a atual Lei de Finanças das Regiões Autónomas e porque razão achamos que pelo menos uma alteração em linha com a lei de 2010 é benéfica para os Açores?

Deputado José San-Bento (PS): Boa pergunta!

Deputada Zuraída Soares (BE): Muito bem!

O Orador: A Lei de Finanças Regionais de 2013 revista em 2014 contém aspetos que ferem de forma clara o princípio do adquirido autónómico, nomeadamente no que respeita à norma que regula as transferências da participação variável do IRS para as autarquias e que constitui uma leitura incorreta dos poderes da Região consagrados na Constituição e no nosso Estatuto.

A autonomia é também ferida quando é reduzido o diferencial fiscal que mais tarde voltou a ser possível aumentar, mas com a diferença que são os Açores a assumir os custos desta decisão.

Da mesma forma a nova fórmula de apuramento do IVA priva do ponto de vista político, mas também do ponto de vista financeiro a liberdade da Região em ajustar esse imposto consoante as necessidades regionais de cada momento.

Se a Região diminuir este imposto não apenas perde receitas importantes, como se coloca numa posição política delicada e frágil perante os poderes do Terreiro do Paço.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Terreiro do Paço! (*Risos*)

Deputada Zuraída Soares (BE): Nós não estamos no Terreiro do Paço, estamos São Bento!

O Orador: Estamos, por isso, perante uma quebra de poderes autónómicos de relevo.

A Lei de Finanças Regionais de 2013 em vigor não protege a Região para o futuro quando faz depender as receitas da Região de variáveis que de forma alguma controlamos, como seja o crescimento económico ou o retrocesso das despesas correntes do estado, ou do PIB, ou ainda da variação da receita estimada do IVA na República.

As receitas da Região podem ser afetadas por esses três fatores conjugados ou por cada um isoladamente.

Por exemplo, uma quebra estimada da coleta do IVA de mil milhões de euros a nível nacional pode traduzir-se numa quebra da receita de cerca de 20 milhões de euros para os Açores.

Para além desses factos é de salientar que a Lei de Finanças Regionais de 2010 impedia que as transferências para a Região a cada ano fossem inferiores às do ano transato, o que não sucede com a atual lei, pois esta permite a sua redução em várias conjunturas possíveis.

Estas razões que apontamos são fulcrais para em nosso entender esta Assembleia em conjunto com o Governo Regional avançar para esta discussão de modo em que em 2019 tenhamos uma Lei de Finanças Regionais mais amiga da autonomia, ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito bem!

O Orador: ... assumindo-se como um pilar do desenvolvimento dos Açores.

Pode esta iniciativa do Bloco de Esquerda ser encarada como uma crítica à atuação do Governo Regional em 2012 e 2013 na negociação da atual Lei de Finanças Regionais?

Só um pensamento político mesquinho pode imaginar tal desiderato, tão só porque aprovámos a proposta do PS em 2012 que defendia as bases para as negociações com o Governo da República de então do processo de revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas.

Perante tão eminente ataque à nossa autonomia que constituía o Projeto Lei enunciado sempre estivemos do lado da defesa dos Açores que o então Governo Regional protagonizou.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sim senhor!

O Orador: Tendo em conta tudo isto não entendemos a violência do ataque a que esta proposta foi alvo quando em maio último foi apresentada e depois posta a marinar.

Esta nossa proposta, conforme penso ter explanado, vai de encontro ao pensamento dominante nesta Assembleia de que a lei de 2013 não é boa, mas que foram atenuados os seus efeitos mais gravosos. Esta proposta vai ainda de encontro à votação expressa na Assembleia da República em que PS, PCP, Bloco de Esquerda e Verdes deram o seu voto contrário à lei de 2013.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Essa agora!...

O Orador: Estamos perante uma nova maioria na Assembleia da República, cujos partidos que a constituem foram no passado contrários à lei de 2013.

Por parte do Bloco de Esquerda pela voz do seu líder parlamentar na Assembleia da República já foi assumido publicamente a disponibilidade política para alterar esta lei que é má para as autonomias.

Porque é também da oportunidade política que se trata o Bloco de Esquerda a bem dos Açores não quer desperdiçar esta janela de oportunidade.

Estamos disponíveis para alterações e até para consensualizar outro caminho no mesmo sentido com base em ideias concretas e prazos definidos.

Mas, Sras. e Srs. Deputados, não percamos esta oportunidade.

Deputada Zuraída Soares (BE): Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão agora abertas as inscrições.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Para que não hajam dúvidas pergunto se há inscrições, caso contrário vamos passar à votação.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros tem a palavra.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes demais estranho que ninguém, nem do Governo, nem do PS se tenha inscrito e, portanto, passaríamos à questão da votação sem que se ouvisse a opinião do Governo e a opinião do PS.

Deputado Francisco César (PS): Não sabe disso!

O Orador: Essa é a primeira questão.

Deputado João Vasco Costa (PS): Isso não é uma questão, é uma resolução!

O Orador: O presente Projeto de Resolução tem por objeto a reposição da Lei de Finanças Regionais alterada em 2013.

Também já foi afirmado pelo Sr. Deputado António Lima que essa lei foi aprovada pelo Governo de coligação PSD/CDS em 2013, ainda que na altura tenha tido votos contra do PS, do Bloco de Esquerda, do Partido Comunista e também por indicação dos órgãos regionais do PSD, dos deputados do PSD na Assembleia da República, fundamentalmente porque reduzia o diferencial fiscal de 30 para 20%.

Essa questão foi ultrapassada na revisão de 2014 e passou a Região a ter possibilidades de repor o diferencial em 30% que só parcialmente até agora utilizou.

A questão coloca-se neste momento, não fazendo apenas a avaliação exclusivamente financeira daquilo que são os ganhos do ponto de vista do relacionamento financeiro entre a Região e o país, mas é evidente que essa questão é relevante sobretudo na altura há aqui posições contraditórias entre a fase da discussão da proposta com declarações do Sr. Presidente do Governo a dizer que tinha conseguido um bom acordo, mas depois há a utilização política

da redução das transferências fiscais como argumento no sentido que o Governo da República estava a prejudicar os Açores, mas finalmente há aquilo que para nós é mais importante que são as contas e o balanço entre aquilo que foi a redução de transferências fiscais ao abrigo da alteração da lei e aquilo que foram os ganhos com a introdução da capitação do IVA e felizmente para a Região que esse saldo é francamente positivo. Desde logo em 2014, o ano em que pela primeira vez se aplicou a alteração da lei de 2013, em que a redução de 66 milhões de euros das transferências do orçamento do estado para a Região foram compensadas exatamente no mesmo montante pelo aumento do IVA, mas pensando no IVA cobrado em 2013, mas o IVA cobrado em 2013 foi um IVA de montante de 213 milhões de euros mas que resultou de um ano em que houve um ajustamento, houve um acerto de contas e se olharmos para a média dos quatro anos anteriores em que dilui-se esse acerto de 2013, em 2014 no conjunto das transferências do orçamento do estado e do aumento do IVA há um ganho para a Região de cerca de 30 milhões de euros. Ou seja, o Governo reduziu as transferências em 66 milhões de euros, mas a cobrança do IVA por capitação olhando para os quatro anos ou para a média dos quatro anos, dos últimos quatro anos da capitação, há um ganho para a Região, um saldo global de 30 milhões de euros.

Mas a situação manteve-se claramente num caminho de melhoria em termos de ganhos para a Região, tanto que no orçamento de 2018, aquilo que está projetado no orçamento da Região são 321 milhões de euros, o que corresponde a um aumento relativamente a 2013, ou à média dos anos anteriores de 134 milhões de euros. Portanto, qualquer posição que possa ser defendida pelo PSD e se limitasse ao critério a esse saldo, a esse balanço final, seria contra a uma situação que repusesse o que existia se nessa reposição passa-se a existir o regime de cobrança do IVA. Portanto, dessa maneira repondo as transferências não seriam suficientes para aquilo que é a diminuição da capitação.

Mas sobretudo para nós é importante ouvir a posição do Governo, ou seja, o Governo participou nas negociações da alteração na qual há aqui declarações do Sr. Vice-Presidente em 2013 mostrando satisfação por aquilo que tinha conseguido nas negociações sobretudo com o Ministério das Finanças e com a sua equipe, era bom que fizesse uma avaliação daquilo que se passou, aquilo que eram as expectativas e que também explicasse politicamente se haviam expectativas de que a Região não seria prejudicada, porque que razão politicamente a questão da diminuição das transferências foi demagógicamente utilizada em inúmeros momentos na discussão política na Região.

Para nós é fundamental ouvir a opinião do Sr. Presidente do Governo sobre esse assunto.

Muito obrigado.

Deputados Paulo Parece e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): Não estou completamente convencido!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A proposta é bem intencionada, mas tem um conjunto de fragilidades políticas evidentes na perspetiva.

A primeira e o Sr. Deputado fez referência, uma referência cautelar digamos assim, explicou porque é que não apresenta uma anteproposta e apresenta um Projeto de Resolução, mas a explicação não é convincente de forma nenhuma,

...

Deputada Zuraida Soares (BE): Ainda!

O Orador: ... para um debate calmo.

Eu não sei. A anteproposta torna o debate menos calmo?

Deputada Zuraída Soares (BE): Fale da proposta!

O Orador: Não vejo que esse argumento possa ser utilizado em relação a esta proposta. Esse é o primeiro argumento. Eu não sei se estou a salvar o Governo. Eu estou a dizer a verdade, que é o que me interessa em todas as matérias.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não está a falar da proposta!

O Orador: A segunda questão é uma questão que também não se compreende até tendo em conta a posição do Bloco de Esquerda, quer aqui na Assembleia Legislativa, quer também no Parlamento.

Nós queremos reforçar a natureza parlamentar do sistema político português e açoriano ou queremos encarregar o Governo de algo que nós podemos fazer?

Eu tenho visto aqui o Bloco de Esquerda a defender por diversas vezes que deveria melhorar, aprofundar a natureza parlamentar do sistema político autonómico. Não faz sentido então que abdique de uma competência que é uma competência parlamentar e que encarregue o Governo ...

Deputada Zuraída Soares (BE): Não é isso que está aí escrito, Sr. Deputado!

O Orador: É isso que aqui está escrito.

“Manda-te o Governo Regional dos Açores para encetar negociações com o Governo da República” quando esta questão pode ser resolvida do ponto de vista parlamentar. Pode e deve! Devo dizer: pode e deve!

Portanto, estas são as fragilidades que me parecem evidentes.

A terceira referência que eu quero aqui fazer é a seguinte: o Bloco de Esquerda de facto sustenta o Governo do Partido Socialista, como sabe o Partido Socialista foi o segundo partido mais votado, o Bloco de Esquerda tem uma posição fundamental do ponto de vista da sustentação do Governo, do ponto de vista político, e pode incluir esta questão como uma questão prioritária no

âmbito negocial com o Governo da República e com os outros partidos que sustentam o Governo, nomeadamente o Partido Socialista, e não o fez.

Deputada Zuraida Soares (BE): Ainda!

O Orador: O Bloco de Esquerda não o fez.

Deputada Zuraida Soares (BE): Ainda!

O Orador: Ao longo da atual legislatura nunca colocou essa questão como uma questão prioritária e essa é outra crítica que fragiliza politicamente a posição do Bloco de Esquerda e em quarto lugar (para não se dizer que eu estou aqui a poupar o Partido Socialista, também tenho aqui uma coisinha para o Partido Socialista, um argumento, um argumento para o Partido Socialista),...

Deputado André Bradford (PS): A gente já estava a estranhar!

O Orador: ... que é o seguinte: o ex-Presidente do Governo Regional foi um dos principais críticos em relação à alteração da Lei das Finanças das Regiões Autónomas. Agora ocupa uma posição fundamental: é Presidente do Partido Socialista a nível nacional, ...

Deputado Francisco César (PS): E líder parlamentar!

O Orador: ... é líder parlamentar do Partido Socialista e ainda é Presidente Honorário com competências muito específicas e alargadas no âmbito do Partido Socialista a nível regional.

Se há alguém que tem condições políticas para realizar uma alteração que reponha as transferências para os Açores, esse alguém é Carlos César, que também não o está a fazer, ou seja, do ponto de vista político é a mesma incongruência, apresenta a mesma incongruência que apresenta agora o Bloco de Esquerda. Estão os dois no mesmo barco.

Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Olhe que não! Está enganado!

Deputada Zuraida Soares (BE): Encontrou!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É pena a parte final da intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão, senão eu teria dito que pela primeira vez concordava integralmente com aquilo que disse,

...

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): Ainda não foi desta!

O Orador: ... mas teve o cuidado de fazer uma abordagem final que não me permite dizer isso na globalidade, mas permite-se dizer isso numa parte muito substancial daquilo que foi a sua intervenção em que subscrevo nessa parte integralmente aquilo que disse.

Efetivamente o que está aqui em estão é que esta proposta assenta num princípio que é claramente impercetível. Aliás, é contraditório com tudo aquilo que tem sido o discurso do Bloco e o discurso desta Assembleia, porque o que se está aqui a propor é que a Assembleia abdique das suas competências para fazer uma coisa que foi dita pelo Sr. Deputado António Lima, que é a Assembleia dá poderes ao Governo para negociar.

Primeiro, a Assembleia não pode dar poderes ao Governo para negociar uma matéria que é competência exclusiva da Assembleia da República e que pode a Assembleia Regional fazer, como foi dito pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, uma anteproposta de lei a apresentar à Assembleia da República concreta e objetiva.

Porque aquilo que está em causa é uma matéria que é da competência exclusiva da Assembleia da República.

Deputada Zuraida Soares (*BE*): E o seu partido como é que vota lá?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): E o seu?

Deputada Zuraida Soares (*BE*): O meu vota a favor!

O Orador: Que eu saiba o Bloco de Esquerda tem dois instrumentos para concretizar esta intenção.

Primeiro: apresentar uma proposta concreta de lei, de alteração da lei, na Assembleia da República. Nada impede que o Bloco de Esquerda o faça.

Deputada Zuraida Soares (BE): Pois claro que não!

O Orador: Segundo: se não quiser fazer na Assembleia da República, apresentar uma anteproposta concreta de alteração da lei na Assembleia Legislativa Regional. Tem esses instrumentos.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não altera nada!

O Orador: Isso é que é o contributo. Se quiserem alterar a Lei de Finanças Regionais é esse o contributo prático para a sua alteração.

Não é dizer ao Governo que o Governo negocie algo que não é competência legislativa do Governo e que o Governo também não precisa obviamente ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Nem quer! O Governo não precisa nem quer!

O Orador: ... de qualquer referência da Assembleia para tratar desse assunto, mas a eficácia legislativa, se o Bloco de Esquerda quer mudar a Lei de Finanças Regionais tem todas as condições para o fazer, não por este instrumento, mas por apresentação na Assembleia da República de uma proposta de alteração da lei ou na Assembleia Regional de uma anteproposta da alteração da lei.

Deputada Zuraida Soares (BE): Como é que o seu partido vota?

O Orador: Portanto, o que eu chego à conclusão é que o Bloco de Esquerda quer mudar a lei, mas não sabe como é que se muda a lei e como não sabe como é que se muda a lei dizem: “Olha, o Governo que proponha e que negocie mudar a lei.”

Nós estivemos na comissão e eu tive a oportunidade de questionar o Bloco de Esquerda concretamente, um conjunto de questões concretas, sobre que alterações pretendem à lei.

Que alterações concretas ...

A questão é: querem repor integralmente a lei de 2010? Toda a lei?

Deputada Zuraida Soares (BE): 2010 (ponto)!

O Orador: A minha pergunta é: toda a lei de 2010?

Deputada Zuraida Soares (BE): Leia o Projeto de Resolução, Sr. Vice-Presidente!

O Orador: É que essa matéria é uma matéria de demasiada complexidade, como foi referido na comissão, para ser analisada assim de forma tão simples.

Deputada Zuraida Soares (BE): É uma boa desculpa, a complexidade!

O Orador: Isso tem a ver com a conjugação de um conjunto de efeitos que a própria lei tem num conjunto de artigos que define o relacionamento financeiro entre a Região e a República que não se limita ao artigo das transferências e que tem implicações com outros artigos, aliás, como o Sr. Deputado António Viveiros o referiu, com algumas nuances que precisa referir em relação à sua intervenção.

Primeira questão: a satisfação que o Governo demonstrou (e tem que ir ver esses documentos e ser rigorosos) não foi em relação à versão da lei que foi aprovada. Foi ao facto do Governo da República ter admitido que se tinha enganado na lei que enviou para a Assembleia da República e o Secretário de Estado do Orçamento depois da lei já estar na Assembleia da República ter enviado uma proposta de alteração da lei reconhecendo que se tinha enganado na forma e nos cálculos existentes e foi esse reconhecimento desse erro do Governo da República por alerta e por trabalho nosso que nós reconhecemos como foi feito. Se não há essa alteração entre a proposta que é aprovada a 27 de dezembro de 2012 pelo Governo e a proposta que é depois aprovada na Assembleia da República em 2013 a Região teria tido não uma redução de transferências globais de 60, mas de 125 milhões de euros, porque tinha havido um engano por parte do Governo da República na formação da lei e foi esse reconhecimento dessa correção desse engano que o então Secretário de Estado,

Luís Morais Sarmiento, teve e bem que o fez e que comunicou à Assembleia esse engano que teve o reconhecimento do Governo Regional: não a aprovação, não a versão da lei e isso é bom que fique corrigido.

Segundo aspeto: evidentemente que essa lei tem a conjugação de dois fatores e conforme então a UTAU também o referiu e o Governo da República o assumiu claramente, do conjunto de dois efeitos implicaria uma redução de 20 milhões nas transferências para a Região. Não os 66, porque os 66 derivava evidentemente da contabilização (como nós sempre o dissemos) apenas do artigo das transferências sem ter em conta a mudança do efeito de capitação, mas também não pode de maneira nenhuma ser agora, pós este período, calcular o efeito da lei pela variação da receita do IVA e imputar essa variação da receita do IVA no horizonte temporal de quatro anos ao efeito da capitação, porque a verdade é se o IVA fosse o IVA gerado também havia aumento decorrente do aumento da atividade económica na Região.

Portanto, o efeito na globalidade não é um efeito do aumento das transferências a título de IVA não decorre do efeito da capitação, porque uma parte disso também decorre do efeito do aumento da atividade económica que aconteceria se o IVA fosse o princípio do IVA gerado.

Portanto, essa conta que fez também não a pode imputar ao benefício da alteração da lei, porque há uma parte desse efeito que não deriva da capitação.

O que na altura o Governo da República assumiu claramente é que do resultado dos efeitos conjugados das transferências e da passagem do IVA gerado para o efeito de captação resultaria uma redução de 20 milhões no total da receita da Região Autónoma dos Açores e que era compensado com um aumento de 20 milhões das transferências para a Região Autónoma da Madeira.

Portanto, foi essa a matéria e o objetivo então que foi feita a lei.

Esta parte da intervenção visa apenas clarificar aquilo que foi anteriormente dito.

Agora a matéria substancial (e é isso que interessa, porque é isso no diploma que está aqui em causa e é a posição do Governo sobre este diploma) é que isto não é um diploma. Ao contrário do que foi tentando fazer passar, não há aqui nenhuma proposta de alteração da Lei de Finanças Regionais.

Nós teremos a disponibilidade para discutir qualquer ...

Deputada Zuraída Soares (BE): Isto não é um diploma? Então é o quê?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isto é um ato legislativo!

O Orador: É um ato legislativo, mas não é nenhuma proposta de alteração da Lei de Finanças Regionais. Não tem aqui nenhuma proposta de alteração da Lei de Finanças Regionais, Sra. Deputada. Temos de ser rigorosos. Não tem!

Deputada Zuraída Soares (BE): Vamos ser!

O Orador: O que diz aqui é que o Governo deve negociar uma alteração da lei. Primeiro: o Governo não precisa de qualquer proposta para negociar qualquer alteração da lei.

Segundo: quem tem competência para alterar a lei é a Assembleia da República onde o Bloco tem toda a capacidade legislativa de propor uma alteração da lei, ...

Deputada Zuraída Soares (BE): Mas precisa de incentivo!

O Orador: ... como o Bloco de Esquerda também o tem na Região Autónoma dos Açores de propor uma anteproposta de lei.

Portanto, o que estamos aqui a discutir com a devida consideração é algo que não é uma mão cheia de nada e outra mão cheia de coisa nenhuma, porque aqui não tem absolutamente nada e aqui a única coisa que faz é a Assembleia abdicar das suas competências, a Assembleia Legislativa Regional abdicar das suas competências e a Assembleia da República por essa via também assumir que o Bloco de Esquerda na Assembleia da República também abdica das suas competências ...

Deputada Zuraída Soares (BE): A Assembleia assumir as suas competências!

O Orador: ... e essa não é de maneira nenhuma uma boa maneira de reconhecer e de valorizar a nossa autonomia e as competências deste Parlamento.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem, Sr. Vice-Presidente!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Resumidamente parece que está tudo muito claro.

Em 2011 ainda Sócrates na República negocia esta alteração da Lei das Finanças Regionais. Foi garantido que nada aconteceria à Região, afinal aconteceu. Como de costume o Governo de direita na altura ficou com todas as responsabilidades das maldades que fez à Região.

Em 2013, efetivamente houve uma redução na forma de cálculo das transferências, mas como aqui já foi dito pelo Sr. Vice-Presidente e pela bancada do PSD a questão da forma como a Região iria receber o IVA, se era por capitação ou se era por cobrança, que na altura o Sr. Vice-Presidente achava que se o IVA passasse a ser recebido por capitação iria prejudicar imenso a Região, a verdade é que houve um aumento.

Se é um aumento líquido ou não líquido, se formos ver entrar em forma de cálculo com o aumento da economia na Região, coloco-lhe a questão. Não precisa estar a dizer que não. Vou colocar-lhe a questão muito diretamente: neste momento continua a manter a mesma opinião ou acha que é um benefício para a Região neste momento o IVA ser recebido por capitação?

Deputado Carlos Silva (PS): Mas isso não é a discussão!

A Oradora: Até porque ... e percebo a questão que foi colocada ao Bloco de Esquerda se aquilo que se pretende é rever a Lei das Finanças Regionais e revê-

la de uma forma que hoje favoreça mais a Região mexendo em algumas coisas e não noutras, ou se é uma reposição integral à lei original?

Ainda tive essa dúvida porque efetivamente no texto diz repor, mas depois pela apresentação do Sr. Deputado António Lima ali de que era necessária uma discussão, ver qual é que era a Lei das Finanças Regionais que hoje mais servia a Região, até pensei que a intenção fosse rever a Lei das Finanças Regionais e não repô-la na íntegra como ela era inicialmente.

Portanto, se se confirma que é uma reposição integral o CDS tem dúvidas se esta iniciativa irá efetivamente beneficiar a Região, ou será um presente envenenado e daí coloco a questão diretamente ao Sr. Vice-Presidente se considera que a capitação neste momento é melhor ou pior para a Região.

Em relação às questões políticas formais ...

Mas se a ideia era o debate sereno nesta forma, porque a anteproposta de lei ia ser muito agressiva eu estou usando da possibilidade que tenho agora que não há anteproposta de lei para fazer um debate sereno, esclarecido, para todos percebermos o que é efetivamente melhor para os açorianos.

Percebo que haja uma necessidade de uma leitura política de trazer sobre esta forma aqui para que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda na República sinta, sim senhor, ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Ah!... Alguém percebe!

Deputado André Bradford (PS): Pensava que isso podia-se fazer por email!

A Oradora: ... os açorianos querem isto e, portanto, nós aqui vamos propor. Percebo! Percebo que haja necessidade dessa leitura política.

Agora, devo-lhe dizer uma coisa, Sra. Deputada, que é ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Não é assim. É Srs. Deputados!

A Oradora: Srs. Deputados, peço imensa desculpa, Sr. Deputado António Lima. Srs. Deputados do Bloco de Esquerda!

Ou também tenho de dizer Sra. e Sr. Deputado?

Sra. e Sr. Deputado, no primeiro ponto resolutivo diz: “Manda-te o Governo Regional dos Açores para encetar negociações com o Governo da República.”

Devo dizer-lhe que por esta via não vamos lá, porque se formos a avaliar as negociações entre os governos de lá e de cá para a Região nos últimos anos olhe: o que aconteceu com o Instituto Prisional de Ponta Delgada, o que aconteceu com o Observatório do Mar, o que aconteceu com os radares na Região ... Tudo isto questões que foram negociar ... com o PREIT que até o ministro desconhecia o que é que se passava, com a descontaminação da Base das Lajes...

Eu posso continuar a elencar todas as situações em que o Governo de lá e o Governo de cá encetaram negociações, até se entenderam e a Região continua com uma mão cheia de nada.

Penso que se a ideia é fazer com que isto aconteça efetivamente terá de ser pela via de uma anteproposta de lei.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem agora a palavra.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em exame atento quer à proposta de resolução apresentada pelo Bloco de Esquerda, quer ao relatório da Comissão da Economia, proposta esta que no essencial recomenda que o Governo Regional fique mandatado para negociar com o Governo da República a reposição do financiamento à Região em harmonia com a lei orgânica 1/2010. Chamamos a atenção, como é óbvio, o pronúncio do Sr. Vice-Presidente do Governo Regional aquando da sua audição na comissão.

Deste pronunciamento e para além da argumentação de natureza formal e de competências nas quais se refugia fica claro que quer a posição do Governo

Regional dos Açores ao retorno à aplicação da lei 1/2010 quer por motivos já citados, quer por refugiando-se na argumentação sobre o IVA gerado e a capitação do IVA, tenta arranjar argumentos para rejeitar em absoluto a aplicação de 2010.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para quem já não se recorda e fico surpreso com esta posição do Governo é bom recordar que a lei orgânica 1/2010 foi aprovada quando o Partido Socialista era Governo. Efetivamente quem aprovou a lei foram efetivamente todos os partidos da oposição contra a vontade do Partido Socialista.

Convém recordar que não satisfeito com a aprovação desta lei pela maioria dos deputados na Assembleia da República, o Partido Socialista pela boca do seu líder parlamentar e então por sinal açoriano, ameaçou até recorrer ao Tribunal Constitucional para que a lei não viesse a ser promulgada, mas não se ficou por aí, encenando na altura uma intensa campanha na qual entre outras coisas justificava o congelamento de salários da função pública com as despesas que esta lei previa com as transferências para as regiões autónomas.

Deputado Francisco César (PS): Mas quem era o líder?

O Orador: Por isso, apesar do que consta desta lei ser precisamente o inverso a nova Lei das Finanças Regionais não aumenta o endividamento, antes pelo contrário. O novo texto fixa agora o limite máximo de 50 milhões de euros ao endividamento das regiões autónomas bem inferior àquele que hoje era permitido pela lei que esta revogou.

Por exemplo, no caso da Região Autónoma da Madeira até fixou um volume de transferências inferior ao verificado em 2006 o que só por si contrariava a argumentação utilizada pelo Partido Socialista.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O verdadeiro motivo pelo qual o Governo Regional não quer a aprovação desta recomendação é simplesmente porque não se esqueceu da derrota política que

então sofreu com a aprovação da lei de 2010 quando o resto não passa de mera figura de retórica. Pelo menos ficámos hoje aqui esclarecidos.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros tem a palavra.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero confirmar o reparo que fez o Sr. Vice-Presidente. As suas declarações são em 2013 quando estava em sede de discussão e não tinha o contrário, tinha citado, não fui tão preciso quanto isso, mas a verdade é que as suas declarações concluem por satisfação relativamente à conclusão das negociações e presumo que tenha sido a versão que depois foi aprovada, mas se não foi a versão aprovada aquilo que diz é que concorda com essa versão.

Vamos admitir que não foi a versão aprovada, mas só mais uma questão ...

Em termos do IVA é evidente que quando comparamos 2013 com 2018 há aqui um hiato de quatro anos e, portanto, é natural que ninguém possa extrapolar exatamente se fosse a cobrança, ou o que é que seria, mas a verdade é que por aquilo que foi a variação dos outros impostos é de presumir que aquilo que foi o aumento e aquilo que é o aumento esperado do IVA seja superior se o crescimento da cobrança fosse exatamente semelhante ao crescimento dos outros impostos, mas isso não é uma questão que não é relevante aqui.

Talvez não tenha sido preciso na primeira intervenção, mas com toda a calma gostava era de perceber a sua avaliação da alteração da lei e isso não tivemos oportunidade de ouvir do ponto de vista financeiro aquilo que era a vossa posição, mas depois comparar com aquilo que foi a execução ao longo desses cinco anos ...

Deputados Paulo Parece e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... que é evidente que é fundamental para qualquer deputado desta Assembleia, o Governo é um elemento essencial sobretudo nas finanças, para

que faça uma avaliação daquilo que foi a execução de uma alteração da Lei das Finanças Regionais.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O Sr. Vice-Presidente defende-se com a questão formal da proposta ou do projeto do Bloco de Esquerda também é legítima, mas está aqui a limitar-nos informação que para nós era essencial do ponto de vista de uma avaliação para a posição futura de cada um dos partidos.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Parece (PSD): Transparência!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Claro, claro!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

É importante relembrar que o que está aqui em discussão não é se o Governo e os partidos aqui representados acham que se deve transferir mais ou menos dinheiro para os Açores. O que está aqui em causa é um Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O que está em causa é a forma, não é o conteúdo!

O Orador: ... que foi referido e bem, quer pelo Deputado Paulo Estêvão, quer pelo Vice-Presidente, tem competência legislativa e pode apresentar uma anteproposta ou uma proposta de alteração da lei na Assembleia da República.

O que está aqui em causa é o Bloco de Esquerda mandar o Governo para fazer uma alteração para a qual tem competência e é isso que está aqui em discussão e não nos devemos desviar do assunto e dizer claramente que não faz sentido propor aos outros aquilo para o qual se tem competência própria.

E para já era só isso que lhe queria dizer.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado João Paulo Ávila (PS): Está bem dito!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Isso é uma pobreza da parte do Partido Socialista!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pelo andar do debate já percebemos que aquilo que interessa discutir ao Governo e ao Partido Socialista e pelos vistos ao PPM é somente a forma da proposta e não o conteúdo.

Sobre a forma eu pergunto o que é que aconteceria se o Bloco de Esquerda apresentasse uma anteproposta de lei sem haver uma prévia discussão deste assunto nesta Casa?

Pergunto também o que é que aconteceria se o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda na Assembleia da República apresentasse uma proposta de lei sem que houvesse consenso nesta Casa para a alteração da Lei de Finanças Regionais?

Indo não à forma, mas ao conteúdo que é o que penso que deve ser aquilo que interessa, ou que pelo menos deveria interessar a todos, o Bloco de Esquerda como é claro no Projeto de Resolução apresentado e também na minha intervenção inicial pretende rever a lei para reverter os aspetos mais gravosos da mesma, ou seja, consideramos que a lei de 2010 é mais benéfica e queremos rever a lei de forma a aproximar a lei da lei de 2010 obviamente não aplicando aqueles que seriam os aspetos que não seriam de interesse da Região neste momento, como é óbvio. Isto até nem deveria ser posto em causa.

E quais os aspetos que consideramos que devem ser alterados?

Sobre as transferências que são talvez aqueles que são mais claros.

De 2013 para 2014 a Região perdeu em transferências 67 milhões de euros e neste momento com a entrada em vigor da atual Lei de Finanças Regionais e a lei de 2010 tinha no seu artigo 42.º uma norma que dizia exatamente o seguinte: “A partir do ano $t+1$ [que é o ano da aplicação da lei] da repartição resultante da aplicação dos critérios previstos no n.º 6 que definem quais são as percentagens das verbas que se transferem para a Região Autónoma dos Açores e para a Região Autónoma da Madeira não pode em caso algum resultar o montante para cada região autónoma inferior ao montante recebido no ano anterior.”

O que quer dizer que estas transferências não podiam reduzir.

O que é que diz a atual lei neste momento?

Que o montante anual das verbas a inscrever no orçamento de estado para o ano t [que é o ano corrente] é igual às verbas inscritas no orçamento de estado para o ano anterior atualizadas de acordo com uma taxa de atualização definida nos termos dos números seguintes.

Essa taxa no número seguinte refere-se que a taxa de atualização no ano $t-2$ [dois anos anteriores] é igual à taxa de variação neste ano da despesa decorrente do estado excluído a transferência para a Segurança Social e contribuição do estado para a Caixa Geral de Aposentações.

Fica também indexada à taxa de variação do PIB, o que quer dizer que se o PIB descer e se as despesas correntes do estado reduzirem vamos ter uma redução óbvia das transferências.

Aquilo que acontecia na lei anterior de 2010 era que não era possível haver redução das transferências e neste momento em caso de recessão quando os Açores mais precisarem o que vamos ter é uma redução das transferências para a Região Autónoma dos Açores.

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito bem!

O Orador: Em 2013, aquando da apresentação e da discussão da atual Lei de Finanças Regionais, o parecer do Governo Regional dizia a esta proposta de lei o seguinte no que concerne à participação variável no IRS a favor das autarquias locais das regiões autónomas estabelecido no n.º 3, do artigo 63.º: “O Governo dos Açores discorda igualmente do estabelecido no n.º 3, do artigo 66.º, designadamente ao prever que a participação variável no IRS a favor das autarquias locais das regiões autónomas é deduzida à receita de IRS cobrada na respetiva Região Autónoma nos termos do artigo 25.º, devendo o estado proceder diretamente à sua entrega às autarquias locais.”

Continuando a citar o parecer: “Na verdade o Governo dos Açores considera que esta proposta apresenta uma leitura incorreta dos poderes da Região Autónoma dos Açores consagrados na Constituição da República Portuguesa e no Estatuto Político Administrativo dos Açores. O Governo dos Açores propõe assim que fique expresso neste artigo que cabe ao orçamento regional a totalidade do IRS cobrado na Região e que a afetação de uma percentagem dessas receitas às autarquias em causa é uma decisão exclusiva das Assembleias Legislativas Regionais.”

Para quem está preocupado com os poderes da Assembleia Legislativa, não estar preocupado com isto não faz grande sentido.

Na intervenção final do Sr. Presidente do Governo em 2014, no debate do Plano e Orçamento, o Sr. Presidente do Governo disse o seguinte: “No primeiro caso [citando] é um facto que se salvaguardou a existência da Lei de Finanças Regionais e por conseguinte a previsibilidade e a segurança do relacionamento financeiro entre a Região e a República, mas convém que não esqueçamos que isso foi feito à custa de um corte no montante das transferências para os Açores e pelo aumento de impostos unilateralmente imposto pela maioria PSD/CDS aos açorianos.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O PSD e o CDS foram os maus, mas quem ficou com a receita foram os senhores!

O Orador: No site do Partido Socialista há uma nota de imprensa que cita o Sr. Deputado André Bradford [e não se preocupe Sr. Deputado Paulo Estêvão que não pretendo fazer concorrência com as citações do Deputado André Bradford, já basta um]:...

Deputado André Bradford (PS): Já basta um!

Deputada Zuraída Soares (BE): Já, já...

O Orador: ... “O socialista esclareceu que o que se passa neste momento é que por via da manifestação de vontade do Governo da República se pode proceder novamente a uma alteração do diferencial fiscal para que os impostos na Região sejam mais baixos do que no continente e isso depois dependerá dos órgãos próprios da Região. Contudo, considera André Bradford, ao mesmo tempo devia-se também poder voltar aos valores antigos de transferências do estado para com a Região já que foi na mesma altura que se fizeram as duas alterações que prejudicaram nitidamente a Região.” Fim de citação.

Aquilo que se vê é que o Partido Socialista há não muito tempo, há cerca de dois a três anos, tinha todo o interesse e toda a vontade em alterar a Lei de Finanças Regionais no sentido de pelo menos repor as transferências.

Deputado Carlos Silva (PS): Eu não disse o contrário!

O Orador: Agora parece que algo mudou, não se foi o facto do Partido Socialista ser Governo na República que subitamente essa vontade esmoreceu.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É fogo amigo!

Deputado Carlos Silva (PS): Ninguém disse isso!

O Orador: Sobre a questão das transferências do IVA e da capitação do IVA neste momento o método que é utilizado, como já foi e bem referido, é o método da capitação.

O método da capitação tem, como está referido na Lei de Finanças Regionais, como base o IVA orçamentado a cada ano para além de uma série de outros fatores, como por exemplo o diferencial fiscal, entre outros. E pergunto ao ...

Os outros estão aqui, posso citar-lhe.

Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila): Aí é que faz toda a diferença!

O Orador: Aquilo que lhe pergunto, Sr. Vice-Presidente, de 2008 para 2009 a nível nacional a receita de IVA caiu 2544 milhões de euros e o que lhe pergunto é: qual é o impacto de uma queda da receita fiscal do IVA a nível nacional nas contas da Região se acontecesse neste momento uma recessão deste tipo?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começando pela questão essencial.

Oh, Sr. Deputado António Lima, o Sr. Deputado quer consenso na Região sobre essa matéria. Apresente uma anteproposta concreta de lei que diga exatamente o que é que pretende mudar na lei, não uma generalidade que não diz absolutamente nada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: A questão é esta: quer alterar a lei, quer consenso na Região para alterar a lei, apresente aqui uma anteproposta de lei. Não quer discutir na Assembleia da República, porque diz que primeiro quer consenso na Região. Muito bem. Apresente uma anteproposta de lei. Estamos cá para a discutir, estamos cá para a analisar com toda e total disponibilidade, mas tem de ser uma anteproposta de lei com artigos. Não é uma generalidade que não diz absolutamente nada.

Deputada Zuraida Soares (BE): Diz, diz!

O Orador: É esse o cerne da questão, porque a gente não percebe, eu não consigo perceber (talvez por defeito meu), o que é que o Bloco quer, porque acho que também (com todo o realismo) o Bloco não sabe bem o que é que quer.

Por isso, vamos à matéria dos conjuntos de artigos.

Lei de 2013. A lei de 2013 estou a citar aquilo que anunciou na altura o Governo da República da conjugação dos dois efeitos (e isso está escrito e foi anunciado então pelo Ministro Vítor Gaspar) era reduzir em 20 milhões de euros o somatório das transferências para os Açores, incluindo o efeito do IVA por capitação com as transferências e reduzir 20 milhões de euros também para a Madeira. Mas o que essa lei decorreu na prática é que tinha aqui um pormenor: é que em relação à Madeira a redução dos 20 milhões tinha em conta que nos dois anos anteriores a Madeira recebia por via de fundo das catástrofes, que teve a haver com as catástrofes ocorridas na Madeira, 50 milhões de euros. Ao incorporar esse efeito na comparação que a lei fez foi reduzir 20 milhões para os Açores e aumentar 30 milhões para a Região Autónoma da Madeira em termos líquidos, porque o fundo de compensação que na altura havia era um fundo por dois anos e não se prolongava nos anos seguintes. Portanto, o efeito líquido da lei foi ... As contas são estas e são do Governo da República: menos 20 milhões para os Açores, mais 30 milhões para a Madeira.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Quatro patas bom, duas patas mau!

O Orador: Foi isso que a lei na altura fez em termos de consequência.

Depois a verdade tem de ser totalmente ... A Madeira teve um acréscimo adicional de transferências que não pode ser tida em conta nesta análise que deriva do facto que o novo sistema contabilístico europeu a Madeira tenha tido uma profunda redução do seu PIB face ao PIB nacional, porque deixou de estar contabilizado o efeito da zona franca da Madeira e por essa via passou a ter acesso ao fundo de coesão que antes não tinha e isso implica um acréscimo na

ordem dos 50 a 60 milhões de euros adicional de transferências para a Madeira, mas essas são corretas porque decorre do ajustamento do PIB. A Madeira ficou substancialmente mais pobre daquilo que era em termos de crescimento e por isso teve acesso a esse fundo.

Eu se quisesse fazer demagogia também diria esses valores, mas não o faço. Portanto, esses valores devem ser retirados o outro efeito nulo. O outro efeito efetivo são o aumento (sem esse efeito) total das transferências para a Madeira andarão à volta dos 80 milhões ano, mas 50 milhões estão perfeitamente justificados para essa matéria de redução do PIB face ao PIB nacional. Portanto, o que está em causa são estes 30 de aumento que efetivamente tiveram.

Se me pergunta e respondendo à pergunta se eu concordo se é melhor o IVA gerado ou o IVA de capitação? Depende.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Quem perguntou fui eu, Sr. Vice-Presidente!

O Orador: Depende da forma como é feita a portaria de contabilização do IVA gerado e quais são os campos que são contabilizados e que anexos são tidos em conta.

Portanto, não é um princípio dizer que um é melhor que o outro, depende da forma como é calculado o IVA gerado e a portaria então que o definia era uma portaria para o qual nós sempre tivemos algumas dúvidas substanciais. Portanto, a resposta não pode ser dada se é melhor o IVA de capitação ou se é melhor o IVA gerado. Podem ser os dois bons se a portaria que regulamenta o IVA gerado estiver corretamente concretizada.

Portanto, a resposta não é tão linear como isso. Por uma questão de facilitismo e evitar que essa discussão depois passe para uma portaria é obviamente melhor o IVA de capitação. Não por ser melhor, mas porque apenas ali fica clarificado o montante das transferências e não remete para uma portaria. É essa razão comparativa que um é melhor que o outro.

Segunda pergunta: qual é a melhor abordagem que nós devemos fazer. Eu considero que o primeiro artigo da forma de transferências que define a solidariedade regional com a última alteração da lei, com este objetivo de reforçar a Madeira e reduzir o valor dos Açores é obviamente um artigo que não está ajustado à realidade arquipelágica das duas ilhas, porque a origem dessa lei é de 2007 e aí havia um conjunto de ponderadores e uma valorização maior ao número de ilhas, à distância entre ilhas que foram substancialmente reduzidas para valorizar a população. Isso fez com que os Açores baixassem e a Madeira subisse em 2013 por iniciativa legislativa do Governo então do PSD/PP.

Portanto, é em termos desse artigo da fórmula, o artigo da solidariedade, eu considero que a lei de 2007 é sem dúvida mais justa e mais equilibrada para as duas regiões, porque valoriza mais a região arquipelágica.

Deputado André Bradford (PS): Exatamente!

O Orador: Se me perguntam se devo repor esse artigo da lei, sim, deve-se repor esse artigo da lei, mas não se pode repor esse artigo da lei à dimensão que estava em 2007, porque se quisermos manter o IVA por capitação obviamente não podemos repor em termos de transparência e de rigor esse artigo ao nível de 2007, portanto, tem de ser também ajustado e ponderado.

Segundo aspeto: hoje o valor da lei de 2013 para cá prejudicou a Região? Sim, prejudicou a Região até 2017 no montante inicial de 20 milhões ano.

Vai continuar a prejudicar a Região? Não.

Perguntam-me porque é que a partir de 2018 não prejudica a Região?

Porque havia uma norma na Lei de Finanças Regionais introduzida em 2014 que nunca foi regulamentada e que só é regulamentada este ano, que é a comparticipação da Região nos jogos sociais. Ao permitir que a Região passe ter a sua comparticipação *per capita* nos jogos sociais que um valor que se estima à volta dos 18 milhões de euros, a partir de 2018 com essa

regulamentação desse artigo garante um conjunto de transferências para a Região ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mas podemos ter as duas coisas! Não precisa de ser só uma! Podemos ter as duas coisas!

O Orador: ... que corresponde à perda que efetivamente houve líquida em 2014. Portanto, a partir de 2018, com toda a objetividade a atual lei, tirando os efeitos da variação do crescimento económico, irá assegurar o mesmo nível de transferências que tinha em 2014.

Não aconteceu até agora por essa via de não regulamentação e, portanto, de não transferência do valor do PIB *per capita* em relação aos jogos sociais.

Resumindo e concluindo: estas matérias temos toda a disponibilidade para as discutir, analisar, mas com base numa proposta concreta, com artigos, com ponderadores, com percentagens que quantifique efetivamente a realidade.

O debate de uma generalidade destas, de uma matéria desta importância e desta complexidade não se faz com três linhas em que não diz absolutamente nada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Admito que algumas vezes eu possa parecer um personagem parecido com aquele anarquista italiano que chega à Argentina, acabou de desembarcar e pergunta logo: “Quem é que é o Governo?”

Dizem: “É o general tal ...”.

Ele diz: “Sou contra.”

Deputado André Bradford (PS): Tal e qual!

O Orador: A questão não é essa.

Deputado Francisco Coelho (PS): A questão é mesmo essa!

O Orador: A questão é que a minha oposição política é uma posição racional e baseada em factos.

A questão aqui é a seguinte: é que o Bloco apresenta aqui um Projeto de Resolução que tem um conteúdo político, um caminho político. Não tem nada de absolutamente técnico. Portanto, não tem aqui uma análise do ponto de vista técnico, nem nenhuma proposta técnica. Pura e simplesmente esta documentação apresenta um caminho político e uma estratégia política da responsabilidade do Bloco de Esquerda.

Ora, na minha perspetiva, esta estratégia, esta proposta está errada pelos argumentos que apresentei há pouco, mas que tem sobretudo a haver com o seguinte. Dizia o Sr. Deputado António Lima: “Bem, para discutirmos isto calmamente, é um projeto de resolução e não uma anteproposta.”

Então digam-me uma coisa, ainda não percebi: porque é que uma anteproposta não é calma e um projeto de resolução é calmo?

Não percebi o que é que diferencia a natureza destas duas propostas em relação à acalmia.

Em segundo lugar dizia o Sr. Deputado: “Bom, mas nós queremos discutir previamente antes de aqui apresentarmos uma proposta.”

Deputado Carlos Silva (PS): Será?!

O Orador: Mas é isto que aqui estamos a fazer. Estamos a discutir previamente antes de aprovarmos esta proposta, mas se o Sr. Deputado apresentasse uma anteproposta também estávamos aqui a discutir previamente e numa anteproposta é possível alterar e os diversos grupos parlamentares e representações têm oportunidade de apresentar propostas de alteração e, portanto, também aqui se poderia chegar, mas nesse caso já discutindo concretamente uma solução, procurando uma solução concreta, todos os grupos poderiam aqui então apresentar as suas propostas de alteração e, portanto, discutir previamente também.

Portanto, esta questão aqui do ponto de vista político tem estas dificuldades políticas e tem uma outra, que é (e essa é fundamental e eu não posso concordar de forma nenhuma) então os senhores dizem ...

Eu acho que até o Sr. Vice-Presidente do Governo tem razão. Os senhores não sabem o que é que têm de propor.

Deputado Francisco César (PS): Isso é extraordinário!

O Orador: O que os senhores dizem é: “Bom, como nós não sabemos vamos encomendar esta tarefa ao Governo Regional.”

E dizem ao Governo Regional: “Atenção: os senhores têm que fazer isto” e ao mesmo tempo já lhes dizem qual é o resultado. Isto tem de dar 60 milhões. Aconteça o que acontecer tem de dar 60 milhões.

Isto não tem consistência política. Eu não posso estar de acordo com este caminho, até porque o que o PPM tem vindo a defender e vai defender sempre é a responsabilidade e a defesa do sistema parlamentar e, portanto, aqui dizer, remeter esta tarefa para o Governo e agora desentendemo-nos, e agora tem de atingir este resultado, eu não acho que isto seja sério do ponto de vista político.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Até porque os resultados são duvidosos!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Duarte Freitas para uma interpelação tem a palavra.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, muito obrigado.

Para pedir um intervalo regimental de 30 minutos, por favor.

Presidente: É regimental.

Regressamos às 17 horas e 30 minutos.

Eram 17 horas.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 36 minutos.

Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos. Está inscrita a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bom, eu não tenho a mínima dúvida em afirmar que aquilo que se tem passado dentro desta câmara no debate sobre o Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda acerca da reposição da Lei de Finanças Regionais de 2010, é, digamos, um espetáculo pouco edificante de *real politic* no seu pior, Sras. e Srs. Deputados. Porque vejam bem.

Os partidos que votaram a favor da Lei de 2013, nomeadamente o PSD e o CDS, têm neste momento algumas dúvidas e estão abertos a esclarecimentos. Têm dúvidas sobre a sua bondade...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Algumas!

O Orador: ... mas o Partido Socialista que votou contra a Lei de 2013 com o Presidente do Governo Regional e com Deputados e Governantes que disseram daquela lei o que Maomé não disse do toucinho. Neste momento, neste debate, estão a favor da lei que exatamente votaram contra. Mais *real politic* do que isto é absolutamente impossível.

Acontece que o Partido Socialista, neste debate o Partido Socialista e o Governo têm-se vindo a esconder debaixo de diversos, sucessivos biombos de natureza formal apenas por uma coisa. É porque não querem afrontar o Governo da República. Ponto final.

Porque se a cor do Governo da República fosse outra que não a do Partido Socialista, eu não tenho a mínima dúvida que o Partido Socialista e o Governo Regional defenderiam a reposição da lei de 2010.

Mas Sras. e Srs. Deputados, o Bloco de Esquerda mantém-se coerente e da mesma maneira que votou contra a Lei de 2013 na República, da mesma maneira que pugnou pela decência da Lei de Finanças Regionais de 2010...

Deputado Carlos Silva (PS): Faça a proposta!

A Oradora: ... está aqui nesta câmara a propor que se retome essa Lei de Finanças Regionais para os Açores.

E não me venham dizer, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, que esta procura de consensos é muito estranha.

Eu lembro-me de o Governo Regional vir a esta Casa pedir força e consenso, por exemplo, quanto à contaminação dos aquíferos da Ilha Terceira. Por exemplo, contra o abandono e a diminuição dos militares na Base das Lajes. Então, é legítimo ao Governo vir a esta Casa pedir força, pedir consenso, pedir unidade, e o Bloco de Esquerda não o pode fazer?

Mas que raio de conceção de democracia e de papel desta Casa, Sras. e Srs. Deputados, é que este debate está a suscitar?

Deputado João Vasco Costa (PS): Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa!

A Oradora: Mais, eu ouvi com muita atenção e humildade, e provavelmente terei aprendido muita coisa que não sabia, as aulas de figuras regimentais que o PPM, o Governo Regional através do Sr. Vice-Presidente, o Partido Socialista, tiveram a gentileza de nos dar. Mas Sras. e Srs. Deputados, deixem dizer-vos uma coisa.

A questão não é: porque é que o Bloco de Esquerda não apresenta esta proposta noutra figura.

A questão é: apresentando o Bloco de Esquerda nesta figura, qual é a posição dos outros partidos e do Governo Regional.

Esta é que é a questão, Sras. e Srs. Deputados.

E não vale a pena andar à volta para arranjar *faits divers* que não querem dizer coisa nenhuma.

Deputado André Bradford (PS): Não é verdade!

A Oradora: Depois, disse o Sr. Vice-Presidente que:

Aprovando esta proposta do Bloco de Esquerda a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores estava a abdicar das suas competências.

Oh Sr. Vice-Presidente: nada mais errado.

Esta Assembleia Legislativa está a exercer em pleno as suas competências, por duas razões:

Está a dizer à República e a dar um sinal à República: nós na Região Autónoma dos Açores vamos votar, vamos lutar para que a Lei de Finanças Regionais de 2010 seja reposta. Este é um sinal absolutamente legítimo.

Mais, mesmo que o Governo seja do Partido Socialista, o Partido Socialista está cá para pôr os Açores primeiro. Sempre. Sempre.

Deputado André Bradford (PS): Naturalmente!

Deputado Carlos Silva (PS): Quem é que disse o contrário?

A Oradora: Mas afinal tem dias, Sras. e Srs. Deputados.

Como mais do que uma vez tem sido aqui provado.

E para que não restem dúvidas, eu gostava de ler a epígrafe do nosso Projeto de Resolução, até para os açorianos e açorianas que estejam connosco neste momento perceberem bem o que é que está em causa.

“O Bloco de Esquerda”, com toda a legitimidade, “apresenta a esta Casa um Projeto de Resolução”.

Não é uma anteproposta de lei, não é um anteprojeto de lei, é um Projeto de Resolução. Com toda a legitimidade.

Se usará ou não outra figura noutra oportunidade com o mesmo assunto, é da inteira e única responsabilidade do Bloco de Esquerda. E sobre isso, não há legitimidade dos outros partidos de nos darem qualquer tipo de lição.

“A Lei das Finanças das Regiões Autónomas...”, é isto que diz a nossa proposta, “... possibilita à Região Autónoma dos Açores, a assunção das suas prerrogativas autonómicas plasmadas no seu estatuto político-administrativo, pelo que qualquer reversão, como a ocorrida na sua revisão em 2013, significa também um retrocesso no projeto autonómico. Assim, importa à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomendar ao Governo Regional que desenvolva diligências junto ao Governo da República, para que se proceda à alteração da atual Lei de Finanças das Regiões Autónomas com o intuito da reposição das transferências orçamentais do Orçamento de Estado em linha com o disposto na Lei nº1/ 2010, de 29 de março.”

E agora Sras. e Srs. Deputados, para terminar:

Não é legítimo exortar o Governo a fazer isto?

Então é legítimo exortar o Governo, por exemplo, e bem, a garantir uma cantina para os alunos do Corvo?

É legítimo exortar o Governo Regional, e bem, e bem, a criar condições de melhor bem-estar nos animais?

Deputado Carlos Silva (PS): Mas procura consensos!

A Oradora: Então e não é legítimo a esta Casa exortar o Governo em encetar negociações com o Governo Regional, a encetar negociações com o Governo da República, para criar as condições para que nós recuperemos uma lei muito mais favorável a esta Região?

Alguma coisa está mal nesta *real politic*.

Muito obrigada.

Deputado André Bradford (PS): Gostei mais da outra parte!

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não! Não é verdade!

Presidente: Obrigada Sra. Deputada. O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para este debate. Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Depois de algumas insistências consegui que o Sr. Vice-Presidente ao menos dissesse, e foi a interpretação que fiz e penso que não estava errado, que só a partir de 2018 é que a alteração de 2013, deixou de prejudicar as finanças públicas regionais.

Ou seja, só a partir de 2018 a situação passou a ser favorável para a Região. E a pergunta que lhe faço é essa...

Deputado Carlos Silva (PS): Ainda não chegámos lá!

O Orador: ... se foi exatamente assim, teve dois anos do Governo do seu partido, então porque razão até agora, durante esses dois anos, não propôs qualquer alteração à Lei de Finanças Regionais no sentido que, aquilo que entende que era prejudicial na atual lei fosse revertida.

Portanto, essa é a pergunta que deixo.

A segunda.

Falou há pouco de que o critério...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O PS não respondeu!

O Orador: ... da geração do IVA era mais volátil, ou seja, era possível através da alteração por portaria alterar a fórmula.

Mas a fórmula da capitação também precisaria do Ministro das Finanças. E, portanto, nesse sentido, estarão em igualdade de circunstâncias. Ou seja, a sua preferência por uma ou por outra, se é só essa razão, aparentemente está mal fundamentada.

Muito obrigado.

Deputados Duarte Freitas e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu quando me inscrevi, queria assinalar e que ficasse registado em ata que, penso que desde 2008, é a primeira vez que posso aqui afirmar que concordo integralmente e absolutamente, e subscrevo integralmente a intervenção que o Sr. Deputado Paulo Estêvão tinha feito.

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): Afinal agora foi até ao fim!

O Orador: E por isso mesmo, gostaria de deixar ficar isso assinalado.

(Diálogo entre as bancadas)

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): Há bocadinho era comercial. Há bocadinho foi parcial, agora é político geral!

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Não está na Assembleia da República! É tão fácil, não está na Assembleia da República!

O Orador: Oh, Sr. Deputado Paulo Estêvão. (*Risos*)

Portanto, que fique claro essa matéria que eu gostaria que ficasse registado.

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Pois, pois... Está claríssimo!

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): Não sei se isso é um bom acordo!

O Orador: Não sei quem é que está bem, se é o Sr. Deputado Paulo Estêvão se sou eu, mas a verdade é que não diria melhor sobre esta matéria em relação à intervenção em que ele teve.

Em relação à matéria que está em debate...

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): Sapiência!

O Orador: ... primeira questão essencial.

Sra. Deputada Zuraida Soares:

O problema é que isto não é uma proposta...

Deputada Zuraida Soares (*BE*): É um projeto de resolução!

O Orador: Isto é uma não proposta.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não, é um projeto de resolução! Uma interpelação, Sra. Presidente!

O Orador: E o que está aqui em questão é ser uma não proposta. E, portanto, o que lhe quero dizer nesta matéria e reafirmar, é que nós estamos, o Governo, está disponível para analisar, para estudar, para contribuir para qualquer proposta que o Bloco de Esquerda faça de alteração da Lei de Finanças Regionais. Desde que seja uma proposta efetiva de alteração da lei, e não algo que não diz absolutamente nada sobre esta matéria.

Em relação à questão de ser ou não portaria.

Deputada Zuraida Soares (BE): Portaria?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Sim, por causa da capitação!

O Orador: Oh, Sr. Deputado António Viveiros:

A questão é muito simples.

A portaria do IVA por capitação, é uma portaria meramente instrumental, porque o IVA de capitação assenta numa regra extremamente simples, que é o peso relativo da população, indicado pelo INE, ponderado pelo peso relativo de cada uma das estruturas de taxas e impostos e por diferencial. Portanto, é uma forma que não gera qualquer discussão.

E, portanto, sobre essa matéria, é uma portaria de aplicação automática que não gera discussão.

O IVA gerado, isso sim, contém um conjunto de campos, e que do ponto de vista técnico, é muito complexo e até, diria mesmo, como foi reconhecido na altura a justificação do então Governo da República para alterar o critério de um para o outro, foi que, tecnicamente era impossível apurar o IVA gerado.

Portanto, a matéria de ser portaria, torna uma subjetividade que a portaria do IVA de capitação não tem. Porque aí, é consensual a forma como se aplica essa forma.

Segundo aspeto em relação a esta matéria.

Nós não podemos, Sra. Deputada Zuraida Soares, concordar. Ninguém pode concordar, com toda a legitimidade, em dizer uma lei que diga:

“Reponha o nível de transferências de 2010”.

Deputada Zuraida Soares (BE): É isso que está lá?

O Orador: Só assim ninguém pode concordar. Porque os fluxos financeiros e a relação financeira entre a Região e a República, deriva de um conjunto muito grande de artigos.

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito complicado!

O Orador: E repor um artigo, uma alínea de um artigo, mantendo para 2010, e não esquecendo as alterações todas que houve nos outros artigos, não a proposta que tenha, junto de ninguém, a credibilidade necessária para ser apoiada.

Poderia dizer:

“Reponha integralmente toda a lei de 2010”.

Isso era uma matéria de discussão e que podíamos ter opiniões diferentes. Repor um artigo de 2010, mantendo os outros artigos de 2013, não é...

Deputada Zuraida Soares (BE): Seja sério! Onde é que está a propor um artigo? Por favor!....

O Orador: ... matéria que deva ser, e possa ser, analisada dessa forma.

E termino como comecei.

Nós temos toda a disponibilidade para discutir qualquer proposta de alteração...

Deputada Zuraida Soares (BE): Sericamente!

O Orador: ... à Lei de Finanças Regionais, sericamente, mas uma proposta concreta que diga:

“Mude o artigo X da seguinte forma, mude o artigo Y da seguinte forma.”

E que, isso sim, sirva de base a uma discussão construtiva sobre esta matéria.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado. Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda não aceita que ninguém, depois de uma iniciativa legislativa ter sido entregue nesta Casa aceite pela Presidente e pela Mesa, não reconhecemos legitimidade a ninguém para vir aqui dizer que é uma não proposta.

Não é uma não proposta. É uma proposta. É uma iniciativa legislativa. Foi aceite pela Mesa e pela Presidente. Não é uma não proposta.

Muito obrigada.

Deputado André Bradford (PS): Isto não é uma interpelação à Mesa!

Deputada Zuraida Soares (BE): É uma interpelação é. Tal e qual.

Deputado André Bradford (PS): Oh, Sra. Deputada, é um juízo político.

Presidente: Sr. Deputado António Vasco Viveiros, tem a palavra.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Depois de um conjunto vasto de perguntas ao Sr. Vice-Presidente, tenho que reconhecer o seguinte:

Muitas dessas perguntas podiam ser dispensadas, se nessa Assembleia existisse uma unidade técnica de apoio orçamental.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: E a discussão desta tarde, para quem de uma forma séria gosta de analisar os assuntos, chega claramente a essa situação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Esse é que é o debate!

Deputado André Bradford (PS): Não é, mas devia!

O Orador: Nós ficamos aqui quase como pedintes, a pedir a sua opinião sobre um conjunto de situações quando um pequeno requerimento interno, um pedido

de ajuda interno teria resolvido e teria preparado os deputados para uma discussão muito mais séria e muito mais interessante para a nossa democracia.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Deputado Carlos Silva (PS): Esta discussão não foi séria?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições. Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 1 voto contra do PPM, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 18 abstenções do PSD e 2 do CDS-PP.

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS abstém-se em relação a esta iniciativa do Bloco de Esquerda porque, se por um lado considera que é importante efetivamente rever a Lei das Finanças Regionais para uma forma que neste momento beneficie mais a Região, a verdade é que, uma vez que no ponto resolutivo diz claramente que seja contemplada a revisão da atual Lei das Finanças Regionais repondo o nível das transferências de toda a Lei para o que era em 2010, 29 de março, não podemos aprovar a iniciativa até porque temos sérias dúvidas se efetivamente a alteração de outros artigos da Lei não estão neste momento a beneficiar a Região.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para uma declaração de voto, tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para tranquilizar todas as consciências inquietas.

Da mesma maneira que o Bloco de Esquerda não faltou ao país, também não faltará à Região Autónoma dos Açores.

Deputado Francisco César (PS): O que é que isso quer dizer?

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros para uma declaração de voto.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A nossa abstenção, apesar da parte resolutive do Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda, demonstra claramente que o PSD está sempre aberto a qualquer alteração e a discutir qualquer alteração na Lei das Finanças Regionais, independentemente do partido ou dos partidos que têm a maioria na Assembleia da República. Portanto, a sociedade, a economia é dinâmica e, portanto, uma lei que tem cinco anos não é de todo descabida que possa ser reanalisada independentemente das questões que falei na parte inicial.

Portanto, interpretamos a iniciativa do Bloco de Esquerda nesse contexto, ou seja, entende que em função das informações que possui, da leitura que faz, que haveria interesse em alterar a Lei. Porventura podíamos não chegar a acordo perante uma lei em concreto, mas essa iniciativa para nós vale muito, por isso a nossa abstenção.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Silva para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

O nosso sentido de voto resulta apenas de não concordarmos com o teor, o conteúdo do Projeto de Resolução e estaremos cá para discutir e para debater qualquer proposta que seja benéfica para os Açores.

Deputada Zuraida Soares (BE): Então e esta? Esta é benéfica!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Avançamos para o ponto sete da nossa Agenda: “**Projeto de Resolução 36/XI que recomenda ao Governo Regional que desenvolva as medidas necessárias à inclusão da Graciosa na “Linha Lilás” da Atlânticoline**”. Este Projeto de Resolução é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD e tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD)**: Excelentíssima Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. e Sras. Membros do Governo:

Em primeiro lugar gostaria de me congratular de certo modo, por sabermos, ainda pouco, mas sabendo que este Projeto de Resolução foi aprovado, ainda que com a abstenção de todos os partidos à exceção do PSD em comissão...

Deputado André Bradford (PS): Não faça isso. Nada é aprovado em Comissão!

O Orador: ... o que satisfaz de alguma forma a expectativa criada em torno da melhoria das ligações à Ilha Graciosa.

Eu podia apresentar em nome do Partido Social Democrata e do Grupo Parlamentar este Projeto de Resolução em defesa de um conceito.

O conceito de mercado interno.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Oh, Sr. Deputado...

O Orador: Andamos há uma década a falar de mercado interno e a dar nota da necessidade de navios para a Ilha Graciosa poder ambicionar entrar no mercado interno...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Proposta do CDS em 2012!

O Orador: ... e potenciar a sua capacidade produtiva.

Eu podia também, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, vir a esta tribuna falar do custo para a Região de alargar esta Linha Lilás à Ilha Graciosa e podia também dissertar sobre a coesão e o nunca existente PECA, o Plano Estratégico para a Coesão dos Açores, também com já cerca de uma década e que nunca chegou a existir.

Podia alargar-me em relação a este Projeto de Resolução que o PSD apresenta em discutir a inexistência de Rampas Ro-Ro nos portos da Calheta e de Angra do Heroísmo e a escolha de navios para o operar nesses portos que não têm Rampa Ro-Ro para esses navios.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É Natal!

O Orador: Podíamos trazer também ao debate, e podemos trazer ao debate, a discussão um tanto ou quanto bairrista de que umas ilhas são prejudicadas mais e outras menos com a aprovação deste Projeto de Resolução.

Podemos também fazer a história destes navios, a história destes navios que operam na Linha Lilás, ou do navio que opera na Linha Lilás, de como foram comprados para servir cinco ilhas. Enfim, a nomenclatura era servir o Grupo Central...

Deputado José Ávila (PS): Está a fazer um teatro!

Deputado André Bradford (PS): Foram mandados fazer!

O Orador: ... e apenas estão a servir quatro ilhas, ficando uma de fora desse benefício comunitário.

Enfim, é um pouco o género socialista de fazer as coisas. “Vamos dizer à Europa que precisamos de uns navios aqui para servir o Grupo Central, mas depois apanhamos os navios e fazemos com eles o que quisermos.”

É mais ou menos isso que se está a passar.

Mas o que este Projeto de Resolução verdadeiramente trata e que eu gostaria mesmo de salientar pois foi essa a intenção que esteve na origem da sua apresentação a esta Assembleia, é em corrigir uma injustiça. Em promover a coesão regional, aprovando uma medida de equidade e socorro a uma ilha que continua a ser adiada.

Ainda há pouco mais de um mês, o PS Graciosa dizia que: “Havemos de ter dois navios. Grandes”. Agora já se sabe que é só um navio. E sabe-se lá quando. E sabe-se lá quando.

Deputado André Rodrigues (PS): São dois, o senhor sabe que são dois!

O Orador: O que esta resolução reflete, repito, o que esta resolução reflete é a vontade de todos, de todos os quadrantes da Ilha Graciosa que desejam uma Ilha Graciosa que não continue fora do esforço em melhorar a mobilidade e as acessibilidades, e em promover a luta contra o isolamento de uma ilha e que é esse isolamento um dos principais fatores da sua desertificação humana.

Por isso, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de deixar aqui claro que, por parte do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata e com o respeito devido às Sras. e Srs. Deputados e aos diversos grupos e representações parlamentares, depois de ter ouvido agricultores, pescadores, empresários, autarquias, Conselho de Ilha...

Deputado José Ávila (PS): Da Graciosa!

O Orador: ... e podem ir à Graciosa certamente perguntar, aliás, também aos deputados eleitos residentes naquela ilha, se alguém se manifestou contra este Projeto. E, portanto, aquilo que eu posso dizer é que essa unanimidade em favor

da aprovação desta resolução deve certamente também ter reflexo porque de outra forma, perdoem-me que lhes diga Sras. e Srs. Deputados, votar contra esta resolução é votar contra a Ilha Graciosa.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Ricardo Ramalho tem a palavra.

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Obrigado Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo e Sras. Membros do Governo:

Nos últimos anos a Graciosa tem verificado, com enorme agrado e satisfação, uma melhoria significativa nos transportes e acessibilidades à ilha, nomeadamente, através do aumento de frequências, aumento de disponibilidade de lugares, melhoria de horários e por via da implementação das novas Obrigações de Serviço Público, nos transportes aéreos verificou-se também uma significativa redução no preço das passagens aéreas.

Prova disso é, por exemplo, a implementação dos melhores horários de sempre da SATA, no verão e no inverno IATA, com 12 rotações semanais que entraram em vigor em simultâneo com a maior redução no preço das passagens nas ligações inter-ilhas e nas rotas entre a Região e o Continente e entre os Açores e Madeira. Este facto comprova bem o empenho dos Governos do Partido Socialista na constante melhoria das acessibilidades de e para a Graciosa.

Os resultados da implementação destas medidas são concretos e evidentes visto que na ilha Graciosa, em 2016, houve um aumento de 15,7% nos passageiros

desembarcados por via aérea que corresponde a um total de 23.593 passageiros, mais 3.210 do que em 2015.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem lembrado!

O Orador: Quanto aos embarques, foram registados 23.688 em 2016, que corresponde a um aumento de 3.256 embarques em relação ao ano anterior.

Em 2013 a Ilha Graciosa foi escalada por 450 aviões. Em 2016 a ilha foi escalada por 636 aviões que trouxeram cerca de 36 toneladas de correio e 54 toneladas de carga. Em contrapartida saiu da Graciosa 130 toneladas, na sua maioria peixe fresco.

Relativamente ao transporte marítimo de passageiros, verificou-se nos últimos anos, um aumento de escalas superior a 40% tendo em conta que no ano de 2013 tivemos 53 escalas e no presente ano foram realizadas 80, mais 6 do que no ano anterior, compreendidas entre 18 de maio e 24 de setembro o que na prática significa que a Ilha Graciosa foi escalada em 2017 por um navio da Atlânticoline, em média, a cada 1,6 dias. Repito, a Ilha Graciosa foi escalada em média a cada 1,6 dias.

Para além do aumento do número de escalas em 2017, a programação teve também em consideração, e uma vez mais, às Festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres, que este ano ocorreram de 11 a 16 de agosto, visto que foram realizadas ligações diárias nos dias 7, 8, 9, 14, 16, 17 e 18 e duas ligações nos dias 11 e 15 de agosto.

Estas melhorias nos horários dos transportes marítimos de passageiros vêm de encontro às reivindicações e expectativas dos graciosenses que, uma vez mais, foram satisfeitas também no presente ano.

Em suma, podemos concluir e afirmar que a Ilha Graciosa tem vindo de facto a melhorar as suas acessibilidades, quer ao nível dos transportes marítimos de passageiros quer ao nível dos transportes aéreos e os resultados estatísticos assim o demonstram. Pois de acordo com os dados do Serviço Regional de

Estatística dos Açores, relativamente ao movimento de passageiros marítimos, entre maio e setembro de 2017, verificou-se um aumento superior a 14% no número de passageiros desembarcados no Porto da Vila da Praia. No mesmo período aumentou também 16% o número de passageiros que embarcaram no porto da Graciosa.

Relativamente ao movimento de passageiros aéreos, no ano de 2016 este foi histórico para o Aeródromo da Ilha Graciosa, tendo o número de passageiros batido o recorde, sublinho, o recorde, dos seus 35 anos de operação.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Estes são sem dúvida indicadores muito positivos para a ilha Graciosa.

Contudo, o Partido Socialista não está ainda totalmente satisfeito ao nível dos transportes marítimos de passageiros e é precisamente por isso que o Governo dos Açores, do Partido Socialista, já autorizou o lançamento de um concurso para a conceção e construção...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Construção, entre aspas!

O Orador: ... de um navio ferry com capacidade para 650 pessoas e 150 viaturas que visa oferecer um serviço regular, contínuo, durante o ano inteiro, e de qualidade entre os três grupos de ilhas do nosso arquipélago.

Termino com a forte convicção que com este novo navio ferry serão satisfeitas integralmente as necessidades de mobilidade das pessoas, viaturas e carga rodada, fomentando desta forma o mercado interno e beneficiando assim todas as ilhas dos Açores.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda está na generalidade de acordo com o Projeto de Resolução aqui trazido pelo Grupo Parlamentar do PSD. A inclusão da Ilha Graciosa na Linha Lilás deve efetivamente ser implementada nem que seja no mínimo como uma experiência para verificar efetivamente qual é a viabilidade desta inclusão.

Mas esta inclusão deve ter em vista obviamente o desenvolvimento económico da Ilha Graciosa, do Grupo Central, e dos Açores em geral. A mobilidade dos Açorianos e Açorianas e a criação de um mercado interno são objetivos que devem...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mercado?... Disse mercado?

O Orador: ... estar na base da implementação desta proposta.

Dizer como aqui ouvimos que há melhorias nos horários da SATA, ou melhorias no transporte marítimo, não é nem pode ser uma desculpa para não se implementar esta proposta e nem deve condicionar a implementação da expansão da Linha Lilás à Ilha Graciosa.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando em abril de 2016, no seu 10.º Congresso Regional, o PCP aprovou uma Resolução Política, deixou bem claro qual a política que defendia no setor dos

transportes marítimos de passageiros, nomeadamente, em todas as ilhas do Grupo Central do Arquipélago, afirmando e cito:

“Quanto ao transporte marítimo de passageiros, regista-se como muito positivo a entrada ao serviço dos novos ferry’s com capacidade de transporte de viaturas entre as ilhas do triângulo, Faial, Pico e São Jorge, alargando este serviço à Ilha Terceira na época alta. O PCP considera que esta experiência não só deve ser reforçada nas suas frequências, como este serviço deve ser alargado a todo o Grupo Central”. Fim de citação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se nessa altura era já esse o nosso entendimento e o nosso compromisso, nomeadamente para com os graciosenses que se viam marginalizados e esquecidos no tocante a transportes marítimos de passageiros, os factos e o tempo decorrido desde então até ao presente, mais contribuíram para reforçar a nossa posição nesta matéria.

O desenvolvimento do setor turístico de que o Governo tanto se esforça por revelar, e cujo o crescimento e importância para a nossa economia regional sendo importante e revelante, não podem nem devem ser efetuados sem a necessária e adequada reflexão, ponderação e planificação, evitando erros e práticas noutros destinos e locais determinaram que em prazos mais ou menos curtos, os mesmos deixassem de ser procura pelo simples facto da razão da sua procura ter deixado de existir.

No caso, e numa região dispersa no oceano como a nossa, o transporte marítimo de passageiros pode ser e deverá ser sempre uma componente muito atrativa para o nicho de mercado que aprecia a natureza e sobretudo quer apreciar a simbiose única que temos para oferecer entre o mar e as diversas paisagens de todas as nossas ilhas. No caso em apreço, entre todas as ilhas do Grupo Central do nosso Arquipélago.

Se esta razão justifica só por si que a Ilha Graciosa não pode continuar marginalizada em termos de transportes marítimos de passageiros, o facto é que por maioria de razão não é nem nunca será admissível que os Graciosenses sejam tratados como açorianos de segunda no Grupo Central do Arquipélago do qual são parte integrante como todos os restantes. Mesmo que mais não fosse, senão por isso, e já era muito, o PCP apoia a proposta em discussão, de inclusão da Ilha Graciosa na Linha Lilás da Atlânticoline.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, o CDS congratula-se que o PSD se aproxime da nossa lógica de mercado interno...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Com muito gosto.

O Orador: ...defendido por nós desde 2012 e que é uma realidade pela qual todos nós nos devíamos bater. Além de que toda a política relacionada com transporte marítimo, tanto de mercadorias como de passageiros, é urgente que todos nós façamos uma análise e avaliação séria da forma como o transporte de mercadorias na Região está a ser feito e a forma como está a penalizar a competitividade das nossas empresas. E, portanto, o CDS entende que não faz sentido nenhum, no Grupo Central existir uma ilha que esteja completamente isolada...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Deputado Manuel Ramos (PS): Isso não é verdade!

Deputado José Ávila (PS): Temos que ser sérios na análise!

A Oradora: ... de todas as outras em termos de transportes marítimos.

Aliás, há um ano a esta parte, o CDS trouxe a esta Casa uma iniciativa em que propunha que um dos dois barcos pernoitasse na Ilha de São Jorge porque nós consideramos que o desidrato de desenvolver o mercado interno na Região só será possível quando nós ativarmos o chamado “Segundo Triângulo”.

Ou seja, São Jorge, Graciosa, Terceira, em que São Jorge seria exatamente o vértice de ligação do triângulo Faial – Pico - São Jorge, ao segundo triângulo. E, portanto, em termos de lógica, faria todo o sentido que um dos barcos pernoitasse em São Jorge.

Estranhamente, nesta legislatura sempre que é trazido a esta Casa qualquer iniciativa no sentido de beneficiar a Graciosa, os graciosenses não precisam. Queremos ajudar e incentivar o carnaval da Graciosa, mas segundo parece, os Graciosenses não querem.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Olhe que não é bem assim, Sra. Deputada!

A Oradora: Queremos ajudar a incentivar o transporte marítimo na Graciosa, mas afinal isso vai prejudicar a Graciosa.

Eu não sei se efetivamente este é o sentimento dos Graciosenses...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é!

A Oradora: ... ou apenas dos Socialistas que os representam.

Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sra. Deputada!

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Manuel Ramos tem agora a palavra.

Deputado Manuel Ramos (PS): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez se discute nesta Câmara a inclusão da Ilha Graciosa na rota da Linha Lilás, proposta esta que já foi amplamente discutida e também proposta por outras forças políticas.

É legítimo que os Graciosenses reivindiquem um melhor serviço de transporte marítimo de passageiros, mas nas reivindicações, no sentido de melhorar as acessibilidades à nossa ilha, é preciso ter em conta três fatores fundamentais:

- Relação entre a oferta e a procura;
- Adequação dos navios às rotas;
- Disponibilidade de meios;

Antes, como foi referido pelo meu colega Ricardo, tínhamos 53 toques, agora temos 80 toques.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não seja demais!

O Orador: Não, não é demais.

Mas posso-lhe dizer que temos uma média de passageiros de 60 por cada viagem.

E com base em dados de 2017 verificou-se um ligeiro crescimento no movimento de passageiros embarcados, no Porto da Vila da Praia da Graciosa, no total de 4,929, em 80 rotações, o que dá uma média de ocupação de 60 passageiros por cada viagem, número este que fica aquém da oferta disponibilizada pelos navios que operam na linha amarela da Atlânticoline.

Embora os números não sejam nada de extraordinário, o que importa é que há uma tendência de crescimento.

Nós aqui na bancada do PS estivemos e estamos ao lado dos graciosenses para reivindicar melhores acessibilidades marítimas, à Ilha Graciosa, propostas exequíveis e ponderadas.

Tais como:

- A disponibilização dos horários com a antecedência devida de modo a ir de encontro às pretensões dos operadores turísticos.

- Alterar algumas rotas de modo a que sempre que os navios da linha amarela façam o percurso Ilha Terceira-Faial e vice-versa, aportem também na Ilha Graciosa.

- Estabelecer uma estadia média e regular dos passageiros de 2 a 3 dias em cada ilha, uma vez que a Linha Lilás já liga o triângulo diretamente à Ilha Terceira.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Resta saber se esse é o sentimento dos graciosenses!

O Orador: É claro que o ótimo seriam viagens diárias com o triângulo e com a Ilha Terceira, mas temos consciência que atualmente nem há meios, nem fluxo de passageiros para tal. O importante é termos um serviço adequado à nossa realidade.

Relativamente à adequação dos navios às rotas, não é preciso ser um expert na matéria para se concluir que os navios que operam na Linha Lilás e Linha Verde não são os mais adequados para ligações de longo curso. O canal entre a Ilha Terceira e a Ilha Graciosa é sem dúvida o mais aberto e extenso e requer um navio confortável e rápido, e com maior capacidade de transporte de passageiros e viaturas, uma vez que liga à Ilha Graciosa e ao Grupo Central as ilhas Terceira e São Miguel, com um maior número de potenciais utilizadores, e com a ligação às duas *gateways* mais importantes da Região.

Num passado não muito longínquo...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Escreveram-lhe esse discursozinho!

O Orador: ... tivemos experiências menos boas com o Cruzeiro das Ilhas e o Expresso das Ilhas, com um serviço deficitário, e sucessivos cancelamentos e alterações nos horários, que não gostaríamos de voltar a repetir.

A experiência leva-nos a acreditar que um navio melhor dimensionado dará melhor resposta, e será quase sempre a primeira opção dos passageiros em detrimento da Linha Lilás.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Agora é assim!

O Orador: E uma das razões é esta:

23 nós na linha amarela – bom.

14 nós na linha lilás – mau.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): A Graciosa só gosta de ligações rápidas!

O Orador: 23-14. Este modelo de transportes na Região prepara-se para alterações significativas, como já aqui foi referido, com a aquisição de um novo navio que se pretende adequado à operação, o que permitirá uma maior regularidade no transporte marítimo, conforme várias vezes foi aqui adiantado pelo Governo. E essa remodelação na operação com certeza trará uma solução mais ajustada ao transporte marítimo de passageiros e de carga rodada.

Quanto aos meios disponíveis para alargar a operação, e tendo em conta as afirmações do Sr. Secretário Regional na Comissão de Economia e de alguns Concelhos de Ilha, onde se nota algumas dificuldades na tomada de decisão, uma vez que a proposta não foi acompanhada de dados suficientes para que pudessem chegar a uma conclusão concreta e ajuizada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Leu o parecer?

O Orador: Na verdade, esta proposta deixa dúvidas ao propor percorrer 302 milhas náuticas com um navio a uma velocidade média de 12 nós.

Deixava esta pergunta aos proponentes de modo a esclarecer principalmente os açorianos e aos Concelhos de Ilha que sentiram algumas dificuldades em emitir os seus pareceres.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Ah! Sentiram dificuldade em emitir os seus pareceres!

O Orador: Como pretende o PSD operacionalizar esta proposta?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A perceção que eu tenho ao longo de todos estes anos que tenho debatido esta questão dos transportes no âmbito da Região Autónoma dos Açores, a perceção que eu tenho é que há um conjunto de ilhas cuja integração no sistema regional é inferior àquele que acontece nas restantes ilhas, na maior parte das ilhas.

Estão nessa situação as Flores e o Corvo, com certeza, mas também acho que a Graciosa tem esse défice.

É evidente que a situação tem vindo a melhorar, mas, em relação à Linha Lilás, nós temos aqui algo que é conceptual e é prático.

Do ponto de vista conceptual, eu não posso nunca admitir que a Graciosa fique de fora de todos os instrumentos de integração do Grupo Central.

Deputado Francisco César (PS): É... aviões...

O Orador: Não posso admitir que a ilha fique de fora ou fique menos beneficiada do que as restantes ou acompanhe as restantes a um ritmo menos elevado no âmbito da integração do Grupo Central.

Eu penso que nesta matéria, poucos compreenderiam que existam no Grupo Central duas velocidades: as outras ilhas e a Graciosa.

Depois, devo dizer que há outra questão.

Olhando para o relatório, nós temos já a posição do Conselho de Ilha que é conhecida, e no relatório vejo que há aqui uma espécie de quase tortura ao Presidente da Câmara Municipal da Santa Cruz da Graciosa que é questionado de diversas formas:

“O Sr. acha” e apresentam-lhe um conjunto de argumentos e de dados e o Sr. Presidente da Câmara Municipal da Graciosa diz:

“Bom, sim. Tem razão com esses argumentos, mas mesmo assim acho que se deveria integrar na Linha Lilás, nem que seja de uma forma experimental durante um ano”.

Depois a seguir colocam-lhe a questão com outro conjunto de argumentos e o Presidente da Câmara Municipal continua a dizer:

“Sim, está bem. Mas mesmo assim acho que se deve integrar na Linha Lilás.”

E depois sucessivamente há aqui uma espécie de tortura, mas o torturado diz sempre a mesma coisa. O torturado diz sempre que considera que a ilha deve ser integrada na Linha Lilás.

Quer dizer, pronto. Depois de lhe perguntarem de cinco formas diferentes, de lhe fazerem a mesma pergunta de cinco formas diferentes, ele responde sempre nesse sentido.

Bom, eu penso que, quer o Conselho de Ilha, quer o Presidente da Câmara...

Deputado André Bradford (PS): O que é que o senhor quer dizer com isso? É incontestável a opinião dele!

O Orador: O que quero dizer é que é inquestionável que alguém que tem formação...

Não, não é uma opinião.

Deputado André Bradford (PS): É uma opinião como outra qualquer!

O Orador: Oiça, não é uma opinião qualquer. Eu valorizo a opinião de um Presidente da Câmara Municipal, seja qual tenha sido a força política pelo qual ele tenha concorrido e ganho as eleições. E, portanto, eu valorizo.

Desculpe, “é uma opinião como outra qualquer” diz o senhor. Para mim não é. Porque o Presidente da Câmara Municipal representa a população do município. Porque o Presidente da Câmara Municipal tem um acesso a um conjunto de informação muito alargado...

E, portanto, oh, Sr. Deputado André Bradford. Olhe, digo-lhe uma coisa, eu acho que essa desvalorização que o Sr. está a fazer com um camarada seu...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: A desvalorização que o Sr. está a fazer de um camarada seu e que foi aqui também nosso colega no Parlamento dos Açores é uma coisa que eu não lhe posso admitir, digo-lhe já.

Porque o conheço pessoalmente, há muitos anos e é uma pessoa ponderada.

Deputado André Bradford (PS): Olhe, o isqueiro que tenho aqui tem escrito “Manuel Avelar”!

Deputado Marco Costa (PSD): Só serve para acender fogueiras!

O Orador: Portanto, o que lhe quero dizer, oh Sr. Deputado André Bradford é que fico...

(Diálogo entre as bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

Deputado André Bradford (PS): Agora é que se vê o grau de democracia. O Presidente da Câmara da Graciosa... Muito amigo!

Deputada Zuraida Soares (BE): Diz o seu e o seu contrário durante a comissão!

O Orador: Sra. Presidente:

A questão aqui é que há um conjunto de apartes...

Deputado André Bradford (PS): Não foi isso que eu disse. Disse que era a opinião dele!

O Orador: ... do Sr. Deputado André Bradford a fazer uma desvalorização da posição do Sr. Presidente da Câmara.

Deputado Carlos Silva (PS): Não foi isso!

O Orador: E eu devo-lhe dizer e devo-lhe testemunhar que eu conheço o Presidente da Câmara e eu tenho-o como uma pessoa responsável e informada.

E, portanto, a decisão que ele tomou, a posição que ele teve oportunidade de repetir várias vezes é algo que eu valorizo. Eu valorizo.

Tenho muita pena que o Sr. não valorize...

Deputado André Bradford (PS): Foi sempre assim!

O Orador: ... não valorize o que um Presidente da Câmara do Partido Socialista, eleito pelo Partido Socialista, disse.

Terminada esta questão, devo dizer o seguinte.

Há um conjunto de gente responsável, Conselho de Ilha, a Câmara Municipal, que têm uma posição que esta Linha Lilás, a integração da Graciosa na Linha Lilás, se deve fazer. E eu valorizo essa posição e também tenho a perceção que a Graciosa, reconhecendo que existem melhorias, tenho a perceção que ainda podemos fazer mais para aumentar a integração da Ilha Graciosa nos mecanismos de acessibilidade do Grupo Central.

É esta a perceção do PPM.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem agora a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria só de saber se o Governo, uma vez que esta resolução se dirige diretamente a uma recomendação ao Governo, se o Governo tem opinião sobre esta matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Ávila tem a palavra.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Ah, vai correr todos. Gostaria de ver todos os da Graciosa!

Deputado Paulo Parece (PSD): Agora é que é uma opinião balizada!

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu vou começar por dizer que, quando se fala no isolamento da Ilha Graciosa, da maneira depreciativa como vejo alguns deputados apresentarem aqui, eu acho que estamos perante uma falácia. E estamos perante uma falácia porquê? Porque a Graciosa tem duas rotações aéreas por dia. Tem duas rotações aéreas por dia.

Deputado André Bradford (PS): Completamente isolada.

O Orador: E tem também ... sofreu um aumento nas rotações de 36% nos últimos três anos.

E mais. Nos últimos quatro anos, o número de frequências dos navios ferry foi um aumento de 40%. Passamos de 57 frequências para 80 frequências. Muito embora...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Já chega! É demais!

O Orador: Não, não, não é demais.

Eu queria dizer que isto tem a ver que nós temos um toque por cada 1,6 dias.

Sras. e Srs. Deputados:

É evidente que nós queremos mais. É evidente que nós queremos mais. Mas dizer que a Graciosa está completamente isolada, é uma falácia...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... e é uma falácia que é muito bem propagada pelo Partido Social Democrata infelizmente, tanto na Graciosa como aqui também nesta Casa. E há pessoas que infelizmente caem nisso.

Mas eu não sou desse grupo.

Reparem só. Um comunicado do PSD ou uma notícia no site do PSD...

Deputado Paulo Parece (PSD): O senhor deve ter no *link* dos favoritos!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Estão tão isolados, tão isolados que querem a ilha só para si.

O Orador: ... do dia 10 de maio de 2017. Diz assim:

“Os Social Democratas vão insistir na inclusão da Graciosa na Linha Lilás da Atlânticoline porque seria uma alternativa para os passageiros e produtos da Graciosa chegarem mais rápido às ilhas do triângulo”.

Agora expliquem-me uma coisa. Este navio, se fizesse Terceira-Graciosa e depois fosse às ilhas do triângulo, só o faria uma vez por semana. Os outros fazem três vezes por semana. O que é que estamos aqui a fazer?

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: O que é que estamos aqui a brincar. Estamos aqui a brincar ou quê? Estamos aqui a brincar.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mas estamos a brincar a quê?

O Orador: Isto é a falácia do poder de compra. É tal igual. É igual, igual.

O Sr. Deputado João Costa escreveu, porque esta coisa de falarmos das nossas ilhas é muito bom puxá-las para cima, mas quando se fala das nossas ilhas a puxá-las para baixo, eu fico indignadíssimo.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: E quando foi a questão do poder de compra, foi tal e qual. E a questão do isolamento é a mesma coisa.

O poder de compra, o Sr. Deputado João Costa num artigo, que publica não sei bem aonde porque eu não leio os seus artigos já lhe expliquei várias vezes.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Paulo Parece (PSD): Não acredito!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Ah!...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah!...

O Orador: Mas que chegou ao meu conhecimento, o Sr. Deputado afirmou...
Tenham calma, tenham calma.

... que a Graciosa era a ilha que tinha o pior poder de compra da Região.

O Sr. Deputado foi por aí e sabe perfeitamente que o poder de compra tem a ver com os concelhos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Então porque é que não traz os resultados por ilha?

O Orador: O Sr. não foi capaz de dizer que havia...

Oh, Sr. Deputado...

O Sr. não foi capaz de dizer que além do nosso, havia sete que ainda estavam pior que nós. Não nos satisfaz isto, mas nós não somos o pior concelho. Não somos o pior conselho. Portanto a notícia, é a notícia do copo...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Diga a verdade, está lá nos dados do INE. Por ilha é o pior!

Presidente: Srs. Deputados...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Por ilha é o pior! Pelos resultados do INE, por ilha é o pior, diga a verdade!

Presidente: Srs. Deputados...

O Orador: O Sr. já falou duas vezes e eu estive calado. O Sr. tem que estar calado quando eu falar.

Portanto, o Sr. Deputado...

E há outra coisa aqui que é importante. Ainda sobre a questão do poder de compra.

A Graciosa em 93 tinha uma diferença de 25 pontos no poder de compra e agora tem só 13,4 pontos. Melhorou bastante. Não é o suficiente, não é não Sr.. Nós queremos mais e melhor.

Mas Sr. Deputado, temos que fazer as coisas como deve ser. Não é só espalhar boatos e ideias falsas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Qual é o boato?

O Orador: Oh, Sr. Deputado, eu depois digo-lhe quais são os boatos, mas pode ser lá fora.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Diga aí!

O Orador: Digo, digo. O Sr. já vai chegar lá.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quais são os boatos? Diga lá!

O Orador: Relativamente a esta proposta...

Oh, Sr. Deputado, não dava tempo. Eu não tinha tempo para isso, são muitos.

Deputado Bruno Belo (PSD): Não te metas nisso José!

O Orador: Sr. Deputado, nós de facto não concordamos com esta proposta, como já deu para perceber, porque não ia acrescentar nada de novo à Graciosa nem melhorar as ligações marítimas de e para a Graciosa.

Os graciosenses, tal como os restantes açorianos, sempre lutaram por melhores transportes.

O Sr. vai ter que ouvir que é para depois não dizer que não percebeu.

Deputado André Bradford (PS): Ele não está muito satisfeito!

O Orador: Senão eu depois vou ter que explicar outra vez.

Os graciosenses sempre exigiram melhores transportes e o Partido Socialista recuperou este importante serviço em 2000, serviço que tinha sido descontinuado pelos governos do Partido Social Democrata no princípio dos anos 90.

E ao longo dos anos, os sucessivos governos do Partido Socialista têm vindo a melhorar os seus horários e a aumentar as suas frequências também para responder aos anseios dos graciosenses.

Entre 2014 e 2017 aumentámos 40%, com o respetivo aumento de lugares oferecidos para passageiros e viaturas, muito embora a procura não acompanhasse este esforço.

Por vezes, as pessoas, pelo menos algumas, não se apercebem deste esforço. E eu aqui acho que o PSD tenta fazer um bom trabalho, que é tentar dar a ideia que não é assim. Mas há um esforço enorme.

E eu vou contar uma história. Há um empresário graciosense que um dia me procurou e disse-me assim:

“Zé, nós temos que ter navio na Graciosa pelo menos dia sim dia não”.

Foi a questão que ele me pôs. E eu disse:

“Também concordo. Nós temos que ter dia sim dia não”.

E perguntei-lhe assim:

“O Sr. sabe quantos toques é que nós tivemos esta semana?”

E ele disse:

“Não, não sei”.

“Tivemos todos os dias, portanto vamos ter que tirar aqui alguns toques”.

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

Portanto, é só para ver a desinformação que o PSD tenta fazer na Graciosa.

A nós, Partido Socialista...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Estou arrasado com essa intervenção!

O Orador: Mas o Sr. ainda vai ouvir mais.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Isso é que me assusta!

O Orador: Quando pegar aqui no vosso programa do PSD que vou explicar o que é que vocês queriam. Queriam aumentar as frequências entre o Pico e o Faial, queria saber como é que aqueles navios iam para a Graciosa.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: A nós, mais do que a cor da linha, interessa a qualidade do serviço, a rapidez das viagens, a fiabilidade do serviço e a eficiência da operação.

Assumimos ainda que não está tudo bem nas relações marítimas com aquela ilha.

Mas é justo reconhecer que muito tem sido feito no sentido de melhorar esta operação e por isso tem contribuído o grande investimento que se fez nos últimos anos na Graciosa, nomeadamente na reorientação do porto comercial, na construção da rampa roll-on rol-off, no assinalamento marítimo e por fim, na contratação de um piloto de barra a tempo inteiro, um piloto de barra residente que veio reduzir, em muito, os cancelamentos de e para aquela ilha.

E vamos continuar a exigir melhorias. Vamos continuar a exigir que se melhore o que tem que ser melhorado. Com aumento de frequências, o fim dos

transbordos, que é uma das questões muito importantes que nós temos que tratar, a passagem pela Graciosa sempre que um navio venha da Terceira e vá para o Faial, e ao contrário, ficando assim garantida em todas as rotações a ligação alternada com a Terceira-São Miguel, por um lado, e com São Jorge-Pico e Faial por outro.

Portanto, fica aqui garantido o triângulo, que é aquilo que nós queremos. Porque o propósito do PSD, segundo se recordam, era realmente levar as coisas rapidamente até às ilhas do triângulo e isto aqui garante, da maneira que estou a dizer.

E mais! Apoiamos este Governo aquando da decisão do lançamento do concurso para a construção de um novo navio. E vamos apoiar a nova política do transporte de passageiros, viaturas e carga rodada durante todo o ano. Processo que resolverá, de facto, as questões levantadas pelos parceiros e também nos parceiros que nos deram.

Nessa altura, teremos uma linha qualquer a cor que seja, só não pode ser uma rosa porque já há uma rosa no Corvo e nas Flores.

Deputado Francisco César (PS): É uma flor rosa!

O Orador: Não interessa a cor. Desde que venha ao encontro das necessidades dos graciosenses.

E pergunto, pergunto ao PSD, e também pergunto ao Sr. Deputado Duarte Freitas que ele deve ter alguma coisa sobre isso.

Qual é a vossa posição afinal acerca da aquisição de um novo barco que pode fazer...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Agora é só um! Vocês não se decidem!

O Orador: Eu já sei que o Sr. Deputado João Costa não vai responder, mas o Sr. Duarte Freitas podia fazer esse favor.

Diga o que é que pensa sobre a aquisição de um novo navio para servir as ilhas dos Açores e esse navio, com o serviço que vai ser implementado, vai resolver de vez o problema da Graciosa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Finalmente! A Sra. Secretária é que pode explicar a fase do concurso em que ponto é que está!

O Orador: E eu quero saber qual é a vossa posição.

E também pergunto...

É porque se forem contra...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Se desaparecer como o outro...

(Diálogo entre as bancadas)

O Orador: Se forem contra...

Sr. Deputado Duarte Freitas...

É porque se forem contra, estão contra os graciosenses. De certeza absoluta.

E pergunto ainda:

E o mercado interno que se falou aqui já? Não ganhava com a aquisição desse navio?

Sr. Deputado, votamos, ou aliás, vamos votar contra esta proposta...

Deputado Bruno Belo (PSD): Vai votar contra os graciosenses!

O Orador: ... porque o serviço que pretende prestar aos graciosenses já existe.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso chama-se votar contra os graciosenses!

O Orador: E esta proposta nem sequer quantifica os gastos, não explica se há tempo útil para fazer o percurso da linha e ainda por cima, nem sequer diz se é preciso reforçar tripulações. Era bom terem feito essas contas.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O senhor fez as contas. Quanto é que vai custar à Região a obra megalómana, que vai custar aos graciosenses?

Deputado Paulo Parece (PSD): O senhor pergunte ao Governo! Os assessores do Governo é que fazem essas contas!

O Orador: Porque nós aqui precisamos de ter essas respostas para saber se podemos votar ou não.

A isto eu chamo: esconder informação aos graciosenses e aos açorianos. Aquilo que indignou o senhor há bocadinho aqui nesta câmara.

Isto é o que se chama atirar areia para os olhos dos graciosenses e também dos açorianos.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Esta proposta...

Deputado Marco Costa (PSD): Isso é o que se chama deitar umas ilhas contra as outras!

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Dividir para reinar!

O Orador: ... poderia originar e não podemos nem queremos aceitar a redução do número de frequências de um navio que toca a Graciosa 80 vezes, com cerca de 74 metros, como foi o caso da operação deste ano, com a capacidade para 700 passageiros e 85 viaturas, e que navega a mais de 20 nós.

Trocado por um outro que faz apenas 26 viagens com cerca de 40 metros que navega a 12/14 nós com uma capacidade apenas para 290 passageiros e apenas 12 viaturas.

O Sr. Deputado...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E na Graciosa trocaram alguma coisa?

O Orador: ... tem a consciência que este navio ao sair da Terceira para a Graciosa/São Jorge/Pico e Faial, ou mesmo ao contrário, com a saída do Faial, será que havia alguma hipótese de haver lugar disponível para as viaturas dos graciosenses que quisessem levar os seus produtos da Graciosa para as ilhas do Grupo Central? De certeza absoluta que não tinham. Esse navio vinha cheio da

Terceira, trazia 12 carros e os graciosenses ficavam com os carros em cima do cais.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados:

Nós, e eu, fiquei assustado quando na Comissão de Economia o Sr. Deputado falou que a empresa Atlânticoline afinal tinha outras embarcações. E o Sr. quando falou em outras embarcações, eu arrepiei-me todo.

Deputado Luís Garcia (PSD): Estava a falar no Expresso que estava ali a apodrecer!

O Orador: O Sr. estava a falar dos cruzeiros. O Sr. queria se calhar que o serviço fosse feito pelos cruzeiros.

Sr. Deputado:

Isso era um regresso ao passado.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (Ana Cunha): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. e Sra. Membros do Governo:

Sobre este assunto, o anterior Secretário Regional dos Transportes e Obras Públicas foi ouvido na Comissão Permanente de Economia em junho de 2017...

Deputado Luís Garcia (PSD): A senhora tenha a coragem de dizer que discorda do anterior Secretário!

A Oradora: ... e a posição do Governo consta, não só manifestada na comissão, mas também do relatório datado de 2017.

Os pressupostos...

Deputado Luís Garcia (PSD): A senhora tenha a coragem de dizer que é contra esta proposta!

A Oradora: ... mantém-se. Tem aumento de facto os serviços da Atlânticoline à Graciosa, nomeadamente em número de toques conforme aqui foi mencionado e desde 2017 registamos um aumento desse número de toques na ordem dos 57%. Tendência que se vai manter para o ano de 2018.

Procura-se ir assim de encontro às necessidades dos graciosenses, não pondo de parte os diversos ajustes que são feitos em termos de horários e de frequências sempre que se afigura necessário, nomeadamente, para festividades e outros acontecimentos da ilha.

As ligações têm sido asseguradas pela Linha Amarela, conforme é de conhecimento de todos, com o privilégio das ligações diretas em detrimento de transbordos, aumentando o conforto de passageiros e conseguindo assim melhores condições logísticas no transporte.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Como indicadores positivos deste atual modelo, temos os já referidos 80 toques que aumentarão em 2018. Temos ainda uma média no período sazonal de 3 de maio a 29 de setembro de 1 toque porque cada 1.8 dias em média e temos ainda que em cada toque são disponibilizados na referida linha amarela 630 lugares para embarque e desembarque, sendo que a taxa de ocupação se situa nos 9.34%.

Como impactos negativos da medida agora preconizada, salientamos a diminuição dos recursos afetos ao triângulo...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: ... e aumento dos custos diretos e indiretos da exploração para a Atlânticoline, que também aqui como foi referido.

A inserção da Graciosa na Linha Lilás sazonal implicaria, não só a necessidade de pernoita do navio, um aumento de tripulação e outros gastos de exploração que representam um número não despreciando de 215 mil euros.

Posto isto, e realça-se, tem vindo a Atlânticoline de encontro aos interesses dos graciosenses aumentando os serviços prestados àquela ilha no âmbito da Linha Amarela.

A avaliação quanto à estimativa de custos e ao impacto na empresa da inserção da Ilha da Graciosa na Linha Lilás afigura-se negativo a nível dos custos avaliados diretos e indiretos e por essa razão o Governo mantém a posição já anteriormente manifestada.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado José Ávila:

Se o Sr. Presidente do Governo Regional estivesse ali sentado na sua cadeira como deveria estar, eu acho que ele o demitia do seu lugar de deputado, pese embora a sua legitimidade para ter sido eleito.

Mas vou-lhe dizer o seguinte:

Ele ia ficar muito desagradado consigo. Porque o Sr. Presidente do Governo quando da feitura destes barcos, que os Srs. tanto elogiaram e que o Sr. agora reduziu a umas barcaças...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É verdade! É verdade! Só faltou dizer!

O Orador: ...o Sr. Presidente do Governo disse, e disse-mo a mim, na sua ilha, na Graciosa, que eu lhe dizia que a melhor solução para o mercado interno, que o CDS defende desde 2012, era um avião cargueiro, rápido, eficiente, para levar

os produtos da Graciosa para a Terceira, da Terceira para São Miguel, das Flores, etc. etc.

Mercado interno fomos nós a falar pela primeira vez. Não quero camisolas amarelas, mas é a verdade.

Deputado André Bradford (PS): À gente interessa!

O Orador: E os Srs. sempre desprezaram o mercado interno. E o Sr. Presidente do Governo convencia-me do seguinte:

“Não, repare, um navio destas características é o melhor para um agricultor aqui da Graciosa. Mete a sua carrinha no barco...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Cheio de melões!

O Orador: ... cheio de meloas, alhos, e vai a São Jorge. Pega na sua carrinha...”

Deputado André Bradford (PS): Não era nestes!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Foram estes!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Não foi nada!

O Orador: Nestes barcos, nestes barcos! No Mestre Simão e no Mariano!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Foram nestes, foi sim senhor!

O Orador: Nestes barcos, no Simão e no Mariano.

Deputado André Bradford (PS): Não era nestes, era nos grandes!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Quais grandes?

O Orador: Não senhor. Nestes barcos, no Mestre Simão e no Mestre Mariano. Sim senhor.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Foi...

O Orador: Foi a mim que ele disse, não foi a mais ninguém. E disse-o aqui também...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Que era meter a carrinha com as meloas!

O Orador: ... mas ligue ao Sr. Presidente do Governo. Não, ligue.

Ele disse agora no Plano e Orçamento da carga rodada com este novo barco que ia adquirir. Mas antes foi sobre o Mestre Simão e o Mestre Mariano.

Deputado André Bradford (PS): Não foi nada!

O Orador: Foi na Graciosa, foi sim senhor.

Disse que o agricultor metia o carro...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Com as meloas!

O Orador: ... no coisa, e ia no barco...

(Risos dos Deputados das bancadas do PS e do PSD)

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Chegava à Terceira...

O Orador: ... ia à Terceira, ia a São Jorge, voltava à Graciosa na sua carrinha.

(Risos)

Está a achar graça, Sra. Deputada?

Está a achar graça?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não, diga a piada se faz favor, Sra.

Deputada!

O Orador: É porque se quiser eu digo-lhe qual é a coisa.

(Aparte inaudível)

O Orador: Não quer...

Presidente: Srs. Deputados, por favor.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Que piada!

O Orador: E portanto, os Srs. ...

“De que é que vale a pena? Os Srs. querem trocar um barco super-rápido por um barco de apenas 26 metros que só dá 12 nós?”

Oh, senhor, o senhor é que mandou construir o barco...

Deputado Duarte Freitas (PSD): E disse que era para o Grupo Central!

O Orador: ... com 26 metros e que só dá 12 nós. Mas sabe porque é que só dá 12 nós, Sr. Deputado?

Ou 40 metros.

Sabe porque é que só dá 12 nós, Sr. Deputado? Porque os Srs. não querem que ele dê 14 nem 15.

Deputado Luís Garcia (PSD): É verdade!

O Orador: Sabe porquê?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Custo de operação!

O Orador: Custo de operação, Sr. Deputado José Ávila.

Os senhores é que decidiram pôr este barco que não serve bem os Açores, Sr. Deputado. E quando está vaga de 4 e 5 metros, os senhores vão buscar o cruzeiro e deixam este encostadinho ao cais, Sr. Deputado José Ávila.

Deputado Luís Garcia (PSD): Ou encostam no porto velho da Madalena!

O Orador: Como o senhor bem sabe tão bem como eu.

E, portanto, o senhor, e ainda bem, reconheço-lhe a honestidade de o ter feito, passou um atestado a estes barcos que não servem à Região Autónoma dos Açores. E foram por isso reduzidos aqui ao canal Pico-São Jorge e ao canal Pico-Faial. Porque não servem efetivamente para mais nada. Mas foram os senhores que o mandaram fazer. Foram os senhores que o mandaram fazer.

E o Sr. Presidente do Governo era a solução para o comércio interno no Grupo Central, era a solução para isso.

E, portanto, os senhores é que não sabem o que querem, não sabem o que querem fazer e falam mal daquilo que é próprio das vossas coisas.

(Diálogo entre as bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: O Sr. Membro do Governo...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Para que era o Mestre Simão?! Tínhamos os Cruzeiros!

Deputado André Bradford (*PS*): Tínhamos a Espalamaca!

O Orador: Olhe, o senhor devia ter vergonha de falar na Espalamaca.

Deputado André Bradford (*PS*): Eu?

O Orador: Sim.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, por favor não nos vamos...

O Orador: O Sr. devia ter vergonha de falar na Espalamaca.

Deputado André Bradford (*PS*): Porquê?

O Orador: Porquê? Porque iam pô-la de Museu em cima e foi uma proposta do CDS aqui que a prometeu recuperar e que o senhor não quis e ela devia ter motor se os senhores tivessem aprovado verba.

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): Muito bem!

O Orador: E mais, Sr. Deputado José Aguiar... José Ávila... (*Risos*)

Também era boa pessoa o José Aguiar.

(Diálogo entre as bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: Vou-lhe dizer mais uma coisa que o senhor referiu aí na sua intervenção, que eu aprecio sempre, como sabe.

O senhor falou em duas rotações aéreas. Muito bem. A Graciosa melhorou nessa matéria.

Só que, sabe como é que a Graciosa estaria bem, Sr. Deputado José Ávila? Se o senhor tivesse votado favoravelmente uma proposta do CDS. A certificação da pista da Graciosa.

Sabe porque é que cancelaram os voos ultimamente? Porque o pôr-do-sol é às 17h35/17h25 e o voo cancela porque o avião não pode operar durante a noite. E, portanto, Sr. Deputado, se tivesse aprovado essa proposta e se a pista da Graciosa tivesse efetivamente operacional, aí sim, tinha duas ligações efetivas durante o inverno da SATA Air Açores para a Graciosa.

A partir das 17h35, o Sr. não tem ligações. Quando, efetivamente há um atraso nos voos e os voos cancelam com o prejuízo todo que tem para os passageiros...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): E a carga, e a carga?

O Orador: ... e tem para as pessoas. E para a SATA.

E, portanto, Sr. Deputado José Ávila, eu acho que o senhor próprio passou um atestado daquelas que eram as grandes aspirações do Sr. Presidente do Governo sobre o Mestre Simão e o Mestre Mariano.

Deputado André Bradford (PS): Já vamos falar nisso!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Respondendo aqui a um desafio da Sra. Deputada Graça Silveira, através de um aparte, eu vou provar aquilo que disse em relação à tortura a que foi submetido o Presidente da Câmara.

Cinco vezes...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Combinado?

O Orador: Não está nada combinado, aqui não se combina nada.

Deputado André Bradford (PS): Está combinado!

O Orador: Veja bem.

Primeira vez. “Quanto aos transportes marítimos e Linha Lilás, referiu que devíamos experimentar a inclusão da Graciosa na Linha Lilás.” Primeira vez.

Segunda vez. “Em resposta, o Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa disse que a ligação pela Linha Amarela é muito mais confortável para os passageiros,” isto depois do Sr. Deputado José Ávila lhe ter remetido uma série de números. Ele disse que a ligação pela linha é muito mais confortável, mas ainda assim, devemos fazer a experiência...

Deputado André Bradford (PS): Ah, experiência...

O Orador: ... com a inclusão da Graciosa na Linha Lilás. Segunda vez.

Terceira vez. “Indicou que tem algumas dúvidas sobre a qualidade da Linha Lilás ao nível dos horários e respetivo conforto para os passageiros, mas ainda assim, devemos experimentar.” E esta é a fronteira porque esta, como sabem, o apóstolo de São Pedro negou Jesus Cristo três vezes.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Mas o Presidente da Câmara resistiu e superou...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): A barreira...

O Orador: ... a prova, a barreira das três negações. Porque a seguir o que é que ele diz? Na quarta referência ele diz assim:

“Depois de ter sido confrontado novamente com uma bateria de números”, diz assim, “considera que se deve fazer a experiência com a inclusão da Graciosa na Linha Lilás”.

E depois, uma quinta vez, depois de ser submetido a mais uma tortura de números, disse:

“O Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa respondeu que a Linha Lilás e as atuais condições não servem a Graciosa, mas deve ser feita a experiência incluindo a Graciosa na Linha Lilás”.

É um homem de coragem.

Eu devo dizer o seguinte.

Como é que é possível dizer que o Sr. Presidente da Câmara, que não consegue compreender com estes números todos, que agora foram repetidos pelo Sr. Deputado José Ávila, repetiu outra vez os números, o Sr. Presidente da Câmara e o Conselho de Ilha da Graciosa, apesar de toda esta argumentação eles continuaram a achar que a Linha Lilás se justifica.

E por isso mesmo, como eu sou um adepto dos homens de coragem, que resistem a tudo, eu também sou adepto da Linha Lilás.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Rodrigues tem agora a palavra.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Ai, também não quero o barco a pernoitar na Graciosa. Venha lá dizer!

(*) Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, os governos do Partido Socialista têm realizado na Região Autónoma dos Açores, uma reforma que tem permitido melhorar a acessibilidade e a mobilidade dos açorianos, nomeadamente no triângulo, mas também em todas as nove ilhas dos Açores.

E têm-no feito com a melhoria das infraestruturas, com a melhoria também das frequências, quer no transporte aéreo, quer no transporte marítimo, e, de facto, é estranho vir a esta Casa dizer que face a 2012, que a Graciosa está mais isolada e é uma ilha isolada.

Como os meus colegas deputados da Graciosa já puderam referir mais do que uma vez, a Graciosa está menos isolada...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... está mais acessível, há mais pessoas a chegar à Graciosa e também há mais economia por essa via na Ilha da Graciosa.

Deputado Paulo Parece (PSD): Isso é a chamada testemunha abonatória!

O Orador: Relativamente à solução e à proposta que está aqui em análise, para já, também podemos começar por dizer que é uma não proposta. Não indica que meios é que irá utilizar, que horários é que irá utilizar, e face a uma realidade que se desconhece, de facto é preciso perguntar:

Esta é a melhor solução para a Graciosa? Face à solução da Linha Amarela? Não, não é.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor tem a Linha Amarela ou não? O senhor tem a Linha Amarela em São Jorge, ou não?

Deputado Paulo Parece (PSD): A Sra. Secretária diz que não!

O Orador: Esta solução é melhor para a mobilidade dos Açorianos no Grupo Central face à realidade existente? Não, não é.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: É possível fazer o prolongamento da Linha Lilás sem reduzir a mobilidade e a acessibilidade às ilhas do triângulo?

Os Srs. Deputados que estão aí sentados que também dizem que defendem o triângulo, o Faial, o Pico e São Jorge, o que é que têm a dizer sobre essa proposta?

(Diálogo entre as bancadas)

Deputado Francisco César (PS): Os senhores subscrevem?

O Orador: Quando esta solução, ou o barco passa a dormir na Graciosa e não há ligação no triângulo nesse dia, ou então tem que se introduzir outros meios. Não há outra solução, meus amigos.

Portanto, claramente esta é uma má solução para a Graciosa que piora as condições de mobilidade dos Açorianos no Grupo Central. E, portanto, o Partido Socialista não poderá concordar com esta solução.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Quero informar a câmara de que o PS esgotou o seu tempo com esta intervenção.

O Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membro do Governo:

Apenas uma referência à intervenção da Sra. Secretária.

Basicamente repetiu aquilo que já sabíamos.

Da parte do Governo não há flexibilidade para olhar para este problema como ele devidamente deve ser encarado, que é uma questão de lealdade política no exercício de funções governativas e também de resposta a uma ilha que anseia por deixar de ver exercida sobre si esta injustiça de ter sido excluída de uma frota que a Região adquiriu para servir essa ilha. E, portanto, da parte do Governo, é uma questão economicista.

Eu não me vou entreter com as banalidades discursivas de alguns Srs. Deputados...

Deputado André Bradford (PS): Na sua opinião!

O Orador: ... do Partido Socialista sobre aquilo que eu ou o Partido Social Democrata pensam em relação à Graciosa porque aquilo que está em discussão

é um Projeto de Resolução que o Partido Social Democrata apresentou nesta Assembleia e que pretende melhorar. É só isso. Melhorar.

E, portanto, queria dizer com muita clareza e, discordando apenas de um aspeto daquilo que foi dito pelo Sr. Deputado António Lima, e Sr. Deputado Paulo Estêvão e também dito pelo Sr. Presidente da Câmara.

Eu não acho que isto deva ser uma experiência. O PSD não propõe uma experiência.

Deputado André Bradford (PS): Ah!... assim é outra coisa!

O Orador: O PSD propõe que a Graciosa seja incluída nesta Linha. Ponto.

(Diálogo entre as bancadas)

O Orador: Não queremos cá experiências. Nós não queremos que a Graciosa fique dependente de taxas de ocupação, de utilização. Nós queremos serviços que potenciem aquilo que a Graciosa pode ter potencializado naquilo que é a sua capacidade produtiva que está cada vez mais dificultada por falta de mercado e aqui, o mercado do triângulo é a verdadeira razão para nós querermos melhores ligações com São Jorge e com as restantes ilhas do Pico e Faial.

E, portanto, esse fetiche das experiências não é connosco também.

Agora, falsidade de declarações, insinuações ou...

Deputado José Ávila (PS): Queixinhas!

O Orador: Como é que a gente há de dizer?

Deputado André Bradford (PS): Veja lá o que é que vai dizer!

O Orador: Enfim, faltam-me os termos...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas diga!

O Orador: ... porque não quero também que ninguém se sinta demasiadamente implicado.

Mas, o Sr. Deputado José Ávila diz que eu menti sobre o poder de compra. Não menti, o senhor é que mentiu. O senhor mentiu porque lá nos dadozinhos que o senhor tem do poder de compra tem os concelhios. E tem acima dos concelhios...

Deputado André Bradford (PS): Em dados, ninguém lhe bate!

O Orador: ... tem o global da ilha.

Pois. E o que eu disse foi que as ilhas, as ilhas...

Deputado José Ávila (PS): Puxa para baixo!

O Orador: ... que é isso que interessa aos graciosenses é que a nossa ilha, comparativamente às outras, ainda que as outras possam ter desequilíbrios dentro delas, que é o que aliás nós temos dito...

Deputado José Ávila (PS): O que é que interessa?

O Orador: ... longamente sobre essa questão da coesão social, territorial, etc.

O problema de facto é que, infelizmente, isto não é puxar a Graciosa para baixo...

Deputado José Ávila (PS): É, é!

O Orador: ... era tentar era puxá-la para cima. Que é não fazer de conta que ela é um concelho, porque a Graciosa não é um concelho, é uma ilha.

Deputado José Ávila (PS): É concelho!

O Orador: Tem uma realidade de ilha, não é apenas uma realidade de um concelho. Diga isso às pessoas da Praia que tanto valorizam a sua vila...

Deputado André Bradford (PS): E com razão!

Deputado José Ávila (PS): O que é isso tem a ver?

O Orador: ... por diferenciação com a sede do concelho que é Santa Cruz. E, portanto, uma ilha tem outra realidade. O senhor não me obrigue a dizer tudo aquilo que o senhor merecia ouvir.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Oh!!!!

Deputado José Ávila (PS): Diga lá!

O Orador: E, portanto, o senhor mentiu também, mentiu também, mentiu também, mentiu também quando disse que nós propúnhamos, e anda a mentir há uma série de meses a ver se essa mensagem sua passa.

É um bocadinho como aquela reunião que estive a tentar ver se passava a ideia assim por telepatia ao Sr. Presidente da Câmara que era para ele dizer que não, até já tinham passado as eleições, o senhor até podia ter dito que não de uma vez e pronto, e deixava de insistir.

Mas, o senhor anda a difundir uma mentira há meses que é a de que nós propomos...

Deputado José Ávila (PS): É mentira?

O Orador: Aquilo que o Sr. Deputado disse ainda agora.

Que nós propomos em alternativa a Linha Lilás à Linha Amarela. Isso é mentira.

Deputado José Ávila (PS): Isso é mentira! E é mentira os cruzeiros!

O Orador: Disse sempre aqui que nunca foi proposto por nós, nunca o propusemos. Nunca! E digo-o outra vez para o Sr. dizer outra vez.

É mentira que o senhor...

Aquilo que o senhor disse é mentira.

Deputado José Ávila (PS): É mentira?

O Orador: Nós não propomos uma alternativa. Propomos um aumento, que é a Linha Lilás passar a ir à Graciosa. Eu acho que isto é simples de compreensão.

Deputado José Ávila (PS): É para chegar mais depressa!

O Orador: É de tão simples compreensão que eu aqui lamento, mas lamento mesmo com toda a honestidade. Lamento que no Parlamento dos Açores, um deputado eleito por um círculo eleitoral da sua ilha, neste caso da Graciosa, venha dizer:

“Bom, eu não confio nada na capacidade de avaliação de ninguém da minha ilha”.

Deputado André Bradford (PS): Isso não é verdade!

O Orador: Porque são todos influenciados pela desinformação do Sr. Deputado Bruto da Costa.

Deputado José Ávila (PS): Não são todos, mas alguns são!

O Orador: O Sr. Deputado Bruto da Costa desinformou e influenciou, veja-se bem...

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Ele não pode é responder!

O Orador: ... o Presidente da Câmara. Desinformei e influenciei para dizer que era a favor da Linha Lilás o Presidente da Câmara.

“Este Deputado Bruto da Costa tem poderes, só pode”.

Deputado José Ávila (PS): Não tem!

O Orador: “Desinformou e influenciou a decisão difundida não através de envio de email formal à Comissão e se calhar os senhores ainda vão perorar por isso, mas por parte do Presidente ou do Núcleo Empresarial da Graciosa, que é a favor da inclusão da Graciosa na Linha Lilás.”

Eu desinformei e influenciei. Tenho poderes.

Deputado André Bradford (PS): Só não tem poderes para ganhar as eleições!

O Orador: Desinformei e influenciei o Presidente da Associação de Pescadores da Graciosa. Eu desinformei e influenciei que declarou ser a favor da inclusão da Graciosa na Linha Lilás. Isto já tudo...

Bem, o Sr. Presidente da Câmara foi ouvido agora em outubro, já passou a análise de 2017.

Deputado André Bradford (PS): O Sr. Presidente da Câmara já mandou um SMS!

O Orador: E também, os agricultores da Graciosa também influenciei...

Oh, Sr. Deputado. Sejamos sérios verdadeiramente.

Porque aquilo que o senhor fez não foi sério, não foi sério.

O senhor quis justificar, quis justificar um voto contra que não faz qualquer sentido. Porque para além desta gente toda, eu consegui, imagine-se, os poderes que o deputado que lança estas desinformações tem para conseguir influenciar, e quase que talvez obrigar a votar favoravelmente esta decisão, o Sr. Deputado Manuel José Ramos...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

... que em Conselho de Ilha da Graciosa, enquanto Presidente de Junta, ao meu lado, votou a favor da inclusão da Graciosa na Linha Lilás.

Tenha vergonha!

Deputado José Ávila (PS): Vamos lá com calma!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Minha Nossa Senhora!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Bradford pede a palavra para?

Deputado André Bradford (PS): Interpelação, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra Sr. Deputado.

Deputado André Bradford (PS): Muito obrigado. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados...

(Diálogo entre bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Deputado André Bradford está no uso da palavra para uma interpelação à Mesa.

O Orador: Muito Obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Com certeza, Sra. Presidente.

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu fiz esta interpelação porque na sequência de, há pouco, de uma afirmação do Sr. Deputado Artur Lima de que o Presidente do Governo e na qualidade de Presidente do PS lhe teria dito...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não pode!

O Orador: Já explico. Se me derem um minuto...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Há bocadinho o Sr. Deputado fez exatamente a mesma coisa para explicar o que é que vai entregar.

O Orador: Eu já explico...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos ter calma.

O Sr. Deputado André Bradford está a fazer uma interpelação à Mesa. Se a Mesa entender...

Deputado Duarte Freitas (PS): O problema é que a Mesa não entende!

Presidente: ... que sai do âmbito da interpelação, chamará a atenção, como aliás, não é a primeira vez que o faz.

O Orador: Eu estou a tentar justificar, Sra. Presidente, porque é que vou entregar um documento à Mesa. E é só isso.

E, portanto, há pouco numa afirmação do Sr. Deputado Artur Lima, que teria falado com o Presidente do PS e que ele teria dito que estes navios...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso já não é interpelação!

O Orador: ... que navegam no Grupo Central era previsto, a sua aquisição tinha sido pensada para que fizessem transporte de mercadorias e um agricultor entrasse com a sua carrinha num navio, pronto ...

Eu tenho esse discurso...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual discurso?

O Orador: O discurso em que isso é dito tal e qual como o senhor aqui disse, em que um agricultor dos Açores entra com o seu...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Oh, Senhora Presidente, entra em diálogo com o deputado e tudo!

Deputado Paulo Parece (PSD): Tal latitude!

Presidente: Calma, Sr. Deputado. Tenha calma.

O Sr. Deputado André Bradford deve concluir a sua interpelação.

O Orador: Isto é tudo muito bonito, isto é uma grande democracia desde que o PS não fale.

(Diálogo inaudível)

O Orador: Eu vou entregar à Mesa...

(Diálogo inaudível)

O Orador: Eu posso olhar para onde eu quiser, Sr. Deputado. E se eu passar o tempo...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não! Não está a interpelar é a Mesa.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

Sras. e Srs. Deputados.

Vamos lá acalmar os ânimos e não transformar em casos aquilo que não é.

Sr. Deputado André Bradford para concluir a interpelação.

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Permita-me, que enquanto interpelo a Mesa, de vez em quando, não olhe para si Sra. Presidente. *(Risos)*

E, portanto, vou entregar uma cópia do discurso no encerramento do Congresso do PS Açores...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quando?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Porque é que não entrega o documento?

O Orador: ... o último Congresso, em março de 2016, em que o Sr. Presidente do Governo diz exatamente aquilo que o Sr. Deputado Artur Lima aqui disse, só que se referindo-se aos navios que iriam ser construídos,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Em Santa Maria!

O Orador: ... aos navios de transporte de pessoas e mercadorias que ainda não existem.

Presidente: Sr. Deputado André Bradford, deverá entregar o documento e não o citar.

O Orador: E, portanto, entregarei à Mesa cópia desse discurso, e, portanto, aquilo que o Sr. Deputado Artur Lima disse tem um equívoco. Não eram os navios que existem, são aqueles que virão.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem! Muito bem interpelado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Depois de recebido pela Mesa, será então distribuído por todos.

(Diálogo inaudível)

Presidente: Não.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Agora não posso fazer uma interpelação.

Presidente: O Sr. Deputado André Bradford apenas informou a Mesa e a Câmara que vai entregar um documento à Mesa que contradiz, eventualmente, algumas declarações que aqui foram proferidas, como aliás ainda há pouco aconteceu numa outra interpelação.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão estava inscrito em primeiro lugar para uma interpelação à Mesa.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero fazer uma interpelação à Mesa a respeito da condução dos trabalhos.

Deputado André Bradford (PS): Isso é uma interpelação?

O Orador: Eu quero dizer-lhe o seguinte, Sra. Presidente:

Eu considero que esta interpelação foi absolutamente incorreta do ponto de vista regimental.

Em primeiro lugar porque diz respeito a uma discussão que já tinha ocorrido. Ou seja, depois da intervenção do Sr. Deputado Artur Lima, falaram vários deputados.

Em segundo lugar porque o Sr. Deputado André Bradford não se limitou a dizer que iria entregar um documento sobre o tema tal. O que ele fez foi uma intervenção longa...

Deputado André Bradford (PS): Foi longa, porque os senhores não me deixaram falar!

O Orador: ... interpelando diversas vezes diretamente, interpelando diretamente outro deputado...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: ... e, portanto, interpelando diretamente outro deputado e não a Mesa, e, portanto, isto... Sra. Presidente, em nenhuma situação pode ser considerada uma interpelação.

E eu penso que este tipo de situações, quando se cria este tipo de precedentes, depois é que originam mais dificuldades para a Sra. Presidente, em termos de condução de trabalhos porque a seguir, evidentemente, os outros deputados sentem-se no direito de realizar uma interpelação exatamente nos mesmos moldes.

E, portanto, Sra. Presidente, eu discordo profundamente da forma como a Sra. Presidente autorizou esta interpelação nos moldes em que ela foi efetuada...

Deputado Francisco Coelho (PS): Como é o caso!

O Orador: ... que não são regimentais. Basta ler o que é que significa uma interpelação, lê no Regimento que não é nada disto...

Deputado André Bradford (PS): Isto é que não é uma interpelação!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Sra. Presidente, até lhe digo uma coisa.

Já não é necessário entregar à Mesa os documentos, porque, entretanto, o Sr. Deputado já os leu integralmente.

Deputado André Bradford (PS): Não li nada!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Eu agradeço a sua interpelação e a sua preocupação com a minha condução dos trabalhos, mas agradeço a sua interpelação porque acho que até é uma boa altura para fazermos aqui um ponto de situação.

De facto, a maior parte das interpelações que se fazem à Mesa não cabem no Regimento.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

Presidente: A maior parte delas.

Hoje já aconteceu “n” vezes e acontece em todas as legislaturas e eu estou aqui há cinco anos, aqueles que estão antes de mim com certeza terão conhecimento e se forem ler os diários, que a maior parte das interpelações que se fazem à Mesa não estão corretas...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade! Muito bem!

Presidente: ... porque nem sequer há uma figura regimental para informar a Câmara da entrega de documentos.

A questão, em primeiro lugar, cabe aos líderes, e aproveito o momento para também lhes pedir então que acelerem o processo de revisão do regimento para que efetivamente possa constar uma norma que abarque toda esta situação.

E, depois, a Mesa naturalmente, na condução dos trabalhos, faz aquilo que acha que deve fazer a cada momento.

Deputado André Bradford (PS): Eu fui prejudicado porque não consegui fazer a minha interpelação!

Presidente: Mesmo tendo consciência que, nalguma latitude que concede, pode estar a prejudicar o seu próprio trabalho. Mas às vezes é preferível prejudicar um pouco o nosso trabalho e permitir que os trabalhos se desenvolvam da melhor maneira possível.

Claro que conto com todos vós para que me ajudem na condução dos trabalhos. E por isso Sr. Deputado, agradeço o momento que proporcionou para também a Mesa poder fazer este esclarecimento.

Sr. Deputado Artur Lima, para uma interpelação à Mesa, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, se não couber em interpelação faça favor de me dizer que eu passo para uma intervenção.

Mas, o Sr. Deputado André Bradford no seu documento que quis entregar à Mesa e que vai entregar, devia de ter começado logo por dizer era o seguinte:

“Isto é a intervenção do Sr. Presidente do Governo, ou do Sr. Presidente do Partido Socialista, no Congresso de 2016. É a cópia do discurso do Sr. Presidente do Partido Socialista”.

Era isso que o Sr. Deputado André Bradford devia ter dito. Porque eu não me referi àquele documento que o Sr. Deputado foi entregar na Mesa.

A minha conversa com o Sr. Presidente do Governo que confirmará,...

Deputado André Bradford (PS): Não me deixaram dizer!

O Orador: ... se ele tivesse aqui tenho a certeza absoluta que a confirmava, foi na Ilha Graciosa, no hotel da Ilha Graciosa, que estávamos lá os dois em campanha eleitoral quando nos encontrámos, e era sobre o Gilberto Mariano e o Mestre Simão.

Deputado Francisco César (PS): E muita mais gente!

O Orador: Não era uma conversa privada, Sra. Presidente.

E, portanto, eu a seguir farei uma intervenção para explicar.

E, portanto, o Sr. Deputado Bradford não consegue explicar o inexplicável...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Deixou de ser!

O Orador: ... mas eu vou fazer uma intervenção a seguir.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado pelo esclarecimento.

Sr. Deputado Manuel Ramos tinha também pedido a palavra para?

Deputado Manuel Ramos (PS): Defesa da honra.

Presidente: Defesa da Honra em relação...

Peço desculpa porque, entretanto, já existiram três interpelações à Mesa.

Defesa da Honra em relação...

(*) **Deputado Manuel Ramos (PS):** À afirmação que o Sr. Deputado João Bruto da Costa fez que eu tinha votado a favor da Linha Lilás, porque eu estava no Conselho de Ilha...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Como?

Presidente: Sr. Deputado, eu vou-lhe dar a palavra. Tem três minutos.

O Orador: Muito obrigado.

Eu estava no Conselho de Ilha na qualidade de Deputado Regional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não senhor, Sr. Deputado! Olhe a mentira é grave, muito grave!

O Orador: Sim senhor, sim senhor. E eu posso-lhe provar isso.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Deputado Manuel Ramos está no uso da palavra.

O Orador: Eu estava na qualidade de Deputado Regional e nessa qualidade, não tinha direito a voto.

Muito obrigado.

(Diálogo entre as bancadas)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados.

Para justificar as afirmações, Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra.

Deputado Francisco César (PS): E se o senhor estiver enganado faz aqui uma declaração a pedir desculpa? Faz?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu não preciso, Sr. Deputado. Porque eu estava lá.

Deputado Francisco César (PS): Eu também.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): E eu próprio não estava!...

O Orador: E quando eu disse que não votávamos, o Sr. Deputado Manuel José disse:

“Eu estou aqui em representação da Junta de Freguesia”.

Deputado Manuel Ramos (PS): Não senhor, isso é mentira!

Deputado José Ávila (PS): Isso é mentira!

O Orador: É? Então, oh, Sr. Deputado, o senhor disse isso... Votou... Se é mentira, o senhor certamente há de conseguir demonstrar que é mentira através da senha de presença.

Deputado Manuel Ramos (PS): Vou, vou!

Deputado António Parreira (PS): Não, não! Precisamente o contrário!

Deputado Francisco César (PS): Não, não! O Sr. é que tem que mostrar e pedir!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: Sabe, é um bocadinho indiferente essa sua indignação, Sr. Deputado Francisco César. Sabe porquê? Porque eu estava lá e vi e assisti, e aquele senhor se calhar também estava e esse senhor é que acho que não estava.

Presidente: Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem que concluir.

O Orador: Como membros de Conselho de Ilha, o Sr. Deputado Manuel Ramos penso que nunca participou enquanto deputado.

Deputado Manuel Ramos (PS): Participei, sim senhor! Isso é mentira!

O Orador: Participou sempre enquanto Presidente de Junta de Freguesia. Porque eu não vi lá mais ninguém a representar a Junta de Freguesia enquanto ele estava como deputado.

E, portanto, se o senhor abdica de ser Presidente da Junta de Freguesia para ir como deputado ao Conselho de Ilha, ainda para mais tendo direito a voto, é porque não teve coragem de votar.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado André Bradford (PS): Votou ou não votou?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, de momento a Mesa não tem inscrições.

O Sr. Deputado Artur Lima está inscrito, tem a palavra.

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente:

Apenas para clarificar que não foi uma conversa privada, Sr. Membro do Governo.

Foi, aliás, até, depois, tida e discutida durante a campanha eleitoral em que eu defendia um avião cargueiro e o Sr. Presidente do Partido Socialista e candidato por São Miguel, defendia exatamente esses dois navios que era a carga para o Grupo Central, para o mercado interno no Grupo Central.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Os novos navios!

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): Não...

O Orador: O Mestre Simão e o Gilberto Mariano.

E depois...

Deixe-me acabar senhor...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Isso não é verdade, muito menos em alternativa ao cargueiro!

O Orador: Deixe-me acabar...

E depois em 2016, que até hei de procurar o artigo que ele está escrito, o Sr. Presidente do Partido Socialista num comício em Santa Maria, diz com aquele ênfase que ele costuma dar, que era bom esse novo navio, esse grande, vir...

Deputado André Bradford (*PS*): Ah!...

O Orador: ... para o transporte de meloas de Santa Maria para São Miguel.

Lembra-se, Sr. Membro do Governo e Sr. Deputado Bradford? Lembram-se?

E, portanto, aí é que ele falou dos navios grandes. Antes, era os navios para a carga rodada que ele falava e para transporte e dinamização do mercado interno no Grupo Central.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Isso não é verdade!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa** (*PSD*): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Foi também aqui falado já para...

Deputado André Bradford (*PS*): Quase que não falei!

O Orador: ... esclarecer também um aspeto que foi aqui falado, ainda não tive oportunidade de o esclarecer, que tem a ver com essa história de que aumentou assim extraordinariamente tudo e está tudo muito bom.

Deputado José Ávila (PS): Não foi isso que eu disse!

O Orador: Essa parte acho que não vale a pena repisar porque se as pessoas todas da Graciosa querem a inclusão da Graciosa na Linha Lilás, é porque desejam mais. E é precisamente isso que está em causa.

O que está em causa aqui é que, este ano de 2017, no mês de julho, houve, relativamente da Graciosa para o triângulo, 11 saídas para São Jorge e uma para a Horta. No sentido inverso, houve durante o mês de julho 10 entradas de São Jorge para a Graciosa.

Durante o mês de agosto houve 10 saídas para São Jorge e sete navios que vieram de São Jorge para a Graciosa.

E o que permite, caso o PS não tivesse esta, enfim, obsessão da proposta, dependendo de quem vem, não pode ser aprovada, o que permitia esta inclusão era de que a Graciosa passasse a ter praticamente mais 50%, que são os toques durante o período de operação da Linha Lilás nas viagens que faz.

E, portanto, o que se trata aqui não é tão fácil de contestar porque de facto é uma ansiedade, uma ambição, uma necessidade daquela ilha.

Eu tinha ainda que referir... Eu bem sei que os Srs. Deputados não têm tempo e eu não quero que me acusem de gerir bem o meu tempo e, portanto, não quero...

Deputado André Bradford (PS): É porque o senhor é só um e nós felizmente temos três deputados da Graciosa, a diferença é essa!

O Orador: Não, tenho dois, tenho dois.

E nesta medida eu gostava de dizer...

(Diálogo inaudível)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: ... que se quiserem falar também dos custos e da operação. Olhe, pensem na frota ociosa e dos custos que isso tem na Atlânticoline. Talvez a Sra. Secretária possa eventualmente fazer alguma coisa por isso ou dizer, quanto mais não fosse dizer alguma coisa por isso.

Eu confesso que fiquei profundamente desiludido. Depois de ter visto a necessidade...

Deputado João Vasco Costa (PS): É recíproco!

O Orador: ... por parte de uma ilha inteira, de toda uma ilha, independentemente da questão partidária, política, Sr. Deputado João Vasco, independentemente disso.

Esta obsessão político-partidária de quem se esquece por quem foi eleito, de quem se esquece por quem foi votado, por quem prometeu...

Deputado Carlos Silva (PS): Demagogia!

O Orador: ...e anda a prometer navios há 10 anos e nunca mais cumpre a sua promessa e que tinha aqui uma oportunidade, até porque como disse e bem Sr. Deputado Francisco César, eu sou apenas um deputado da Graciosa e aí nessa bancada estão três.

Deputado Francisco César (PS): Mas eu não disse nada disso, oh, Sr. Deputado!

O Orador: Pois, se calhar com os seus três deputados, a Graciosa venceria esta votação e finalmente podia ambicionar uma melhor ligação com o triângulo com a duplicação de viagens por parte da Atlânticoline com esta Linha Lilás.

Trata-se de facto, é disso que está em causa, e infelizmente quem foi eleito pela Graciosa está apenas aqui para fazer o frete e não para servir o seu povo.

Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): É caso para se dizer, “também tu, meu filho”!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado. Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para dizer, da nossa parte, lamentamos muito esta posição do Grupo Parlamentar do Partido Socialista contra os interesses da Ilha Graciosa, contra os interesses e a visão e a perspetiva da Câmara Municipal nesta matéria, contra a perspetiva também do Conselho de Ilha nesta matéria.

E, portanto, um conjunto de gente e de responsáveis políticos que evidentemente têm toda a capacidade, toda a capacidade para analisar aquilo que está em causa. Não estão mal informados, aliás, há uma coisa que os Açorianos de todas as ilhas não são é gente que tenha qualquer tipo de dificuldade em interpretar com qualidade as coisas...

Deputado André Bradford (PS): Olha e temos visto eleitoralmente. Tem razão!

O Orador: ... e os assuntos. O que nós podemos verificar é que os açorianos de todas as ilhas sabem muito bem interpretar este conjunto de questões.

E a verdade é que as forças vivas da ilha, mesmo aqueles que integram o Partido Socialista, tiveram a coragem de ter uma reivindicação que de facto...

Está quase a terminar, não é Sra. Presidente?

Não? *(Risos)*

Pensei...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Hoje o PPM está cheio de tempo e o PS já estoizou!

Deputado Carlos Silva (PS): E o CDS?

O Orador: Souberam interpretar aquela que é a vontade coletiva do povo da Graciosa e, de facto, eu considero que a Ilha Graciosa aqui está claramente prejudicada.

Não é necessário fazer uma análise muito profunda deste assunto para ter a absoluta certeza de que no Grupo Central a Graciosa está claramente a correr numa velocidade muito mais reduzida que as outras.

É evidente, os Srs. Deputados defenderam aqui que existiu progresso. Evidentemente que existiu progresso. Mas a questão aqui é que os outros estão a progredir mais depressa na mesma zona geográfica. E neste momento e nestas circunstâncias, nestas circunstâncias veja bem que há um crescimento turístico de 22% mas no resto da média regional é de 70%...

Portanto, o que nós temos, todas as ilhas, a preocupação de responsáveis políticos de todas as ilhas, inclusivamente, evidentemente e por maioria de razão os deputados, devem reivindicar aqui neste Parlamento que todos corram à mesma velocidade e que todos possam progredir à mesma velocidade.

Esta decisão, este chumbo desta proposta por parte do Partido Socialista, nega à Graciosa as mesmas condições de desenvolvimento, as mesmas condições de progresso que todas as outras ilhas do Grupo Central já têm.

E esta é uma verdade irrefutável.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Esgotou também o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Talvez bruto...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem-vindo ao clube!

O Orador: ... mas vai ter que ser.

Sr. Membro do Governo:

Eu não minto.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Mas eu não disse que o senhor mentiu!

O Orador: O senhor disse que não era verdade o que eu estava a dizer.

Eu não minto, Sr. Presidente do Governo. Sr. Deputado. Sr. Secretário.

Vou-lhe ler, Sr. Membro do Governo e Secretário, vou-lhe ler, página 233:

“Proposta do Programa do XI Governo Regional dos Açores”.

Lembra-se?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Pois, realmente confesso que não!

O Orador: “Implementar um circuito regular de passageiros e mercadorias pela empresa da Região em sistema de carga rodada entre as ilhas do Grupo Central e com os novos navios de 40 metros e com um tarifário equilibrado que sirva de regulador de mercado”.

Está no vosso Programa de Governo e isso mesmo foi confirmado pelo candidato.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Muito bem!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Mas o que é que isso conta?

O Orador: Navios de 40 metros é o Mestre Simão e o Gilberto Mariano, Sr. Deputado.

E, portanto, o que eu disse é verdade. Os senhores é que mentiram e mentiram desbragadamente só para minorizar os outros.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Isso não prova nada!

O Orador: Está no Programa do Governo, está no vosso Programa do Governo, Sr. Deputado Bradford.

(Diálogo entre as bancadas)

O Orador: Está aqui. Quais são os navios de 40 metros?

Deputado Paulo Parece (PSD): Façam um intervalozinho para rever o vosso sentido de voto!

O Orador: Quais são os navios de 40 metros? O Gilberto Mariano e o Mestre Simão que foram adquiridos em ... entraram em funções em 2014 e estavam a ser feitos nesta altura, Sr. Deputado Bradford e Sr. Secretário.

Os senhores mentiram e desbragadamente vieram dizer que eu estava a faltar à verdade. Quem mente aqui dentro são os senhores.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos do Deputado do PPM e dos Deputados da bancada do CDS-PP)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Orador: Sra. Presidente, sem ser necessário interpelação também vou entregar à Mesa para ser distribuído o documento.

Presidente: Depois de rececionado pela Mesa, será distribuído.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membro do Governo:

Eu uso da palavra relativamente à posição do Governo dos Açores sobre esta matéria.

A minha colega Ana Cunha já usou da palavra, já expressou a nossa posição relativamente a este assunto, que é muito claro.

O Governo está convicto que o modelo atual em termos de transportes marítimos é um bom modelo também para a Ilha da Graciosa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É Ilha Graciosa!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Graciosa, Ilha Graciosa. O “da” não é necessário!

O Orador: O Sr. Deputado Paulo Estêvão vai então dar-me uma lição sobre as ilhas e como...

(Diálogo entre as bancadas)

Presidente: Sras. e Sr. Deputados.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ó Zé, eu só queria que tu me confirmasses!

O Orador: O Governo dos Açores está convicto que o modelo atual em termos de transportes marítimos é um bom modelo, um modelo adequado que serve corretamente as ilhas que são servidas por esse transporte marítimo.

Naturalmente que temos a obrigação também de avaliar e reavaliar permanentemente a forma como esse modelo está construído, a forma como esse modelo serve, ou não, a população e a forma como esse modelo responde às solicitações de cada uma das ilhas.

E naturalmente que no futuro estamos sempre disponíveis para, em conjunto com as entidades, os parceiros da Graciosa, em conjunto com os Srs. Deputados da Graciosa, do PS e do PSD, em conjunto com todas as entidades, naturalmente avaliar e reavaliar aquilo que tem que ser avaliado nestes...

(Diálogo entre o Deputados Artur lima e o Deputado Dionísio Faria e Maia)

O Orador: Este ruído de fundo, Sr. Deputado Artur Lima, de facto é algo muito...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Olha que isto. Isto não é nada.

O Orador: ... desestabilizador.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: Sr. Deputado, essa conversa paralela permanente destabiliza um pouco.

Pronto, está bem. Mas de facto destabiliza um pouco.

E também devo dizer, Sra. Presidente.

Eu já estive nesta bancada, já fui deputado. Percebo bem a forma apaixonada e calorosa quando se discute questões específicas de cada uma das ilhas, mas parece-me no mínimo redutor dizer-se que nós respeitamos ou não respeitamos uma ilha ou que o PS...

Deputado Luís Garcia (PSD): O PS? O senhor está a falar do PS?

O Orador: ... é ou não é a favor da Ilha Graciosa por apoiar ou não esta proposta.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: E também me parece redutor que se diga que o Governo respeita ou não respeita a Ilha da Graciosa...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem é a Graciosa?

O Orador: ... e respeita ou não respeita os graciosenses por apoiar ou não apoiar esta proposta.

Parece-me no mínimo redutor dizer que respeitar ou não respeitar a Graciosa se circunscreve a apoiar ou não esta proposta.

E nós refutamos em absoluto essa perspetiva porque já fomos nesta legislatura à Graciosa, já estivemos com as entidades da Graciosa, já estivemos com os graciosenses, os membros do Governo vão lá regularmente e voltaremos a estar até ao fim da legislatura as vezes...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não vai é na “Linha Lilás”!

O Orador: ... que forem necessárias, avaliando e reavaliando permanentemente as políticas públicas que temos para cada uma das ilhas e no caso em concreto, para a Ilha Graciosa.

Fazemo-lo olhos nos olhos...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Exceto na “Linha Lilás”!

O Orador: ... de peito aberto, como sempre fizemos e como vamos naturalmente continuar a fazer.

Uma última nota relativamente a estas afirmações do Sr. Deputado Artur Lima que, na sua perspetiva, desmascaram e provam tudo aquilo que disse.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está ali!

O Orador: Na minha perspetiva, não é assim. Até porque lhe devo dizer o seguinte. O Sr. Deputado no âmbito da campanha eleitoral, quando falou, tornou agora público, uma conversa privada...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é privado!

O Orador: ... com o então candidato do Partido Socialista nessa campanha eleitoral, deve recordar-se que nesse hotel também eu estava.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então ainda é mais grave!

O Orador: Porque eu também fiz parte da equipa que acompanhou o candidato em 2012 por todas as ilhas, também com o Deputado Francisco César e com outros elementos do Partido Socialista noutra ilha.

E, portanto, também nós nos lembramos bem daqueles que eram os argumentários e daquilo que era dito pelo nosso candidato nessa altura.

E recordo-me, e isso será facilmente comprovado, convido a fazer uma recolha a mesma pessoa que lhe recolheu essa página do programa de Governo, poderá naturalmente recolher-lhe todos os discursos que o então candidato e posteriormente Presidente do Governo fez sobre essa matéria e as referências que ele fazia...

Deputado Francisco César (PS): Lembro-me perfeitamente disso!

Deputado André Bradford (PS): Era candidato e também era Presidente!

O Orador: ... sobre as referências que ele fazia...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Nunca o deixou ser!

O Orador: ... as referências que ele fazia sobre um agricultor, um vendedor de fruta, um vendedor de vegetais, com o seu transporte entrar num navio, deslocar-se à outra ilha, fazer negócios na outra ilha, voltar à sua ilha de origem, referiu-se sempre, sempre, aos novos navios e nunca ao Gilberto Mariano e ao Mestre Simão.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): 40 metros, está aqui escrito! Seja sério!

Deputado Rui Martins (CDS-PP): O discurso não é diferente!

O Orador: Todos os discursos foram assim feitos, foi sempre essa a referência e é isso que eu quero deixar claro. Porque, com a mesma velocidade que consegui esse papel também conseguirá os discursos que foram feitos pelo então candidato e posteriormente Presidente.

Aquilo que está aí dito, aquilo que está aí referido é a forma e a estratégia do Governo do Partido Socialista nesse ano de potenciar o transporte de pessoas no Grupo Central e com mais incidência no triângulo através do Mestre Simão e do Gilberto Mariano.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membro do Governo:

O pior cego é aquele que não quer ver.

O senhor não quer ver, não quer ouvir. Não sei que lhe faça.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Então não faça nada!

O Orador: Naturalmente não tenho mais nada que lhe fazer. Está aqui escrito.

Quais são os navios de 40 metros que o Sr. tem na Região? Em 2012 foi lançado um concurso público para aquisição de dois navios...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): O senhor quer fazer zangado aí, pois que fique!

O Orador: Oh, ouça. Agora ouça.

Em 2012, foi lançado um concurso para a aquisição de dois navios, certo? Navios de 40 metros.

Qual era o objeto de concurso? Navios de 40 metros.

Quais são os que o senhor tem na Região a navegar, quais são? Responda-me. O Sr. Deputado José Ávila já disse há bocado. É o Gilberto Mariano e o Mestre Simão.

É o que está escrito no programa do vosso Governo.

Vou-lhe ler outra vez.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): São navios de carga!

O Orador: “Implementar um circuito regular de passageiros e mercadorias pela empresa da Região, em sistema de carga rodada, entre as ilhas do Grupo Central, e com os novos navios de 40 metros...”, que entraram em vigor em 2014, “... e com um tarifário equilibrado que sirva de regulador de mercado”.

Não fui eu que escrevi isto, foi o Partido Socialista, foi o Presidente do Governo. Isto é o Programa do Governo.

“Proposta de Programa do XI Governo Regional dos Açores”, Sr. Secretário.

Eu peço desculpa, mas eu não me vou sequer...

Isto é escrito pelos senhores, foi os senhores que o assumiram, os navios de 40 metros estão aí a navegar. Andam é devagarinho, segundo o Sr. Deputado José Ávila. Mas andam!

Agora está aqui e os senhores deviam, como o senhor costuma dizer, era pedir desculpa por ter dito que eu tinha faltado à verdade aqui dentro. Se o senhor lhe ficava ...

Deputado André Bradford (PS): Eu não disse isso!

O Orador: Não foi o senhor, foi aquele senhor.

E o Sr. Secretário, da sua verticalidade que exige aos outros, e que também já me exigiu a mim, devia levantar-se aí e dizer:

“Desculpe, Sr. Deputado, eu estava equivocado. Efetivamente os navios são de 40 metros e são o Gilberto Mariano e o Mestre Simão”.

Ficava-lhe bem como Membro do Governo da Região Autónoma dos Açores.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Paulo Parece (PSD): Podem ter encolhido!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu acho que faz todo o sentido aquilo que o Sr. Deputado Artur Lima disse e eu estou seriamente tentado em acreditar no Deputado Artur Lima e não em acreditar noutras coisas.

É que eu tenho aqui...

Eu peço desculpa por citar, confesso. Não é meu hábito eu socorrer-me destas informações. Enfim, são objetivas, mas muito tendenciosas.

Mas é assim:

“Gabinete de Apoio à Comunicação Social da Presidência do Governo Regional dos Açores. Horta, 24 de novembro de 2013. Novos navios para o Grupo Central são peça essencial na revolução tranquila do transporte marítimo, afirma Vasco Cordeiro.”

E eu vou ler mais um bocadinho, graças a Deus ainda tenho algum tempo.

“O Presidente do Governo garantiu hoje que os dois novos navios do transporte de passageiros e viaturas que vão começar a operar no Grupo Central no início do próximo ano, constituem uma peça essencial na revolução tranquila que se está a operar no modelo de transporte marítimo na Região.”

Eu vou lembrar a data:

“Horta, 24 de novembro de 2013.”

“A construção destes novos navios”, e depois “Mestre Simão e Gilberto Mariano”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ouçam!

Vozes de alguns deputados da bancada do PSD: Oh!...

O Orador: Não, está no GaCS. Gabinete de Apoio à Comunicação Social da Presidência do Governo Regional dos Açores.

“Não foi uma opção política que se esgote na sua entrada em funcionamento”

...

Deputado Duarte Freitas (PSD): A Graciosa fica fora do Grupo Central!

O Orador: ... salientou Vasco Cordeiro, ao assegurar que “se integram sim na criação de um espaço económico regional e com a consequente potencial de criação de riqueza e de emprego que isso permite.

O Sr. Presidente do Governo falava na cidade da Horta na cerimónia de bênção e apresentação pública do Mestre Simão, em que em conjunto com o segundo navio que terá o nome de Gilberto Mariano, representa um investimento de cerca de 18,5 milhões de euros”.

Agora este parágrafo é verdadeiramente interessante.

“A prioridade que o Governo atribuiu à construção destes dois navios constitui, segundo Vasco Cordeiro, o reconhecimento e a resposta de carácter verdadeiramente essencial dessa ligação, desde logo entre o Faial, Pico e São Jorge e numa perspetiva mais geral em todo o Grupo Central.” Em todo o Grupo Central.

Portanto, Sr. Deputado Artur Lima:

O senhor disse a verdade. Infelizmente estes senhores são tão rápidos em renegar a verdade e os lugares que ocupam como a fazer de conta que não disseram aquilo que disseram.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(* **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Sr. Deputado Francisco César teve a gentileza de me pedir a folhinha que eu tinha.

Deputado André Bradford (PS): Já vi, está aqui!

O Orador: Confere? Confirma a autenticidade da folhinha?

(Aparte inaudível)

Presidente: Por favor, Srs. Deputados, não entrem em diálogo.

O Orador: Confirma o que isto diz em cima? Confere? Ou quer que eu...

Já entregou ao Sr. Secretário?

Ou quer que eu lhe mande o programa inteiro do XI Governo Regional dos Açores?

(Aparte inaudível)

O Orador: Então confere a veracidade da folhinha...

Deputado André Bradford (PS): Mas não era para conferir a veracidade. Era para ler. Já li e já volta para aí!

O Orador: Então confere.

Muito obrigado, Sr. Deputado André Bradford, já leu.

Mas talvez falta o Sr. Secretário ler para a seguir vir pedir desculpas.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O CDS também esgotou o seu tempo para este debate.

E de momento a Mesa não tem inscrições.

Pergunto se há mais inscrições.

Não há.

Vamos então votar este Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados concordam ...

(Diálogo entre as bancadas)

Sras. e Srs. Deputados, gostaria de anunciar a votação, se quiserem votar já...

Deputado Francisco César (PS): Não, a Sra. Presidente não disse a frase toda.

Presidente: Não, interromperam-me.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Estamos a votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Isto é que é puxar a Graciosa para cima!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretária.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Avançamos agora para o ponto oito da nossa Agenda: **Projeto de Decreto Legislativo Regional nº 10/XI, segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional nº 18.**

O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Obrigada, Sra. Presidente.

Para uma interpelação no sentido de solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental.

Considerando o nosso horário, interrompemos os nossos trabalhos por agora e regressamos amanhã às 10h.

Eram 19 horas e 39 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

André Jorge Dionísio Bradford

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Partido Social Democrata (PSD)

Mónica Reis Simões Seidi

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

João Paulo Valadão Corvelo

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Miguel António Moniz Costa

Partido Social Democrata (PSD)

Luís Maurício Mendonça Santos

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina de Oliveira Cabeceiras

A redatora, Ana Machado

Transcrição efetuada por, Renata Costa